

Princípio

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

A SAGA DOS BRASILEIROS POR UM PAÍS SOBERANO E DESENVOLVIDO

Renato Rabelo
Márcio Pochmann
Clóvis Moura
Sérgio Buarque de Gusmão
Augusto Buonicore

José Carlos Ruy
André Martins
Paulo Porto
Élder Vieira
Eduardo Bonfim

TYPHIS
PERNAMBUCANO



Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



**Investimentos Potenciais
Acre e Região**

www.ac.gov.br

É hora de resistência e resgate da mudança

A grave crise política que há mais de três meses abala o país coloca em risco o governo do presidente Lula. Novamente – como já aconteceu em outros momentos da história –, os setores das classes dominantes mais conservadores e antipatrióticos movimentam-se para levar à falência um governo progressista eleito sob o compromisso de lutar pela construção de um país soberano, democrático e desenvolvido. Assim fizeram contra Getúlio em 1954 e contra João Goulart em 1964 e, agora, intentam ceifar o mandato de Lula ou mantê-lo acuado e fraco – uma espécie de refém.

A crise se tornou mais grave na primeira quinzena de julho quando veio à tona a confissão de dirigentes do PT de que participaram de esquemas ilícitos de financiamento de campanha, além de outros fatos escabrosos. A partir desse episódio, a oposição conservadora assumiu o controle da situação e, com essa vantagem, busca imprimir à dinâmica da crise um desfecho que melhor favoreça ao seu real interesse, qual seja: retornar ao governo da República.

Desse quadro emerge uma onda conservadora com alto poder destrutivo que dia após dia atua para desmoralizar o presidente da República e seu governo, execrar e “linchar” o PT, explorando ao máximo os erros e limitações que os próprios dirigentes dessa legenda assumiram e, ainda, corroer a legitimidade conquistada pela esquerda brasileira ao longo de décadas de luta.

O PSDB e o PFL – que operam o ataque contra o governo a partir do Congresso Nacional – são apenas a expressão partidária do que é a oposição conservadora no Brasil, envolvendo um verdadeiro sistema que abarca o chamado poder econômico e financeiro e as empresas de comunicação. Esta “santa aliança”, hipocritamente como já fez no passado, apresenta-se como guardião da ética e da moralidade e procura manipular a justa ira que a opinião pública cultiva contra a corrupção. O mesmo faz a chamada “extrema esquerda” que sem constrangimento cumpre o papel de força auxiliar dessa ofensiva.

Em face disso, as forças avançadas e democráticas devem sem nenhum titubeio estar à frente do trabalho e das ações que levem à punição dos que tenham cometido esse tipo de crime. Uma efetiva reforma política democrática que assegure a pluralidade partidária, reduzindo a chamada cláusula de barreira, e que institua o financiamento público das campanhas eleitorais deve ser exigida como solução ao atual modelo de financiamento privado, uma das causas da corrupção presente no processo eleitoral.

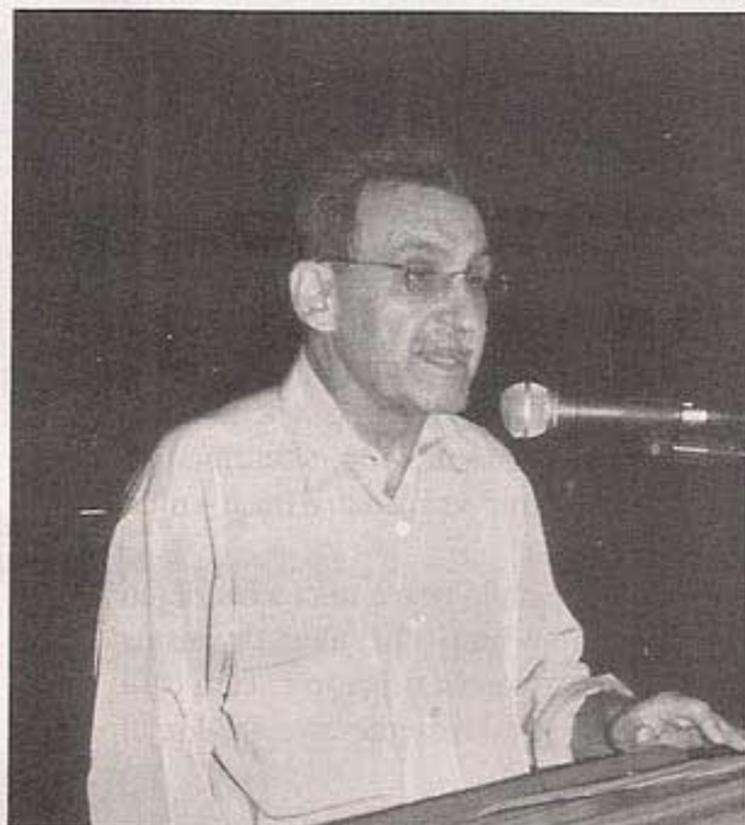
Diante dessa gravidade de iminente possibilidade de retrocessos, as forças democráticas, patrióticas e populares são chamadas a resistir e enfrentar essa avalanche conservadora. Para isso – através do diálogo, do debate e da ação –, precisam se reagrupar, recompor sua unidade. Este necessário coescionamento deve ser canalizado, em caráter emergencial, para reforçar a autoridade do presidente da República, cujo mandato encontra-se ameaçado.

Contudo, ambos movimentos só serão possíveis com base no resgate da plataforma de mudanças com a qual o presidente foi eleito. A dispersão das forças progressistas se deu, em grande medida, pela dubiedade programática do governo e pelo modo errado com que o PT exerceu o papel de força hegemônica. Tanto uma coisa quanto outra precisam ser corrigidas.

Desse modo, cabe ao governo um imediato reencontro com os compromissos assumidos com o povo. Nesse sentido, é urgente que o governo implemente uma agenda que concretize as aspirações legítimas do povo e de seus movimentos sociais referentes ao desenvolvimento, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Da parte das forças políticas e sociais que têm compromisso e responsabilidade com o Brasil e seu povo não há outro caminho senão o da resistência democrática e da mobilização popular para enfrentar e superar progressivamente a ofensiva da oposição neoliberal.

Os Editores



**Por uma alternativa nacional
ao padrão neoliberal**
Entrevista com Renato Rabelo..... **6**

Descobrimdo o povo brasileiro
Augusto Buonicore..... **12**

**De José Bonifácio a Lula, a luta
pelo desenvolvimento**
José Carlos Ruy..... **18**

**Financeirização, concentração
de renda e desemprego. Como
valorizar o trabalho?**
Entrevista com Márcio Pochmann.. **26**

**O Nordeste e a política de
desenvolvimento regional**
André Martins..... **33**

**População e miscigenação
no Brasil**
Clóvis Moura..... **38**

**O movimento
indígena no Brasil:
histórico e desafios**
Paulo H. Porto **42**

**Os índios e
a nação**
Sérgio Buarque de
Gusmão **48**



CAPA



O enigma do gato
Elder Vieira..... **52**

O multiculturalismo
Eduardo Bomfim..... **56**

A luta pela igualdade racial
Documento..... **60**

INTERNACIONAL

A crise na Bolívia
Marcos Domich..... **62**

Álvaro Cunhal
Avante!..... **65**



BRASIL

HISTÓRIA

Novo golpe das elites
Altamiro Borges..... **67**

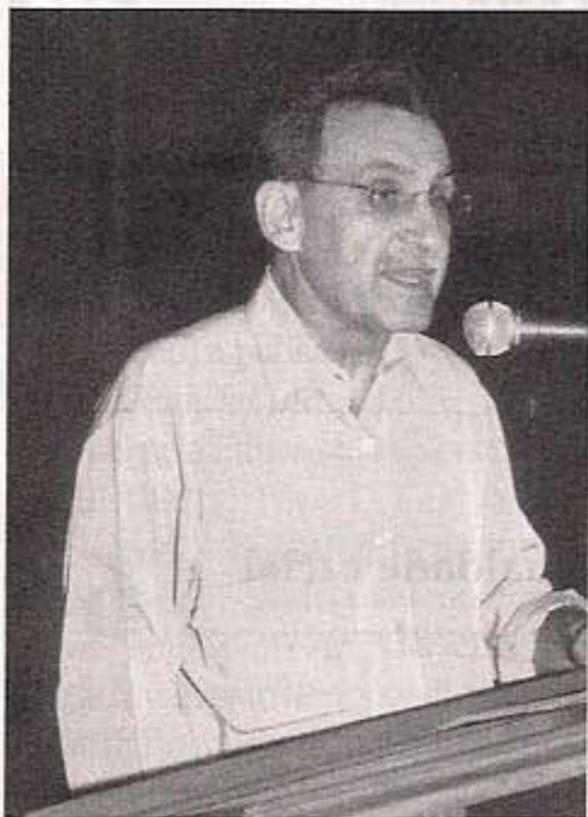
**Caminhos do petróleo no Brasil –
a VII rodada**
Haroldo Lima..... **71**

Revisitando a experiência do ISEB
Ronaldo Carmona..... **76**

RESENHAS **80**

Capa: Flávio Nigro

Entrevista com Renato Rabelo



Rabelo.

Por uma alternativa nacional ao padrão neoliberal

**Renato Rabelo – presidente do PCdoB – fala à
Princípios sobre temas em discussão no 11º Congresso
do Partido Comunista do Brasil**

Por Adalberto Monteiro

O texto básico do 11º Congresso do PCdoB indica que a renovação e a reconstrução da alternativa socialista são o tema central da reafirmação da perspectiva revolucionária. Em que circunstâncias e sob que correlação de forças esta tarefa se apresenta?

Renato Rabelo – A idéia da renovação e da reconstrução da alternativa socialista surge como um novo passo de nosso movimento. Antes, no auge da crise do socialismo no final do século passado, o fundamental foi reafirmar nossos princípios e convicções revolucionárias. Agora, passada a turbulência mais pesada – com base na análise

das experiências que fracassaram, sobretudo da URSS, assim como nas perspectivas das experiências que sobreviveram –, acreditamos estar iniciando uma nova fase da luta pelo socialismo. Pois bem, esta luta enfrenta condições muito adversas. Concomitantemente com a débâcle do modelo soviético o sistema capitalista passou por mudanças importantes no plano econômico e financeiro e o imperialismo norte-americano reforçou sua hegemonia em todos os terrenos – agora num mundo unipolar. Com isso perpetra uma ofensiva violenta e avassaladora contra os povos e a maioria dos países do mundo. Portanto, pela nossa avaliação, o mundo vive sob uma forte e prolongada onda regressiva e conservadora que coloca em defensiva estratégica o movimento transformador; porém, a ação do imperialismo dos EUA no sentido de manter o mundo sob sua hegemonia unipolar – sobretudo pela via da guerra – gera uma vasta e variada contratendência à submissão e opressão nacional, que com o tempo tende a crescer, ampliando e fortalecendo o movimento de resistência.

O documento também elege como desafio central a criação das condições para a viabilização de uma alternativa ao padrão neoliberal que rege hoje a economia mundial. Por que essa tarefa persiste e prolonga-se mesmo depois do fracasso desse modelo e das vitórias de governos que foram eleitos com plataformas que se conflitavam com seus fundamentos?

Renato Rabelo – A necessidade de abordarmos a nova luta pelo socialismo em condições como as que vivemos nos levou a refletir melhor sobre duas questões teóricas que fazem parte do acervo marxista. Primeira: a época histórica em que vivemos – de transição do capitalismo ao socialismo – comporta períodos históricos bem demarcados no seu seio que não são simplesmente conjunturais; segunda: a história social se desenvolve através de rupturas precedidas de períodos de acumulação de forças relativamente prolongados. Para nós, estaríamos vivendo um desses períodos de acu-

mulação cujo objetivo é reunir forças para superar o neoliberalismo entendido como o esquema de acumulação capitalista cada vez mais financeirizado, mais internacionalizado, mais concentrado e centralizado, sob a hegemonia dos EUA. É uma luta de caráter estratégico e de sentido antiimperialista e anticapitalista. Não há como lutar pelo socialismo sem superar o neoliberalismo. As vitórias conseguidas com esse escopo têm um valor imenso; porém, são ainda iniciais, algo como tentativas de alternativas.

As reflexões do PCdoB sublinham que é preciso um domínio teórico e político mais amplo sobre o capitalismo contemporâneo? Quais as principais características do capitalismo atual e que questões prioritárias na sua opinião devem ser estudadas e investigadas?

Renato Rabelo – Sem dúvida é importante procurar conhecer cada vez mais profundamente o funcionamento do capitalismo contemporâneo. O sistema passa por transformações morfológicas e também mostra condições de adaptabilidade, como se fosse um vírus altamente mutante. Procura se blindar criando mecanismos e instituições de âmbito internacional para enfrentar as crises que aparecem no centro e na periferia do sistema; os países do G-7 se reúnem periodicamente para tratar de seus problemas e assim por diante. Penso que deveríamos nos debruçar sobre mais duas questões interligadas: primeiro, o problema da financeirização que não nos parece ser simplesmente as novas e poderosas ondas de fusões do capital industrial com o capital bancário sob a hegemonia deste último. A financeirização de que se trata aparece como um patamar muito mais alto de descolamento do capital produtivo/mercadoria de sua forma monetária⁽¹⁾. De um volume inaudito de capital fictício que passa a circular esperando a realização futura de mais-valia – que adquire dinâmica própria, passa a ser o centro do sistema, que influencia na relação entre grandes empresas, entre setores da economia e mesmo entre nações. Avalia-se que o montante desse capital em circulação (cerca de US\$ 140 trilhões) equivalha a mais

de 3 vezes o PIB mundial. Segundo, seria necessário também estudarmos a dinâmica de funcionamento do sistema atual para compreendermos a expansão e as diversas crises do mesmo, ou seja, como ocorre a relação entre países ricos, entre estes e a periferia, mais focadamente entre os EUA e a Ásia. Veja só, de um lado, na reprodução desta dinâmica os EUA passam a absorver grandes empréstimos como forma de cobrir os gigantescos déficits – orçamentário e em conta corrente –; estes, decorrentes em boa medida dos déficits comerciais, perdem parte de seu parque industrial, mergulham no parasitismo; de outro, vários países da Ásia, notadamente a China, passam a acumular grandes reservas internacionais em dólares e em papéis do Tesouro americano a partir dos superávits comerciais, transformando-se, digamos, na fábrica do mundo e apresentando dinamismo econômico. Este “esquema” não é sustentável, tem seu limite, gera uma situação de desequilíbrio estrutural, de instabilidade financeira, monetária e cambial, de tendência ao protecionismo etc.

Em face da complexidade dos desafios históricos da atualidade, inclusive o de elaboração de um projeto nacional alternativo, o texto também ressalta ser indispensável atualizar e desenvolver a teoria revolucionária. Essa tarefa remonta ao início dos anos 1990 quando eclodiu a crise do socialismo. Como o senhor analisa o trabalho realizado até aqui para renovar a teoria?

Renato Rabelo – A teoria revolucionária – elemento absolutamente imprescindível para que o movimento revolucionário se desenvolva com sucesso –, parece ter se petrificado ao não conseguir dar resposta aos desafios sempre inéditos colocados pela construção do socialismo na URSS. Procurou-se responder a tudo com citações, elegeu-se uma experiência como modelo universal, subestimou-se a capacidade de recomposição do capitalismo e superestimaram-se as vitórias alcançadas imaginando já estar sendo construído o comunismo. Sem o pé na realidade concreta a teoria não pode se desenvolver. Mais que isso, hoje o mundo

segue uma trajetória de crescente complexidade. São mais de 6 bilhões de seres humanos espalhados por quase duzentos países. Um centro imperialista fortalecido nos últimos anos e uma periferia subordinada muito diversificada que, em parte se desenvolveu e concentra grandes problemas sociais. Experiências socialistas que se mantêm e procuram se firmar. Na busca de solução para superação do capitalismo nas condições particulares dos dias de hoje é que a teoria pode se desenvolver. Há já um começo de sistematização das experiências socialistas remanescentes e também um acúmulo de partidos que vêm obtendo vitórias em várias partes do mundo. Mas tudo ainda muito incipiente para que possamos, sem artificialismo, chegar a um nível mais elevado de síntese, de sistematização e abstração que consistiria em tal desenvolvimento teórico. A teoria científica social, diferentemente das ciências exatas, da natureza, precisa de uma comprovação muito mais complicada e prolongada, com dimensão histórica e caráter de classe.

A luta pela superação do padrão neoliberal tem um exemplo que é o foco central do texto do Congresso do PCdoB: o governo Lula com apoio e participação dos comunistas. Que avaliação o Partido tem dessa experiência?

Renato Rabelo – No nosso projeto de Resolução Política ao 11º Congresso procuramos partir de um entendimento mais profundo e histórico. Para nós, o governo Lula surge de uma necessidade objetiva colocada pela trajetória de nossa nação, ou seja: superar o duplo impasse, tanto do período nacional-desenvolvimentista no qual o Estado burguês se firmou ao desenvolver o capitalismo dependente, quanto dos mais de dez anos de experiência neoliberal que, ao tentar “superar” o modelo anterior, levou a país a uma forte regressão acentuando a dependência, restringindo a democracia e prejudicando fortemente os trabalhadores. Portanto, o governo Lula surge quando são criadas pelo menos algumas condições para que novas forças políticas e sociais pudessem numa perspectiva mudancista tentar viabilizar um novo

projeto de nação baseado na soberania, na democracia e na valorização do trabalho. Mas, essas condições criadas não são plenas, pois uma correlação de forças ainda desfavorável fez com que o governo surgisse ao mesmo tempo com compromissos com as forças conservadoras que continuaram a ditar a política econômica seguida, de cunho ortodoxo-liberal. Por isso é um governo limitado que pode conseguir vitórias parciais. Mesmo assim, pelo entendimento de nosso Partido – que ajudou a construir esta alternativa desde 1989 –, o governo Lula é um fator positivo na luta contra o neoliberalismo. Nossa participação tem sido no sentido de impulsionar o pólo mudancista, de fazer com que o governo adote uma plataforma que vá ao encontro dos anseios dos trabalhadores; busque uma base de sustentação mais ampla para isolar a direita e criar as condições de governabilidade; apóie-se na mobilização popular, pois só ela pode reforçar a perspectiva mudancista. Contudo, em várias ocasiões, com vários instrumentos temos criticado as posições que nos parecem atrasadas e prejudicam os interesses do povo.

Diferentes experiências da esquerda mundial demonstraram que a natureza e a qualidade de um partido político, sobretudo quando este exerce o papel de força hegemônica, são fator importante para o fracasso ou o êxito de um projeto político-histórico. Diante desse aprendizado que tipo de partido as forças avançadas – em especial, os comunistas –, estão chamadas a edificar para enfrentar as tarefas da atual quadra histórica?

Renato Rabelo – O fator dirigente é determinante para o sucesso de um novo projeto nacional

de desenvolvimento e seus desdobramentos para uma sociedade mais avançada. Não nos referimos, aqui, apenas ao ponto de vista de nossa compreensão teórica mais geral. Ressaltamos as próprias necessidades concretas colocadas pela experiência em curso no Brasil. Pela nossa avaliação, na situação brasileira o fator subjetivo dificilmente se concentraria em um só partido. Ao contrário, é preciso um núcleo sólido de esquerda, preparado ideologicamente, pois a frente da luta de idéias é tão importante quanto a frente da luta política. Contudo, em nosso país um convicto núcleo de esquerda requer a participação destacada do Partido Comunista do Brasil, por nossa história de lutas, por nossa ligação com os trabalhadores, com a juventude e o povo em geral, pela teoria que adotamos e por nosso transparente objetivo socialista. O PCdoB amadureceu o bastante para não se julgar dono da verdade, mas acreditamos que sua trajetória na vida política brasileira o credencia como um elemento importante na construção da unidade das forças progressistas. Por isso, procuramos construir nosso Partido com características que possam ajudar a cumprir esse papel, tais como: um partido que entenda em profundidade as particularidades atuais da luta política conjugando a participação na luta parlamentar e institucional com a mais ampla mobilização dos trabalhadores – o que pode verdadeiramente impulsionar as transformações; um partido com uma militância combativa e numerosa, dirigido por uma estrutura de quadros avançados; e, por último, um partido que funcione em bases profundamente democráticas e que, junto com isto, atue de forma unitária em quaisquer das frentes da luta política e social.

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios.

Nota

(1) É bom observar que também este não é um fenômeno propriamente novo. A propósito disso, V. I. Lênin no seu *Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo*, escrito há 90 anos, dizia: “É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o rentier, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas”.

Trajetória de muitas lutas e sacrifícios para chegar ao Brasil de nossos dias

(trecho do projeto de resolução ao 11º Congresso do PCdoB)

Longo, sinuoso e árduo tem sido o caminho para fazer do Brasil uma nação progressista – luta que teve um marco importante na Proclamação da República e na Abolição da Escravatura ainda no apagar das luzes do século XIX, ganhando um impulso extraordinário com a Revolução de 1930, que se renovou a partir da redemocratização em meados dos anos 1980 e que adquiriu uma nova perspectiva com a vitória de Lula em 2002. Não foram poucos nem pequenos os obstáculos enfrentados para a consecução do desenvolvimento nas condições de domínio do sistema imperialista, aos quais se soma uma série de dificuldades internas. O processo econômico do desenvolvimento capitalista brasileiro foi marcado por ser tardio, desigual e associado entre capitais nacionais e forâneos. O processo político se deu através de uma série de rupturas parciais seguidas de recomposições entre forças heterogêneas, avançadas e atrasadas. Da década de 1940 até meados dos anos 1980 as Forças Armadas intervieram intensamente na cena política – a partir do alinhamento brasileiro com os EUA num mundo então bipolar –, a maioria das vezes truncando a democracia. Em pelo menos duas ocasiões, na deposição de Vargas em 1954 e na preparação do golpe militar de 1964, houve clara ingerência dos EUA na vida política brasileira. Mais recentemente o país passou a sofrer grave ameaça de recolonização a partir da proposta norte-americana da Alca. Do ponto de vista social, amplos movimentos de massas, de âmbito nacional e caráter patriótico e democrático, foram em momentos marcantes a base de impulso para as maiores transformações. A estrutura das classes sociais brasileira passou por importantes mudanças. A situação de vida e as condições de trabalho dos trabalhadores e do povo brasileiro foram marcadas por crescentes disparidades com concentração de renda e de riqueza no pólo das tradicionais elites brasileiras.

Durante os três primeiros quartos do século XX o Brasil teve as mais altas taxas médias decenais de crescimento capitalista do mundo. Emergiu deste processo um país de capitalismo dependente medianamente desenvolvido, com projeção entre os países em de-

envolvimento, o que pode ser expresso na avaliação de que no mundo o Brasil ocupava o patamar do 8º PIB. O Estado burguês brasileiro foi o principal instrumento da obra levada a cabo durante a maior parte do século passado, quer na planificação e na regulação econômicas quer como protagonista da construção de empresas produtivas estratégicas, do sistema financeiro público – nacional e regional – e da infra-estrutura, sobretudo energética e de comunicações. Além disso, foram construídos ao longo desses anos centros públicos de produção de ciência, tecnologia e ensino, um aparato (agências e órgãos) e um corpo técnico-burocrático estatais capazes de conduzir os assuntos brasileiros na perspectiva do interesse nacional. Após o fim do regime militar foram dados passos significativos na construção de um arcabouço institucional, jurídico e político mais democrático e estável com a promulgação da nova Constituição brasileira em 1988 que incorporou também importantes conquistas sociais. Exatamente esse Estado passou a ser o alvo central da alternativa neoliberal. Obviamente, suas formas de financiamento pela via inflacionária ou pela via do pesado endividamento externo davam claras mostras de esgotamento. A predominância dos interesses de fundo e das concepções antidemocráticas e reacionárias da maior parte das elites brasileiras condicionou o processo de desenvolvimento com características constrangedoras: o crescente agravamento da situação social, onde se deve considerar, sobretudo, um dos índices mais altos de concentração de renda e riqueza do mundo. A luta do povo pela transformação social sempre esbarrou na intolerância conservadora e reacionária das classes dominantes, que nunca vacilaram em recorrer ao autoritarismo para impedir as mudanças e preservar seus interesses.

Porém, o caminho adotado entre 1989 e 2002 levou a um alto grau de desnacionalização do aparato econômico brasileiro, numa situação de quase paralisia do crescimento intercalado por crises, com destaque para a de meados de 2002 às vésperas do pleito presidencial, com maior dependência e vulnerabilidade externas pela forma

com que foi dirigida a inserção do Brasil no novo contexto de globalização neoliberal imperialista e pelos novos padrões de financiamento adotados, com maior endividamento público, com muito maiores dificuldades impostas aos trabalhadores, com desemprego, precarização do trabalho e marginalização de setores crescentes da população. Além disso, o Estado teve suas funções gravemente alteradas tendo sido colocado a serviço da oligarquia financeira. O sistema de defesa nacional foi fragilizado, assim como foram feitas investidas no sentido de limitar o grau de democracia alcançado. Com a vigência do neoliberalismo o Brasil perdeu espaço relativo na cena internacional, tanto econômica quanto politicamente.

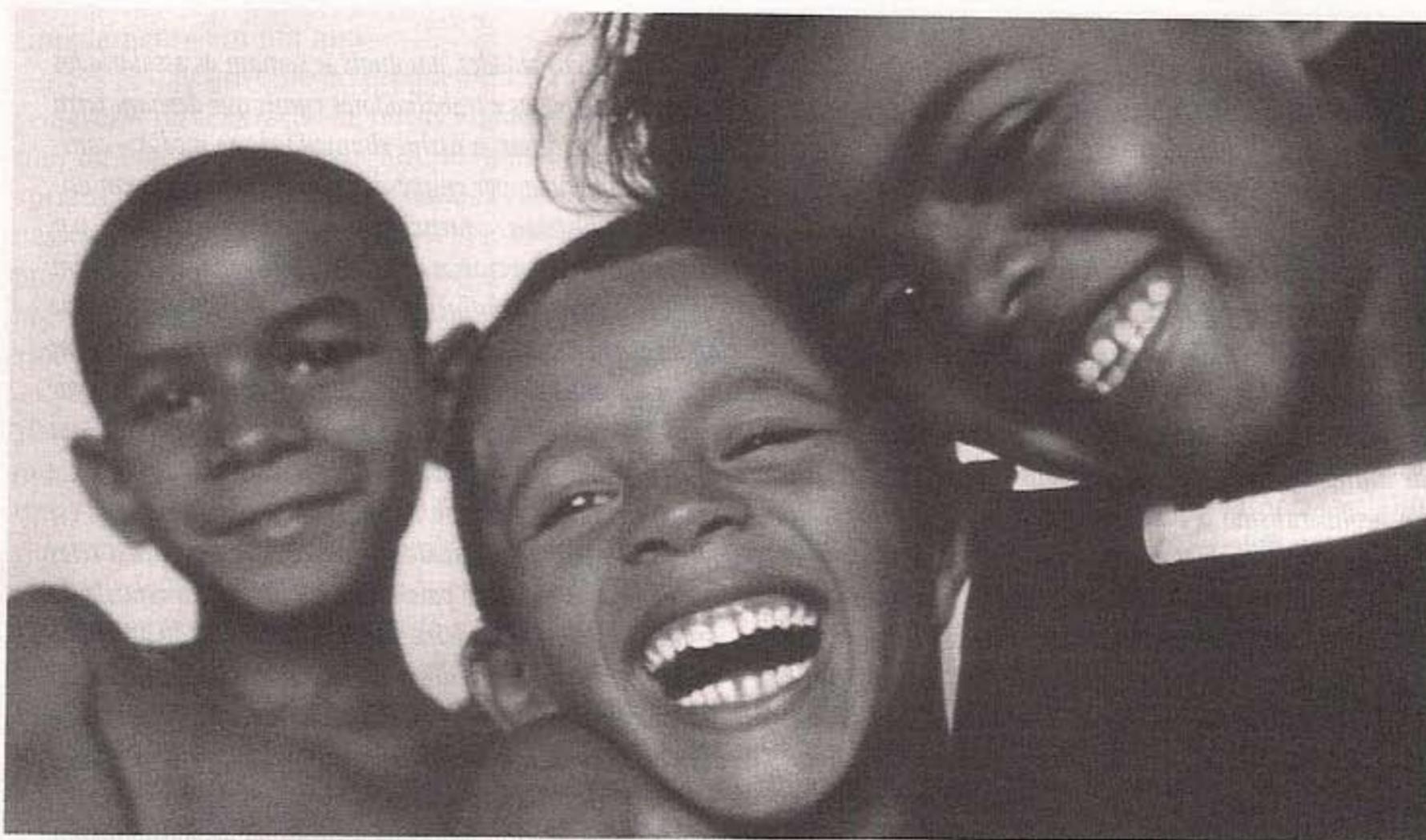
As duas últimas décadas do século XX legaram uma série de impasses à construção de um Brasil desenvolvido, soberano, democrático e de bem-estar para seu povo – que passam a se constituir nos grandes desafios a serem enfrentados neste início de século. Nos anos 1980 se condensaram os problemas do período do nacional-desenvolvimentismo e evidenciou-se a incapacidade da elite burguesa em promover transformações que pudessem superá-los. Na década de 1990, o neoliberalismo, em nome da modernização, ao tentar superar aqueles impasses pela via da desregulamentação, abertura, privatizações e flexibilizações trabalhistas indiscriminadas, levou o país a uma forte regressão.

Porém, o Brasil é um país de grande extensão territorial com recursos naturais abundantes e variados, com fronteira com quase todos os países sul-americanos e uma costa marítima de 8698 km. No século passado, sob inspiração do nacional-desenvolvimentismo, cujo marco inicial está na revolução de 1930, o país passou por grandes transformações. A industrialização brasileira adquiriu dimensões importantes na comparação internacional ao efetivar a construção de um parque relativamente completo e diversificado e a grande produção agropecuária mecanizada passou a jogar um papel econômico maior e, além disso, os serviços se desenvolveram e se industrializaram; tudo isto resultou na passagem de uma economia agrário-exportadora baseada na monocultura do café para um país industrial-agrário.

No Brasil de hoje vivem cerca de 185 milhões de pessoas – a maior parte delas em grandes conglomerados urbanos com enormes e carentes periferias. Um povo único, miscigenado e original, constituído em sua maioria por proletários, semiproletários e trabalhadores explorados de uma

forma geral nas cidades, aos quais se somam os assalariados rurais, camponeses e trabalhadores rurais que desejam terra para nela trabalhar. A assim chamada classe média – constituída, sobretudo, por empresários de pequeno porte em atividades industriais, comerciais e agrícolas, bem como por assalariados não operários e melhor remunerados –, também adquiriu porte e influência política. A intelectualidade brasileira ganhou destaque pela sua produção acadêmica em diversos ramos da ciência, inclusive nas ciências sociais, por sua fecunda produção artística e cultural e também pela sua predominante postura política progressista. Estas classes e setores de classe formam a base social das transformações e a força de trabalho capacitada, elemento essencial para a retomada da construção do país. O estrato financeiro-rentista da grande burguesia brasileira, maior beneficiário da aplicação do projeto neoliberal, substituiu a burguesia industrial na hegemonia de classes, condição que havia adquirido ao cabo da revolução burguesa. Sobrepôs-se igualmente à burguesia agrária e dos serviços, que se desenvolveram mais recentemente, e se constitui em grave entrave ao desenvolvimento. Toda essa transformação econômica e social teve inequivocamente suas repercussões no terreno político. O proletariado passou a ter uma presença política destacada na vida nacional e se constitui objetivamente na força mais interessada na consecução de um projeto de desenvolvimento soberano, democrático e com valorização do trabalho e, além disso, é a classe que pode verdadeiramente se interessar na superação do capitalismo.

Dessa forma, partindo dessa base, configuraram-se historicamente a necessidade e o desafio da construção de um novo projeto de nação que pudesse representar a superação tanto do esgotamento dos problemas do período nacional-desenvolvimentista (da década de 1930 à de 1980) quanto dos impasses originados do modelo neoliberal; que, dirigido por forças políticas e sociais mais avançadas, pudesse satisfazer os interesses nacionais, democráticos e sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro. Um projeto que significasse um caminho próprio para a superação do neoliberalismo que, por seus objetivos, projetar-se-ia em dimensão estratégica, que na visão dos comunistas significasse a passagem para uma sociedade mais avançada: de transição do capitalismo ao socialismo. (veja a íntegra da resolução em: "<http://www.vermelho.org.br/pcdob/11congresso/>").



Descobrimo o povo brasileiro

Em meio às manifestações políticas que agitavam a República nas décadas de 1920 e 1930, construíram-se teorias para explicar a realidade a partir da formação social do país

Augusto Buonicore

Nas décadas de 1920 e 1930 o Brasil se agitava. O regime republicano oligárquico entrava numa crise profunda. Era a época das revoltas tenentistas, da Semana de Arte Moderna e do surgimento do Partido Comunista do Brasil. Tudo isso culminaria na chamada Revolução de 1930 e na posterior polarização entre diversas correntes políticas e ideológicas. Nesse momento a necessidade de construir teorias que explicassem o país adquiriu uma dramática atualidade e muitos intelectuais de várias tendências se envolveram nessa tarefa.

Este artigo procurará apresentar algumas das principais obras produzidas nesse período conturbado, concentrando-se nas elaborações teóricas assentadas nas concepções em voga – racistas, psicologistas e culturalistas. Não trataremos neste momento das interpretações marxistas que davam seus primeiros passos e já haviam produzido obras significativas como o livro pioneiro de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo* (1926); de Leôncio Basbaum, *A Caminho da Revolução no Brasil* (1934); e os clássicos de Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1944). Estes, especialmente os dois últimos, representariam um salto de qualidade nas tentativas de interpretação do Brasil ao introduzirem o vigoroso instrumento analítico: o materialismo histórico.

Oliveira Vianna: o racismo decadente

Em 1920 saíram a público duas obras que buscavam explicar o país a partir de teorias racistas: *Populações Meridionais do Brasil* e *Evolução do Povo Brasileiro*. Estes livros projetaram seu autor, Oliveira Vianna, no cenário intelectual brasileiro. Suas referências teóricas mais importantes eram, segundo ele, “o grande Ratzel”, pai do determinismo geográfico, e “os gênios possantes e fecundos” de Gobineau e Lapouge – ambos racistas.

Vianna foi, essencialmente, um apologista das oligarquias rurais, procurando reconstruir idealmente como teriam sido os primeiros colonizadores. Entre outras coisas, escreveu: “Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentam, esses aristocratas, paulistas ou pernambucanos, mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são eles apenas homens de cabedal (...) são também espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura”. Lançou a tese esdrúxula

de que os bandeirantes paulistas eram perfeitos arianos: altos, fortes, loiros e de olhos claros.

Segundo ele, o país seria o resultado da vontade e da energia das elites brancas, racialmente superiores. Os negros e os índios, por outro lado, não haviam dado “nenhum elemento de valor” a nossa formação histórica e cultural. Uns e outros se tornaram “massa passiva e improgressiva” sobre a qual trabalhou “nem sempre com êxito, a ação modeladora da raça branca”. A missão de conduzir o

Brasil rumo à civilização caberia apenas “aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados”, pois somente eles, “de posse dos aparelhos de disciplina”, poderiam dominar “essa turba uniforme e pululante de mestiços, mantendo-a, pela compressão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana”.

Assim, a apologia da raça ariana foi acompanhada, naturalmente, pelo desprezo quase genocida pelas camadas populares compostas por não-brancos. Não teve vergonha de afirmar que “os preconceitos de cor e sangue que reinavam tão soberanamente na sociedade do I, II e III séculos, tiveram uma função verdadeiramente providencial. São admiráveis os aparelhos seletivos que impediram a ascensão até as classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formigavam nas subcamadas da população dos latifundiários”. Nós, assim, teríamos escapado da sina de nos transformarmos num grande Haiti. Oliveira Vianna não deixa de ser uma figura anacrônica. Era o

*Segundo Vianna,
o país seria
o resultado
da vontade e
da energia
das elites
brancas,
racialmente
superiores.*

último ideólogo militante do racismo no Brasil, quando ele já começava a ser questionado por inúmeros cientistas progressistas no Brasil e no mundo.

Retrato do Brasil

Paulo Prado, filho de uma tradicional família de cafeicultores paulistas, foi um dos mentores da Semana de Arte Moderna. Em 1928 publicou sua obra mais importante *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*. O objetivo era combater as visões românticas e o otimismo ingênuo sobre o Brasil.

O livro começa com a frase emblemática: “Numa terra radiosa vive um povo triste”. Dois grandes fatores seriam responsáveis pela tristeza do homem brasileiro: a luxúria e a cobiça. Escreveu: “Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a seqüência de um quadro de psicopatologia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abulia, tristeza. Por sua vez, a tristeza, pelo retardamento das funções vitais, traz o enfraquecimento e altera a oxidação das células produzindo nova agravação do mal com seu cortejo de agitação, lamúrias e convulsões violentas”.

Para ele, haveria povos alegres e povos tristes. Os brasileiros seriam do segundo tipo. Aqui um “véu da tristeza” se estendia “em todas as latitudes”. Ao contrário do tristonho brasileiro, os ingleses e alemães, apesar das aparências, seriam felizes. “O nosso próprio antepassado de Portugal (...) era um ser alegre quando comparado com o descendente tropical, vítima da doença, da pálida indiferença e do vício da cachaça”. Prado dá um salto mortal da psicologia individual para a psicologia coletiva e disto a conclui pela existência de um caráter geral do povo brasileiro, caracterizado pela tristeza.

Paulo Prado, de um lado, recusava terminantemente as teorias racistas ao afirmar que todas as raças “parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização” e que “nos centros primitivos da vida africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo, organizador, laborioso”. No mesmo sentido, afirma que a inferioridade social dos negros é devido à “falta de oportunidade para a revelação de atributos superiores”. Mesmo assim o mestiço brasileiro teria fornecido às comunidades “exemplares

notáveis de inteligência, de cultura, de valor moral”. De outro lado, seguindo num caminho oposto, questionava: “as populações oferecem tal fraqueza física tão indefesas contra a doença e os vícios, que é natural indagar se esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças” e apresenta a idéia de que a miscigenação ao longo do tempo poderia levar à degeneração. “A história de São Paulo, em que a amalgamação se fez intensamente (...) é prova concludente das vantagens da mescla do branco com o índio. Hoje, entretanto, depois de se desenrolarem gerações e gerações desse cruzamento, o caboclo miserável – pálido epígono – é o descendente da esplêndida fortaleza do bandeirante mameluco. A mestiçagem do branco e do africano ainda não está definitivamente estudada. É uma incógnita”.

O historiador marxista Nelson Werneck Sodré associou o livro de Paulo Prado (que considerava o ‘retrato de uma classe’ e não do Brasil) à ‘ideologia do colonialismo’. Para ele, a obra refletiria “o desespero burguês ante a falta de perspectiva histórica para a sua classe”. No entanto, o ensaio termina com uma nota “otimista” – o máximo a que poderia chegar um pessimista convicto e militante como Paulo Prado: Deveríamos ter “confiança no futuro”, pois ele “não poderia ser pior do que o passado”.

Casa-Grande e Senzala

Casa-grande e Senzala, publicada em 1933, foi uma resposta às teorias racistas que ainda persistiam nas diversas correntes interpretativas do Brasil. Gilberto Freyre pretendia recolocar, sob um outro ponto de vista, o problema do papel desempenhado pela integração das três raças na formação do povo e da nação brasileiros.

Este tema não era novo entre nossos intelectuais e políticos. Mas, o instrumental teórico utilizado e as conclusões eram bastante originais. A partir do culturalismo chegou à conclusão de que não existiriam raças inferiores e superiores, opinião amplamente aceita entre nós. A possível inferioridade física dos brasileiros – e suas conseqüências psicossociais – devia-se ao predomínio do latifúndio que, por séculos, privou “a população colonial do suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia e fresca”.

Freyre chegou mesmo – invertendo a lógica imperante – a afirmar a superioridade dos negros em relação aos índios e portugueses, especialmente em relação à “cultura material e moral”.

Os negros além da maior capacidade de adaptação às condições tropicais e à agricultura, seriam portadores de características psicológicas positivas: “Contrastando-se o comportamento das populações negróides como a baiana – alegre, expansiva, sociável, loquaz – com outras menos influenciadas pelo sangue negro e mais pelo indígena (...) tem-se a impressão de povos diversos”. Com esse trecho, o viés racialista e psicologista se torna evidente. Existiria uma relação direta entre raças e propensões psicológicas: os negros e mulatos seriam alegres e os índios e caboclos tristes. Estamos dentro da problemática introduzida por Paulo Prado, embora as conclusões fossem bastante diferentes.

Freyre não só constatou o fato de existir no país um povo mestiço, mas afirmou que isso era uma coisa bastante positiva. Escreveu: “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro”. No Brasil a mestiçagem teria tido um papel democratizante. Escreveu ele: “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre (...) casa-grande e senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido da aristocratização (...) foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (...) agindo poderosamente no sentido de democratização social no Brasil”. Aqui Freyre parece confundir a miscigenação ocorrida com um possível processo de democratização social. Estes foram dois fenômenos diferentes e não necessariamente complementares, pois o processo de miscigenação pode perfeitamente ser acompanhado pela construção de sociedades autoritárias e excludentes. No nosso caso todos os dados disponíveis apontam nesse sentido.

*Freyre não
só constatou
o fato de existir
no país um
povo mestiço,
mas afirmou que
isso era uma coisa
bastante
positiva.*

Por afirmações como essa – sobre a existência de uma “democracia social” – Freyre foi acusado de idealizar o país existente sob o domínio das oligarquias rurais – especialmente a nordestina – e de tentar reconstruir a história do ponto de vista da casa-grande. A acusação não é de todo infundada. Logo no “Prefácio” de *Casa-grande e Senzala* afirma: “A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro (...) Nas casas-grandes foi até hoje (grifo nosso) onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro” e seria dentro da “rotina” da casa-grande que melhor se sentiria o caráter do nosso povo. Parece-nos que reduzir o Brasil ao espaço da casa-grande, sem dúvida, é uma das principais limitações desta obra magistral de Gilberto Freyre.

Dentro do esquema de Freyre, a casa-grande e sua estrutura patriarcal tenderiam a produzir determinadas patologias sociais que afetariam diferentemente dominantes e dominados. O sadismo e o masoquismo, nascidos naquele ambiente, se enraizariam profundamente na personalidade dos futuros brasileiros e teriam reflexo no campo das relações políticas. “O sadismo do senhor e o correspondente masoquismo do escravo (...) têm feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-lo em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes muitas vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em culto cívico, como o do marechal-de-ferro”. E completa de maneira jocosa: “no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar de ‘povo brasileiro’ ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático”. Esta tese talvez seja a mais perversa do livro, pois acaba por cumprir a função de ideologia justificadora de determinadas formas de dominação social e política: – especialmente as mais truculentas – a exploração sexual da escrava, a tortura dos moleques do engenho e mesmo as ditaduras antipopulares. Afinal, o povo brasileiro teria propensões masoquistas.

Nessa perspectiva conservadora a própria abolição da escravidão e as transformações econômicas que se seguiriam não poderiam ser vistas de maneira positiva. Escreve em *Casa-Grande e Senzala*: “De modo que da antiga ordem econômica persiste a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras – desfeito em 1888 o patriarcalismo que até então amparou o escravo, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhe aos filhos oportunidade de acesso social. O escravo foi substituído pelo pária da usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente”. A abolição teria criado “um proletariado de condições menos favoráveis de vida do que a massa escrava”. Portanto, os escravos só teriam de se lamentar pela liberdade conquistada, que lhes tirou a segurança, a boa alimentação e as oportunidades provindas do cativeiro.

Apesar desses limites, essa obra de Freyre é revolucionária e se constituiu – naquela conjuntura –, numa trincheira importante na luta teórica e ideológica que se travava contra as correntes racistas e fascistas que se espalhavam pelo mundo e pelo Brasil. Não foi à toa que, logo após a publicação de *Casa-grande e Senzala*, os reacionários acusaram-na de ser um libelo comunista.

Sérgio Buarque e o homem cordial

Três anos depois de *Casa-grande e Senzala*, em 1936, Sérgio Buarque de Holanda publicou *Raízes do Brasil*. Esta seria outra obra fundamental nesse esforço de entender mais e melhor o povo brasileiro. A exemplo de Freyre, o historiador paulista viu nos portugueses o povo melhor preparado para a conquista e a colonização dos trópicos.

Os traços que particularizariam os colonizadores portugueses seriam: o culto à personalidade; a anarquia na vida social; e a inexistência de uma ética que valorizasse o trabalho. Não se teriam naturalizado entre os colonizadores portugueses “a moderna religião do trabalho” e o apreço às atividades manuais. A contrapartida desse verdadeiro “anarquismo social” seria a constituição de um Estado forte, quase ditatorial. Escreve ele: “as ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem”.

A família patriarcal determinava toda estrutura social e as relações com o poder público. Existiria “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela Família”. E a razão disso seria pelo fato de, por não existir uma burguesia urbana independente, os funcionários públicos acabavam sendo recrutados entre os filhos e agregados dos senhores rurais. Isso levou com que fossem transplantados para as cidades elementos organizacionais e os valores da família patriarcal. Para eles, não seria fácil “compreender a distância fundamental entre os domínios do privado e do público”. Assim, a democracia entre nós acabou se constituindo num “lamentável mal-entendido”, pois “uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios”.

A própria característica fundamental do homem brasileiro, a cordialidade, seria resultado desse processo de privatização (ou individualização) do social. Ele escreve: “a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informado pelo meio rural e patriarcal”.

Diante da celeuma levantada contra seu “homem cordial”, foi obrigado a reafirmar a historicidade dessa característica psicossocial dos brasileiros. Numa carta a Cassiano Ricardo, em 1948, afirma: “quero frisar, ainda uma vez, que a própria cordialidade não me parece virtude definitiva e cabal que tenha que prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência. (...) o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo”. Por fim, a noção “homem cordial” não teria um juízo ético – positivo ou negativo. Por isso rejeitou qualquer confusão entre as noções de cordialidade e bondade: “Cabe-me dizer-lhe ainda que também não creio muito na bondade fundamental dos brasileiros. Não pretendo que sejamos melhores, ou piores, do que os outros povos”.

Dante Moreira critica a possibilidade de se falar da existência de um caráter brasileiro assentado na noção

de cordialidade mesmo no período colonial. Pois uma “descrição psicológica do brasileiro só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais”. Mas, a pretensa “cordialidade” estaria ligada apenas, ou em grande parte, à família patriarcal. Ou seja, ela somente poderia ser entendida nos marcos de relações “entre iguais, entre pessoas de classe alta, e não de relação entre superior e subordinado” e ironiza: “os negros colocados em situação que não ameaça os brancos são tratados cordialmente. No entanto, quando os negros ameaçaram essa posição, foram tratados com crueldade: é suficiente lembrar a história do bandeirante que exibia as orelhas dos negros mortos em Palmares”.

Nesta obra Sérgio Buarque deu a sua contribuição para consolidação do mito da benevolência do colonizador português e da existência de uma democracia racial no Brasil. Ele afirmou “o português (...) mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros”. Por isso era “exíguo o sentimento de distância entre os dominadores e a massa trabalhadora constituídas de homens de cor”. Assim “o escravo das plantações e das minas não era simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com frequência as suas relações as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependência para de protegido, a até de solidário e afim”. Esta era uma visão idílica das relações entre os escravos e seus proprietários, pois generaliza relações que podem ter existido entre

alguns patrões e alguns poucos escravos domésticos. A ciência aqui dava lugar à ideologia aristocrática.

No último capítulo intitulado “A nossa revolução”, Sérgio Buarque analisa o processo, mais ou menos lento, da passagem do predomínio da vida rural para o predomínio do mundo urbano industrial. Segundo ele, a “grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso: é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século” e ainda se estaria testemunhando e “por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo que crismamos, talvez ilusoriamente, de americano porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério”, pois no Brasil o iberismo e o agrarismo se confundiriam. Para ele, estaríamos vivendo “entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz”.

O autor de *Raízes do Brasil* apostaria no pólo da mudança contra a conservação, do moderno contra o arcaico. Neste sentido não é um nostálgico do passado oligárquico – como o foram Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Se estes dois últimos fizeram de suas obras momentos de resistência à modernidade capitalista, Sérgio Buarque foi seu porta-voz.

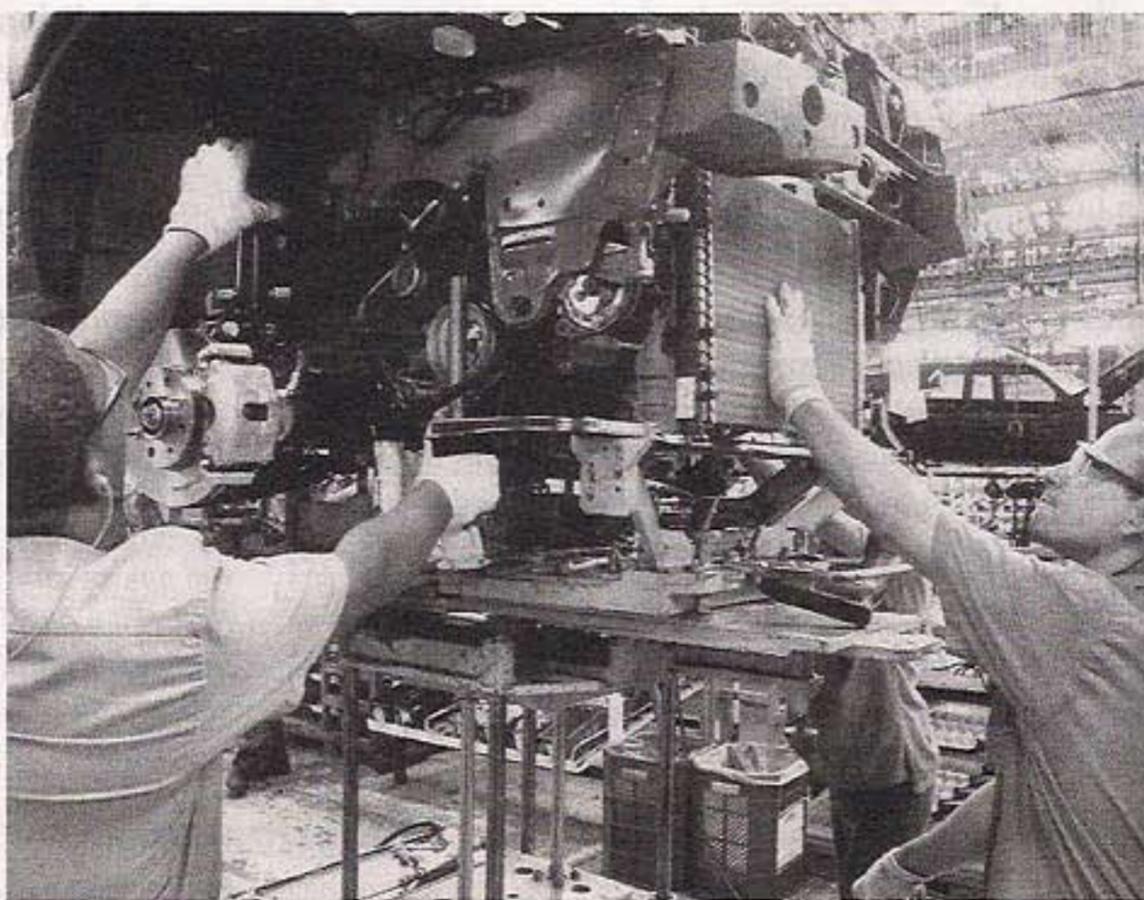
Augusto Buonicore é historiador e membro do Comitê Central do PCdoB.

Bibliografia

- AXT, Gubter e SCHÜLER (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Artes e Ofícios, RS, 2004.
- DUARTE, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Ibrasa, SP, 1981.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Record, RJ/SP, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. José Olympio, RJ, 1983.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Livraria Pioneira, SP, 1973.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. Ática, SP, 1985.
- MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. Col. 1 e 2, Senac, SP, 2000.
- RUY, José Carlos. “Visões da História”. In: *Princípios* nº 53 e 54. Anita Garibaldi, SP, 1999.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra, SP, 1976.
- SODRÉ, Nelson W. *A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Vozes, Petrópolis, 1984.

De José Bonifácio a Lula, a luta pelo desenvolvimento

José Carlos Ruy



A busca de um caminho autônomo para o desenvolvimento brasileiro nasceu junto com a Independência, e sempre enfrentou a oposição dos defensores daqueles que se beneficiam com o atraso e com a posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho

A luta pelo desenvolvimento autônomo e soberano para o Brasil nasceu juntamente com a independência do país, embora, a rigor, ela já existisse durante o período colonial, sendo um dos fatores da luta contra a dominação de Portugal.

Na conjuntura da independência, no início do século XIX, os expoentes do debate foram, do lado retrógrado, José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, e, de outro, o “Patriarca da Independência”, José Bonifácio, que, nomeado ministro do Reino e dos Estrangeiros por D. Pedro no início de 1822, foi o primeiro chefe do governo brasileiro. Enquanto Lisboa defendia a preeminência dos interesses agroexportadores e a integração subordinada em uma economia mundial onde os ingleses tinham a hegemonia, José Bonifácio defendia o fim da escravidão, a divisão das terras do latifúndio, o apoio às fábricas nacionais e à produção de alimentos pela agricultura, a instrução do povo e a afirmação nacional, soberana, perante todas as potências estrangeiras.

Quando os interesses das elites dominantes juntaram-se aos dos ingleses – expressos nos tratados comerciais de 1810, que garantiam acesso privilegiado das mercadorias britânicas ao mercado brasileiro – José Bonifácio foi afastado do governo, abrindo caminho para que, após a Independência, a arcaica estrutura social colonial, escravista e latifundiária, fosse mantida.

Durante todo o Império a política econômica liberal e antiindustrialista foi hegemônica, embora marcada por um pequeno interregno na década de 1840. Os tratados comerciais que favoreciam os ingleses vigoraram até 1844, quando foram substituídos por uma política alfandegária que atendia aos interesses fiscais e criava algumas condições de proteção à indústria. Foi sob a proteção da tarifa Alves Branco, de 1844, que

ocorreu o primeiro surto de industrialização do país, época em que Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que já era um grande empresário, construiu o estaleiro de Porto de Areia, um dos maiores do mundo, cuja história é emblemática de contradições que ainda hoje não estão resolvidas.

Quando a República brasileira nasceu, em 15 de novembro de 1889, ela abriu um período de disputas intensas entre setores urbanos (classe média e parte da burguesia) radicalizados, e a coalizão de latifundiários, grandes comerciantes que controlavam o comércio externo e os representantes dos bancos e empresas estrangeiras (na época, principalmente ingleses) de exportação e importação, que dominavam a economia e a política brasileira desde os tempos do império. O choque cresceu durante os dois primeiros governos republicanos, dirigido pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, quando as iniciativas do

novo regime ameaçavam os interesses colonialistas ao apontar para a construção de uma nação autônoma.

O apoio que os industrialistas haviam conseguido durante o governo de Floriano Peixoto foi abandonado, e a volta atrás promovida por Prudente de Moraes e Campos Sales, seu sucessor, provocou fortes reações. Os antepassados dos atuais neoliberais, que eram então chamados de livre-cambistas, passaram a dominar o governo e implantaram uma política econômica semelhante ao receituário que as elites pregam hoje. Rodrigues Alves, grande fazendeiro de café e ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, dizia que a indústria prejudicava a agricultura ao atrair “a mão-de-obra e os capitais necessários à lavoura”. A elite latifundiária e o capital comercial que controlava o comércio externo do país mantiveram a economia subordinada a esse princípio, mesmo depois do fim do Império.

*José Bonifácio
defendia o fim
da escravidão,
a divisão das
terras do
latifúndio,
o apoio às
fábricas nacionais
e à produção...*



José Bonifácio.

Revolução de 1930

As mudanças ocorridas depois de 1930 significaram um aprofundamento no desenvolvimento capitalista brasileiro. O Estado assumiu um papel decisivo na promoção do desenvolvimento, e as políticas econômica, cambial, industrial e agrícola voltavam-se agora ao atendimento dos interesses desse desenvolvimento. Mas a ruptura com o passado não foi completa, pois as velhas oligarquias agromercantis foram derrotadas, mas não eliminadas.

Depois de 1930 e, principalmente, sob o Estado Novo de 1937, Getúlio Vargas rompeu claramente com os princípios liberais; o velho modelo agro-exportador foi posto em segundo plano e as relações entre a indústria e o governo se tornaram cordiais. Vargas adotou medidas de forte impacto econômico e social, promovendo a intervenção do Estado para estimular o desenvolvimento industrial.

No Estado Novo foram criados organismos técnicos de assessoria nos quais o governo e empresários discutiam e formulavam as estratégias econômicas. Os industriais participaram de forma intensa deles, liderados por aquele que, na época, se destacou como seu maior líder: o paulista Roberto Simonsen, que propunha a "taxação dos produtos estrangeiros que tivessem similar nacional e a liberação de matérias primas e equipamentos necessários à expansão das indústrias locais", diz a historiadora Eli Diniz. Com a II Guerra Mundial, a produção nacional cresceu e se diversificou, sob a coordenação da Comissão de Mo-

bilização Econômica. Um de seus marcos principais foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

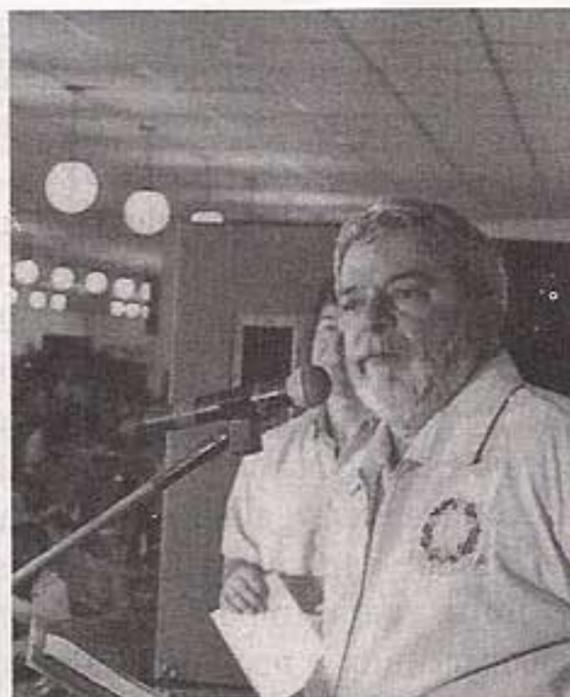
Embora temporariamente em segundo plano, os defensores do velho modelo livre cambista, agro-exportador (hoje chamado neoliberal) não deixaram de existir. Os interesses antiindustrialistas ainda tinham força e, em 1943, o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda debateu a garantia do mercado interno e de preços para as indústrias brasileiras, que recebeu parecer desfavorável do conselheiro Eugênio Gudín, paladino dos agraristas conservadores, livre-cambistas e antiindustrialistas, sob o argumento de que ela era "lesiva aos interesses dos consumidores". Em 1944, o debate entre os defensores da industrialização (como Roberto Simonsen) e seus adversários (como Eugênio Gudín), no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, mostrou que o conflito entre os dois modelos poderia eclodir assim que houvesse condições. Naquele ano, em uma reunião daquele organismo, o ministro Alexandre Marcondes Filho defendeu a "evolução do país (...) de um Estado agrícola, de tipo semicolonial, para uma nação que tende a assentar a sua estrutura econômica sobre a indústria". Tese rejeitada por Eugênio Gudín, que preconizava "uma política de austeridade econômica, considerando o crescimento dos meios de pagamento, a alta dos preços e a inflação os principais problemas a serem enfrentados por uma reformulação da política monetária". Ele queria a adoção dos princípios estabelecidos em Bretton Woods (onde foi criado o Fundo Monetário Internacional): liberdade de entrada e saída no país para o capital estrangeiro, igualdade de tratamento entre o capital estrangeiro e o nacional, abolição de qualquer restrição à remessa de lucros. Gudín advogava, diz Eli Diniz, "um tipo de industrialização subordinada aos interesses do setor externo da economia. De acordo com seu ponto de vista, a tarefa que se impunha ao governo, naquele momento, era o revigoramento do setor agroexportador e a preservação de sua preponderância na economia do país". O governo, segundo Diniz, precisava diminuir o volume de obras e investimentos e restringir o crédito.

A disputa entre dois modelos cresceu desde o final do Estado Novo, em 1945, demarcando os campos que se enfrentariam no cenário político brasileiro nas décadas seguintes: o nacional-desenvolvimentista, liderado por Getúlio Vargas, e o campo pró-americano e conservador (hoje chamado de neoliberal) liderado pela União Democrática Nacional e pelos antepassados políticos do PFL e do PSDB. A deposição de Vargas, em 1945, e a eleição do marechal Eurico Gaspar Dutra representaram um golpe na busca de um desenvolvimento autônomo. O governo Dutra foi, em todos os sentidos, uma antecipação do atual programa neoliberal. As importações foram praticamente liberadas, o apoio oficial ao desenvolvimento industrial foi nulo e o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos deram o tom das políticas interna e externa. As reservas que o Brasil havia acumulado duramente durante a II Grande Guerra – superiores a 600 milhões de dólares –, foram gastas de forma irresponsável, com a importação de bens de consumo, como geladeiras, automóveis e outras mercadorias consumidas pela população de alta renda.

Década de 1950

O campo nacional-desenvolvimentista, que parecia derrotado sob o governo Dutra, reafirmou-se em 1950, com a eleição de Vargas para um segundo mandato presidencial. “A minha atuação obstinada” – ele havia assegurado durante a campanha eleitoral – “foi transformar em nação industrial uma nação paralisada pela monocultura extensiva e pela exploração primária das matérias-primas”. Vargas atraiu para seu governo os setores nacionalistas do Exército, interessados em uma política econômica que desse autonomia à defesa nacional e que, portanto, apoiavam seu nacional-desenvolvimentismo. No governo, Vargas adotou várias medidas democratizantes e de defesa da economia nacional, como o fim da exigência de atestados ideológicos em eleições sindicais e a lei antitruste (que havia sido abolida pelos golpistas de 1945).

Vargas voltou à Presidência com a idéia de retomar o impulso perdido em 1945, mas em condições internas e externas mais difíceis. As reservas externas haviam sido consumidas; a reação interna fora forta-



Presidente Lula.

lecida sob Dutra, que manietou os sindicatos, perseguiu os comunistas e impediu, diligentemente, o reaparecimento de qualquer forma de organização popular. Externamente, o imperialismo, refeito do impacto da guerra, se fortalecia e a guerra fria estava no auge.

Seu governo enfrentou forte oposição que explorava inclusive as limitações do nacional-desenvolvimentismo ao tentar conciliar o programa nacionalista com participação do capital estrangeiro.

Foi naqueles anos que a disputa entre os modelos de desenvolvimento para o país assumiu sua feição moderna, e o choque entre o imperialismo e o nacional-desenvolvimentismo se aprofundou. Embora moderado, o nacionalismo de Vargas assustava as elites e o capital estrangeiro, que tentaram, num primeiro movimento, impedir sua posse. A “oposição conservadora”, diz Maria Victória M. Benevides, “liderada pela UDN, alimentava suas críticas à política econômica do governo pela aversão às propostas de política social e salarial anunciadas por Getúlio (...) e ao avanço do nacionalismo, em termos de intervenção estatal e controle do capital estrangeiro. Estava em jogo, portanto, a defesa de um modelo ‘neoliberal’, no qual predominavam definições conservadoras sobre a questão operária e privatistas sobre a questão da fórmula para o desenvolvimento”.

Mesmo assim, o governo Vargas criou alguns organismos que, no futuro, teriam enorme influência na industrialização do país. Além de lançar as bases para o planejamento da economia, ele fundou o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; criou a primeira comissão governamental para fomentar a indústria automobilística (em 1952); criou a Petrobras (em 1953) etc.

O clímax da reação conservadora contra Vargas foi a crise de agosto de 1954, que terminou com o suicídio do presidente, na madrugada de 24 de agosto. Mas o governo dos golpistas – dirigido por João Café Filho e com expoentes do entreguismo, como Eugenio Gudín, Otávio Gouveia de Bulhões e Otávio Marcondes Ferraz, aliados ao capital estrangeiro e do grande capital financeiro brasileiro –, não teve forças para impor integralmente seu programa conservador e neoliberal. Não conseguiu fazer sua reforma cambial nem acabar com o monopólio estatal do petróleo ou cancelar a eleição presidencial marcada para 3 de outubro de 1955. Mas revogou as restrições às remessas de lucros ao exterior pelas multinacionais. O nacionalismo ambíguo e moderado de Vargas foi abandonado e, no ministério da Fazenda, Eugênio Gudín dirigiu a economia brasileira no rumo da integração subordinada na economia mundial e do favorecimento do capital estrangeiro. Para o jornal norte-americano *The New York Times*, era “o homem certo, no lugar certo, no tempo certo”. Gudín criou a malsinada Instrução 113, da Sumoc (o Banco Central de então) que, segundo Caio Prado Jr., “dava aos investidores estrangeiros o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licenças de importação exigidas para trazerem do exterior os equipamentos de que necessitassem”.

Como o impulso pela industrialização era inelutável, os conservadores dos quais Gudín era porta-voz preferiam que fosse feita através do capital estrangeiro. Esse o espírito da Instrução 113: a industrialização com capital estrangeiro não levaria à alteração profunda nas relações sociais, não ameaçava a arcaica estrutura social e era uma opção de financiamento do desenvolvimento que não desviaria capitais da agricultura. A instrução 113 foi assim o certificado de nascimento do modelo associado-dependente, fortemente impulsionado pelo Plano de Metas de Juscelino Ku-

bitschek e aprofundado pelos governos militares após 1964.

O governo Café Filho durou poucos meses e foi substituído pelo do presidente eleito em 1955, Juscelino Kubitschek. Fora do governo, Gudín continuou sua pregação antiindustrialista; em 1956 (e esta é apenas uma de suas inúmeras manifestações semelhantes) dizia que “o erro do nosso processo de desenvolvimento tem justamente consistido em promover a industrialização”.

Recebendo a Instrução 113 como herança, Juscelino imprimiu outro rumo à industrialização, cuja ênfase agora era a atração de capitais estrangeiros, principalmente para a indústria automobilística. Assim, mais do que uma nova etapa na industrialização, o governo Juscelino Kubitschek representou uma reorientação de seu desenvolvimento. Algumas das mais poderosas multinacionais instalaram-se ou aprofundaram suas atividades no Brasil, beneficiadas pela Instrução 113. Entre elas, a Ford, a General Motors, a Volkswagen, a Krupp, a Mannesman etc que, rapidamente, se transformaram no pólo dinâmico da economia, estimulando todas as demais atividades produtivas. Estavam lançadas assim as bases do enorme desenvolvimento das décadas seguintes, baseado nas empresas estatais, empresas privadas nacionais e empresas estrangeiras.

Ao contrário do modelo anterior, cujo foco era a indústria de base, a ênfase agora era o setor de bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos, automóveis etc). Era um projeto de desenvolvimento aceitável para as classes dominantes, principalmente as elites agrárias e o capital financeiro, solidamente representados no Congresso Nacional e que tinha a vantagem, para elas, de manter o movimento operário sob controle. O latifúndio continuava intocado, o capital financeiro aprofundava a ligação com o imperialismo, os industriais conseguiram bons negócios com as multinacionais instaladas no país, e os trabalhadores pareciam satisfeitos com as possibilidades de novos empregos abertos pelas novas indústrias. Esse modelo importou os fabricantes para substituir a importação dos produtos. Para a classe dominante brasileira foi um verdadeiro achado; a modernização conservadora unificou seus vários setores, deu-lhes um arremedo de projeto nacional, ligou-os aos interesses do imperialismo e, ao mesmo

tempo, promoveu a modernização sem alterar a arcaica estrutura social.

A marcha triunfante do modelo associado dependente enfrentou ainda no governo de João Goulart (1961/4) uma breve e frágil tentativa de restauração do nacional-desenvolvimentismo, marcada por uma pauta extensa de reformas vistas como necessárias para a modernização do país. Entre elas, destacava-se a reforma agrária, num conjunto que incluía a renegociação da dívida externa, o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras e a regulamentação do ingresso do capital estrangeiro no país, as reformas urbana, administrativa, bancária, da previdência social, da educação, a regulamentação do direito de greve, a nacionalização das concessionárias de serviços públicos etc.

Ditadura militar

Mas Jango foi deposto pelo golpe militar de 1964, e a tentativa nacional-desenvolvimentista jamais chegou a ser implementada, tendo sido derrotada pelas armas.

Os militares de 1964 aprofundaram o modelo que herdaram de Juscelino Kubitschek; eles eram por sua vez os herdeiros e continuadores dos golpistas de 1954 que levaram Getúlio ao suicídio e chegaram ao poder com a disposição de, desta vez, não deixá-lo escapar, como havia acontecido dez anos antes. Eles tentaram, no governo do primeiro general presidente, Castelo Branco, implantar a política econômica que não puderam aplicar sob o de Café Filho. Adotaram o Plano de Ação Econômica Governamental, gerido pela dupla Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, herdeiros de Eugênio Gudin e das tradições liberais e livre-cambistas. Seu fundamento era: corte dos gastos públicos, aumento de impostos, restrição ao crédito e arrocho salarial. Adotaram também a Instrução 289, de

1965, que facilitava às empresas estrangeiras obter crédito no exterior e repassar os dólares obtidos ao governo brasileiro, trocando-os por cruzeiros. Na data do vencimento, o governo devolvia ao exterior a mesma quantidade de dólares e recebia da firma

emprestadora a mesma quantidade de cruzeiros, significando um verdadeiro subsídio dado pelo governo às multinacionais. O PAEG facilitou, ainda, a compra de empresas brasileiras por multinacionais, levando à desnacionalização e à desorganização da economia nacional.

O governo militar tentou uma discreta reorientação em 1971, com o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) que, sem hostilizar as multinacionais, propunha-se a colocar o empresário brasileiro em situação de igualdade com as empresas es-

trangeiras em iniciativas onde a convivência de brasileiros e estrangeiros fosse possível, reservava alguns setores estratégicos da economia aos empresários brasileiros e procurava encaminhar as multinacionais para a criação e expansão das indústrias de base. Em 1974, o II PND, no começo do governo Geisel, reiterou a promessa de fortalecer a indústria nacional, ressaltando a necessidade de um equilíbrio entre as empresas estatais, as empresas nacionais e as empresas estrangeiras e propondo-se a reverter o modelo de desenvolvimento baseado na produção de bens de consumo duráveis (como automóveis e eletrodomésticos) para um desenvolvimento baseado no setor de bens de capital e insumos duráveis. Isto é, propunha-se a corrigir a debilidade fundamental do desenvolvimento industrial brasileiro, dando-lhe autonomia e maturidade, pois tornaria nossa economia independente da necessidade de importar máquinas e equipamentos para sua atualização tecnológica.

Naquele ano, porém, o "milagre econômico" de 1968 a 1973 já dava sinais de esgotamento. A crise econômica mundial, que estouraria nos anos 1980, germinava lentamente. Assim, aquele esforço de lançar a economia numa nova fase de desenvolvimento traduziu-se no pesadelo da dívida externa

*O projeto neoliberal
representa o
futuro subordinado
que o imperialismo
e seus aliados internos,
isto é, o grande
capital brasileiro e
multinacional,
defendem para o Brasil.*

crescente. Vinculada a juros internacionais flutuantes, que começaram a crescer sem controle desde a chamada “crise do petróleo” de 1973-74, a dívida externa brasileira pulou rapidamente para o patamar de 100 bilhões de dólares. A crise eclodiu com força nos anos 1980, atingindo frontalmente a indústria brasileira.

Décadas de 1980 e 1990

O modelo de desenvolvimento que entrou em crise no final da ditadura militar – crise que se arrastou ao longo de toda a década de 1980, levando o Brasil à encruzilhada histórica apontada por João Amazonas em 1988 – foi o modelo associado dependente, baseado na instrução 113 de Eugênio Gudin, que se tornou realidade sob Juscelino Kubitschek e foi aprofundado durante a ditadura militar. Por isso Fernando Henrique Cardoso errou quando, ao despedir-se do Senado, em dezembro de 1994, às vésperas de tomar posse como presidente da República, garantiu que uma de suas missões seria colocar um ponto final à Era Vargas e a “seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista”. Ele se referia erradamente ao nacional-desenvolvimentismo que, da mesma maneira como a flexão feita por Gudin e adotada por Kubitschek e pelos militares, baseia-se na intervenção do Estado para fomentar o desenvolvimento. Com uma diferença: ao depender do financiamento externo e do capital estrangeiro, o modelo associado dependente foi fator de endividamento do Estado e de agravamento da dependência nacional, ao contrário do que previa a versão original, formulada desde a década de 1930 e que buscava a independência do país, o fortalecimento de sua economia e o bem-estar de seu povo.

A crise dos anos 1980 foi condicionada pela conjuntura mundial marcada pela inversão do fluxo de capitais determinada pelo aumento da taxa de juros nos EUA; até então, eram os países emergentes que permitiam as aplicações mais lucrativas do capital; depois do salto nas taxas de juros determinado pelo FED, o Banco Central norte-americano em 1979, os países em desenvolvimento perderam o poder de atração dos capitais que, agora, buscavam as melhores remunerações oferecidas pelos títulos do governo dos EUA. A consequência para países como México,

Brasil e outras nações em desenvolvimento foi o esgotamento do financiamento externo, impedindo a rolagem da dívida e levando esses países à bancarrota. Paralelamente, no final daquela década, a crise do socialismo na Europa pareceu indicar a vitória final do capitalismo, a falência dos projetos coletivos e socialistas e a inviabilização do Estado como indutor do desenvolvimento. Não há vida, desenvolvimento ou riqueza fora do mercado: este tem sido o mantra entoado desde então.

Foi nessa conjuntura de derrota estratégica que, no Brasil, a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República indicou a ultrapassagem, pela direita, da encruzilhada histórica que se erigiu ao final da ditadura militar. Foi o início da implantação do programa neoliberal, com sua aversão ao protagonismo do Estado como indutor do desenvolvimento. O chamado “Consenso de Washington” resumiu aquela saída conservadora para a crise, impondo a receita do FMI e do Banco Mundial para estabilizar e ajustar as economias dos países periféricos e adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. A expressão foi criada em 1990 pelo economista anglo-americano John Williamson, em um seminário promovido pelo governo norte-americano e designa uma estratégia de ajustamento econômico que prevê três passos a serem dados nessa ordem: 1) estabilização da economia (combate à inflação); 2) realização das reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial); e 3) retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento.

O projeto neoliberal representa o futuro subordinado que o imperialismo e seus aliados internos, isto é, o grande capital brasileiro e multinacional, defendem para o Brasil. Seus eixos principais são a estabilização da moeda; privatizações; desregulamentação de mercados; liberalização financeira e comercial; desenvolvimento baseado nos investimentos estrangeiros. Projeto que, desde seus primeiros passos, enfrentou forte resistência dos interesses populares e empresariais que contrariou, dificuldades ilustradas pelo fim da aventura presidencial de Fernando Collor de Mello, o homem que colocou esse projeto à frente do governo. Sob Fernando Henrique Cardoso, as classes dominantes tradicio-

nais, as classes dominantes emergentes enriquecidas pelas privatizações e por grandes operações no mercado financeiro, o grande capital brasileiro e estrangeiro e seus aliados internos, costuram a grande aliança de proprietários que vai da FIESP aos coronéis “renovados” do Nordeste, e sua bandeira é a modernização conservadora e a atualização da velha inserção subordinada do Brasil no jogo das potências imperialistas.

Com a eleição de Lula, em 2002, o mesmo velho e renitente problema se recoloca: o problema da construção de um novo rumo de desenvolvimento, autônomo e soberano. A questão que está no centro do debate político dos últimos anos é o papel do Estado no desenvolvimento. Os programas de moder-

nização conservadora apregoados pelas elites, e o projeto neoliberal é o principal deles, são marcados por uma lógica de classe transparente. Para a classe dominante, trata-se de manter o Estado e o governo subordinados ao grande capital, servindo a seus interesses. Para os setores populares, a força do governo deve ser usada para induzir o crescimento econômico, voltar a produção da indústria e da agricultura ao atendimento das necessidades de nosso povo. Estes são, fundamentalmente, os dois programas que se recolocam outra vez em uma sucessão presidencial em nosso país.

José Carlos Ruy é jornalista e editor de Princípios.

Bibliografia

- AZEVEDO, Carlos e Zago Jr, Guerino. *Do tear ao computador - as lutas pela industrialização do Brasil*. São Paulo, Política Editora, 1989.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- BELLO, José Maria. *História da República, 1889/1954*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victória M. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin - capitalismo e neoliberalismo*, São Paulo, EDUC, 1996.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal - I: Instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo, Difel, 1985.
- DEVEZA, Guilherme, “Política tributária no período imperial”. In Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II. *O Brasil Monárquico*. 4º vol, São Paulo, Difel, 1971.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MARQUÊS do Lavradio (vice-rei do Brasil de 1769 a 1779). Relatório apresentado ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, seu sucessor. In Visconde de Carnaxide, *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1979.
- PRADO Jr, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1971.
- RUY, José Carlos. “A modernização conservadora de 64 e o projeto neoliberal”. In *Princípios*, no 33, maio/junho/julho de 1994.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil* (organização: Miriam Dolhnikoff). São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. I, *A vida de José Bonifácio*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960.
- SOUSA, Irineu Evangelista de, Visconde de Mauá. *Exposição aos credores de Mauá & Cia e ao Público* (primeira edição: 1878). In *Barão de Mauá - empresário e político*. Roberto Bianchi e Ronaldo Bianchi (orgs), Bianchi Editores, São Paulo, 1987 (edição fac-similar).

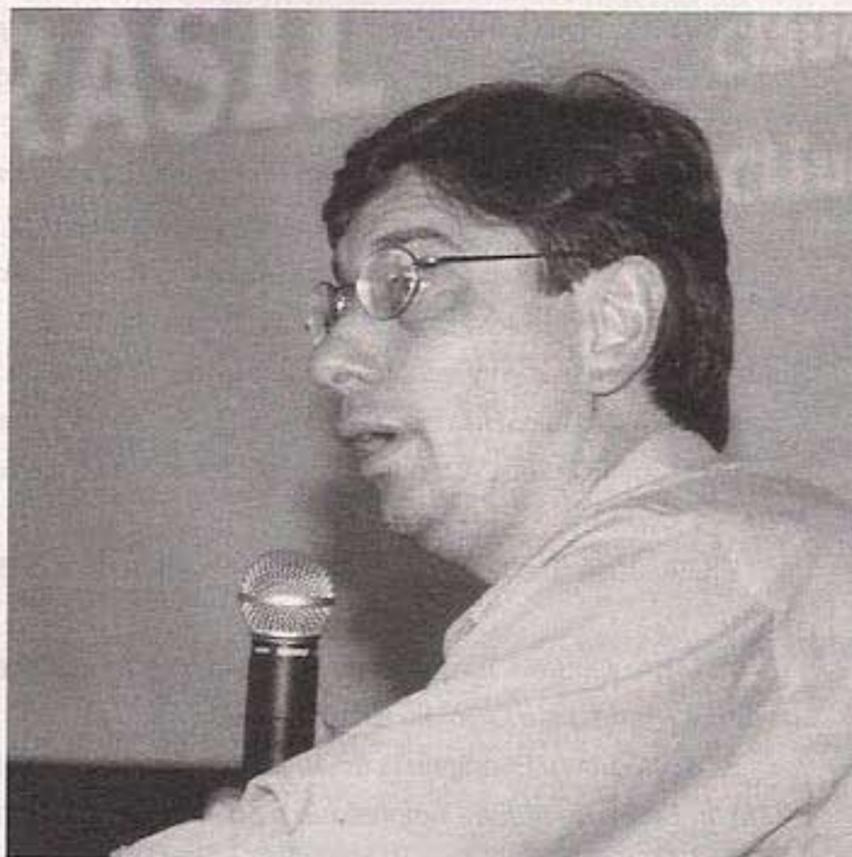
Financeirização, concentração de renda e desemprego. Como valorizar o trabalho?

O professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp fala sobre a correlação entre a financeirização, a concentração de renda, a desvalorização do trabalho e novo perfil das classes sociais no Brasil

Por A. Sérgio Barroso e Edvar Luiz Bonotto

A década de 1990 foi marcada pela abertura comercial, privatizações com elevado desemprego e desnacionalização da economia brasileira. Inaugurou-se um período de Investimentos Estrangeiros Diretos voltados para a aquisição de unidades produtivas no Brasil e não para a instalação de novas plantas. Poderia se afirmar que a classe operária industrial diminuiu de tamanho no Brasil desde então?

Pochmann – Temos fatos novos nas duas últimas décadas, mas que ficaram mais claros a partir dos anos 1990 e que apontam para uma crescente polari-



Pochmann.

zação social no Brasil. Quando comparamos a estrutura da sociedade brasileira no início do novo século – com os dados que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, do IBGE) permite, inclusive de 2003, ou mesmo o censo demográfico de 2000 – com as informações de 1980, por exemplo, visualizamos um nítido movimento que mostra, de um lado, a ampliação da população com níveis de renda até três salários mínimos e, de outro, o crescimento da população considerada rica.

Nos dias de hoje identificamos como famílias com um elevado nível de riqueza aquelas que dispõem de renda superior a R\$ 45 mil mensais per capita. E observamos – na comparação dos anos 1980 com o ano 2000 – que houve um aumento significativo das famílias com elevado nível de riqueza.

Portanto, o primeiro aspecto a ser ressaltado diz respeito a essa polarização social que está associada à ampliação das classes baixas em termos quantitativos e relativos e à expansão das classes muito ricas da população. Por consequência temos, então, uma redução absoluta e relativa da classe média.

A classe média foi produto do projeto de industrialização nacional dos anos 1930-1980 em que tivemos uma expansão importante de empregos seja na grande indústria privada, seja no próprio setor público. E esses dois setores – industrial e público – foram fortemente afetados com o que ocorreu a partir dos anos 1990. Em primeiro lugar, a abertura comercial, produtiva, tecnológica e financeira, levou a um acirramento da competição no setor privado, cuja consequência principal foi a terceirização e a redução de empregos à classe média. No setor público tivemos um esvaziamento do papel do Estado. E isso trouxe como consequências não apenas a redução do nível de renda do setor público de um modo geral, mas também a queda relativa na quantidade de pessoas nele ocupadas. Por exemplo, em 1980 tínhamos em torno de 12% do total da ocupação brasileira absorvidos pelo setor público; em 2003 o setor público representa não mais do que 8%.

O segundo ponto que podemos destacar diz res-

peito à fuga de cérebros do país. As opções que foram tomadas nessas últimas décadas fizeram com que o Brasil se inserisse na economia mundial como produtor de bens de baixo valor agregado. O Brasil tem aumentado sua participação – especialmente na segunda metade dos anos 1990 para cá, com a mudança do regime cambial – no mercado mundial produzindo e exportando bens de menor valor agregado, especialmente agronegócios e extrativismo mineral.

E o diferencial de competitividade nesses setores basicamente se sustenta no reduzido custo/trabalho. O custo/trabalho na indústria de transformação no Brasil dos anos 1980 era em torno de 3 a 4 dólares/hora. Em 2003 tal relação caiu para 1 dólar/hora. Isso indica que as oportunidades que o Brasil tem em termos de ampliar sua exportação da forma como vem se inserindo economicamente terminam sendo fruto da gera-

ção de postos de trabalho de reduzida remuneração e, em geral, aqueles que absorvem trabalhadores de escolaridade média, não os de escolaridade alta. Logo, parcela daqueles jovens de baixa escolaridade que estão hoje conseguindo completar o ensino superior não encontra oportunidade de trabalho no Brasil. Entre o censo de 1991 e o de 2000 tivemos uma fuga de 1.350 milhões de jovens do Brasil. Geralmente são jovens de maior escolaridade. Há uma estimativa de que a cada ano haja uma saída de aproximadamente 120 mil jovens de alta escolaridade do Brasil.

O terceiro aspecto relacionado à dinâmica da financeirização da riqueza é que temos hoje – nesses primeiros cinco anos desta nova década – uma dívida pública equivalente a aproximadamente 50% do PIB. Temos uma dívida pública que oferece a cerca de 20 mil clãs de famílias a possibilidade de terem uma remuneração, a cada ano, equivalendo a 7% a 8% do PIB. São as famílias de extrema riqueza que respondem por aproximadamente 86% dos títulos públicos nacionais e absorvem de 7% a 8% da riqueza nacional na forma de pagamento do serviço da dívida.

Essa é a chamada riqueza financeirizada que se concentra cada vez mais num segmento bastante re-

Temos uma dívida pública que oferece a cerca de 20 mil clãs de famílias a possibilidade de terem uma remuneração, a cada ano, equivalendo a 7% a 8% do PIB.

duzido da população. Esses “clãs” absorvem um recurso considerável da riqueza nacional e não têm compromisso algum com emprego e produção. Esse segmento tem importância significativa, pois são famílias vinculadas não apenas ao setor financeiro, mas também à parte do setor produtivo, de comunicações etc. Ao mesmo tempo, percebe-se que há uma concentração dos ricos em poucas áreas físicas do país – especialmente a cidade de São Paulo vem cada vez mais concentrando esses ricos financeirizados.

O neoliberalismo, além de desemprego, produziu alterações no perfil de diversas camadas trabalhadoras. Como o senhor caracteriza essa fragmentação? A dinâmica dessa mutação?

Pochmann – A expansão dos “novos agregados sociais” é um elemento bastante interessante a ser considerado nas análises sobre o comportamento no mundo do trabalho, especialmente na década de 1990. Observamos que nas duas últimas décadas cresceu o que poderia ser considerado um corpo de ocupações vinculadas diretamente à renda dos ricos.

Por exemplo, nos anos 1990 a ocupação que mais cresceu no Brasil foi a de trabalho doméstico – de cada dez ocupações abertas nessa época quase três foram de trabalho doméstico. A segunda foi a do trabalho ambulante; a terceira, segurança pública e privada. Então, como observamos, no entorno de um condomínio de alta renda se verifica a existência de praticamente um exército de servidores das famílias residentes nos condomínios. São ocupações que vão de limpeza tradicional, trabalho doméstico, mas também manicure, segurança, cortador de grama, pessoal trainer e demais formas de assessoria à vida dessas famílias de extrema riqueza.

Esse importante conjunto, expressivo dos ocupados, basicamente, não se vincula à classe operária, não está diretamente relacionado às defesas de direitos, como a própria legislação trabalhista. Então, isso é de fato uma novidade importante porque, embora seja um segmento que dependa fundamentalmente da renda dos ricos, em geral são ocupações de remunerações relativamente muito baixas. No entanto, representa um segmento que vocaliza muito mais o interesse dos ricos do que da população mais pobre à

qual eles pertencem. Um exemplo concreto disso, que ocorreu na cidade de São Paulo nas eleições do ano passado foi o fato de, apesar desses mesmos segmentos populacionais terem sido beneficiários de políticas da administração, terminaram votando contra Marta Suplicy, justamente porque guardavam impicâncias originárias dos ricos que foram penalizados pela política tributária e pela orientação da aplicação dos gastos nas regiões mais periféricas.

Outro fenômeno importante em relação à dinâmica do mundo do trabalho está associado à realização de uma reforma trabalhista branca que ocorreu muito mais pelo comportamento do mercado de trabalho (pelas decisões dos capitalistas) do que pela realização de uma mudança legal. Embora mais de 30 medidas tenham sido implementadas nos anos 1990 em termos de descaracterização/alteração do código trabalhista, o que se percebeu, na verdade, foi a difusão de novas formas de contratação. Tínhamos basicamente até os anos 1980 um padrão de contratação que era a carteira de trabalho assinada, o contrato individual de trabalho. Hoje, verificamos que, ao longo dos anos 1990, ocorreu uma difusão de outras formas de contrato. Observamos que uma grande empresa tem, hoje, possivelmente entre oito e dez tipos de contrato (de trabalhadores terceirizados, que significa níveis de contratação bastante distintos; consultores; os trabalhadores autônomos; o contrato com pessoa jurídica, isto é, a empresa em que a pessoa é prestadora de serviço; contratos com estagiários em crescimento; free lancer; a isso vão se juntando, as cooperativas). Há uma pulverização de formas de contratação que, em geral, são contratos que terminam oferecendo custos relativamente menores.

Por outro lado existe hoje uma classe operária de maior escolaridade, mas também muito mais fragmentada, justamente pelas dinâmicas de contratação que foram difundidas nos anos 1990 sem nenhum controle – muitas vezes até estimuladas pelo Ministério do Trabalho, que optou ao longo desses anos por não exercer fiscalização.

Com o desemprego avassalador nos 8 anos da era FHC, o que ocorreu com os setores mais desprotegidos do mercado de trabalho, ou seja, jovens, mulheres e negros?

Pochmann – Temos um problema gravíssimo em termos de desemprego no Brasil para a juventude. Metade do desemprego nacional está concentrada em pessoas dessa faixa etária. Parte disso diz respeito ao perfil das ocupações e outra parte justamente ao fato de haver muitas pessoas desempregadas adultas, com maior escolaridade e maior experiência profissional, que terminam disputando vagas com os jovens.

Outro aspecto importante diz respeito ao aumento do desemprego entre as pessoas com mais de 40 anos de idade. Isso significa enorme dificuldade para voltar ao mercado de trabalho como assalariado. Por isso, têm crescido alternativas de ocupação, via formas de cooperativa, de trabalho autônomo ou um certo empreendedorismo. Mas, em síntese, dificilmente as pessoas dessa faixa etária, que perdem seu posto – após até 25 anos de trabalho assalariado – têm condições de voltar.

Por fim, em termos de gênero, inegavelmente tem crescido a participação feminina. De cada dez ocupações que foram abertas nos anos 1990, seis delas foram ocupadas por mulheres. Mas o aumento desta participação – e isso é importante ser salientado – ocorreu praticamente em ocupações tradicionalmente já ocupadas pelas mulheres como no setor de serviços, sobretudo com a descentralização do gasto público em áreas sociais. Em setores como a indústria, por exemplo, ainda é relativamente reduzida a participação feminina. Mas o mais grave é que, a despeito de ter havido uma redução na diferença entre a remuneração média feminina e a masculina, isso foi influenciado, sobretudo, pela maior perda do poder aquisitivo da remuneração masculina e não pelo aumento da remuneração feminina.

Logo, é possível perceber que a redução da diferença de remuneração masculina e feminina diz respeito justamente à maior precarização do mercado de trabalho que atingiu ao homem. E a grande questão é que a despeito de as mulheres terem maior escolaridade, isso não vem acompanhado de remuneração equivalente à do homem. Isso mostra um mercado

de trabalho com grande discriminação no diz respeito a gênero, raça etc.

Há um estudo que tivemos oportunidade de fazer sobre o perfil do desemprego e observamos também que à medida que a população negra aumenta sua escolaridade, aumenta também sua relação com o desemprego. Se tomarmos como referência brancos e negros com um ano de escolaridade a diferença da taxa de desemprego é em torno de cinco vezes. Quando se considera brancos e negros com quinze anos de escolaridade a diferença da taxa de desemprego chega a sete vezes. Em relação à população negra, mesmo melhorando a escolaridade há uma grande discriminação na contratação. Especialmente porque com maior escolaridade funciona justamente o critério de indicações de relações sociais que, na maior parte das vezes, termina precarizando não apenas os negros como também os mais pobres, que a despeito de seu esforço de elevar a escolaridade não resulta em situação ocupacional melhor.

O futuro do trabalho valorizado no Brasil depende, na verdade, de uma alteração profunda da inserção do Brasil na economia mundial.

O alastramento do trabalho feminino parece um fenômeno mundial, com a adoção das políticas econômicas liberais, o desemprego a precarização do trabalho. Há também uma grande discussão sobre a constatação desse sério problema do empobrecimento da classe média...

Pochmann – Na verdade, a pressão pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho em geral se relaciona ao rebaixamento da renda do chefe da família. E isso termina estimulando o ingresso antecipado da mulher no mercado de trabalho, como também dos filhos, que terminam contribuindo como mecanismo de ajuste de renda.

Por outro lado, percebe-se que justamente na classe média as mulheres têm um desempenho escolar superior ao dos homens, porque já é perceptível no ensino médio e também na universidade maior taxa de participação feminina no ensino. Então, temos, na

verdade, uma pressão feminina pelo ingresso no mercado de trabalho e na maior parte das vezes isso vem associado a postos de trabalho relativamente simples. De cada dez postos de trabalho abertos, seis são ocupados pelas mulheres porque o grosso da ocupação se concentrou basicamente em trabalho doméstico, e mesmo em trabalho ambulante, que conta com o aumento da participação feminina. O que acontece é que em geral o rendimento auferido pelas mulheres é menor que o dos homens. E se percebe também novas realidades em termos de relacionamento familiar. No que diz respeito, sobretudo, à menor presença dos pais no acompanhamento/evolução dos filhos isso tem tido alguma relação com o problema, por exemplo, da violência. Um estudo feito na cidade de São Paulo demonstrou que os filhos da população mais pauperizada não tinham possibilidades de maior convivência com os seus pais e, ao mesmo tempo, há uma enorme carência de serviços públicos – escolas próximas às localidades de população mais pobre, ausência de creches – que termina afunilando por um desenvolvimento familiar desestruturado.

Um dado interessante é aquele relacionado entre desemprego na classe média e participação feminina no mercado de trabalho. Isso implica em maior permanência dos filhos com a família, ocasionando um conflito inter-relacional dos filhos nas famílias de classe média. Se olharmos para três décadas atrás era muito comum que o jovem já tivesse capacidade de alçar à autonomia financeira e constituição de uma nova família, sobretudo porque o mercado de trabalho lhe daria, de alguma maneira, condições para isso. Hoje, justamente a construção da família ou a autonomização financeira está cada vez mais postergada. Significa que os filhos foram ficando cada vez mais tempo dentro da casa dos pais. Isso tem repercussão porque, de um lado, os pais permanecem mais tempo comprometidos com o financiamento de seus filhos, quando – no passado, pelo menos – muitas vezes eram os filhos que ajudavam no financiamento dos pais.

Hoje se percebe em termos de classe média a dificuldade de encontrar um posto de trabalho que permita aos filhos reproduzir um padrão equivalente ao que seus pais tiveram anteriormente. Isso aponta para um quadro de imobilidade social. O grande charme do capitalismo brasileiro no pós-guerra foi

justamente o charme da mobilidade social. O que verificamos hoje é que esse charme praticamente desapareceu. Quer dizer, há um quadro de imobilidade geral, quando não de regressão. Olhando inclusive a PNAD de 1996, que tratou da mobilidade social, ascensão social, percebe-se que quando comparamos a ocupação dos entrevistados com a ocupação que eles tinham há dez anos, se verifica que, na verdade, eles permaneceram, quando muito, no mesmo posto de trabalho. Por outro lado, na comparação do emprego do filho com o do pai, percebe-se na maior parte das vezes que os filhos não conseguem, apesar de ter o mesmo tipo de ocupação do pai, alçar a uma situação de renda superior à que tinham seus pais. Portanto, há uma tensão, um conflito intergeracional gravíssimo no Brasil. E isso, no meu modo de ver, está associado a essa situação pouco conhecida em termos de regressão ou imobilidade social.

O crescimento do emprego formal no governo Lula chama atenção se comparado com as tendências contrárias de todo o período de Fernando Henrique Cardoso. Como o senhor já comentou, os salários, ainda baixos, têm sido concentrados em alguns setores exportadores. A questão mais relevante para nós é: como enfrentamos o problema da valorização do trabalho no atual contexto?

Pochmann – A temática do trabalho é extremamente complexa e na maior da parte das vezes há uma dificuldade de os governos estabelecerem uma ação direta sobre ela. Justamente porque o trabalho termina sendo resultado de um conjunto de ações que estão associadas não apenas às políticas públicas, mas também a uma orientação em termos de desenvolvimento econômico e social. Atualmente, estamos diante de duas ordens de questões novas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi na verdade uma ação antecipadora que abriu a perspectiva da organização do trabalho por intermédio do assalariamento. Sabemos que essa valorização foi relativa. No entanto, do ponto de vista estrutural, se compararmos a 1980 o Brasil tinha mais de 2/3 dos seus ocupados sendo assalariados, enquanto em

1940 havia 1/3 dos ocupados assalariados. Então, houve um movimento em torno do assalariamento, que abriu a perspectiva de estruturação do mercado de trabalho, mesmo que incompleto – mas inegavelmente superior quando se compara o início do século XXI com a década de 1980.

Dessa forma, a CLT teve um papel estratégico porque ela foi constituída para o trabalho assalariado quando ele era praticamente residual no Brasil – menos de 1/3 das ocupações era assalariada – e o seu protagonismo foi tão importante que representou uma orientação em praticamente 50 anos. Então, o primeiro aspecto que precisamos considerar diz respeito a que trabalho nós queremos ter no Brasil nos próximos 30 ou 40 anos. Porque é esse o papel que a CLT teve quando da sua constituição na década de 1940. Tinha-se clareza de que o Brasil seria um país assalariado dali a três ou quatro décadas. Mesmo não tendo essa certeza foi se construindo uma série de elementos que apontaram perspectivas para o Brasil se industrializar, urbanizar-se e constituir uma classe operária assalariada, como de fato se constituiu a despeito das dificuldades etc.

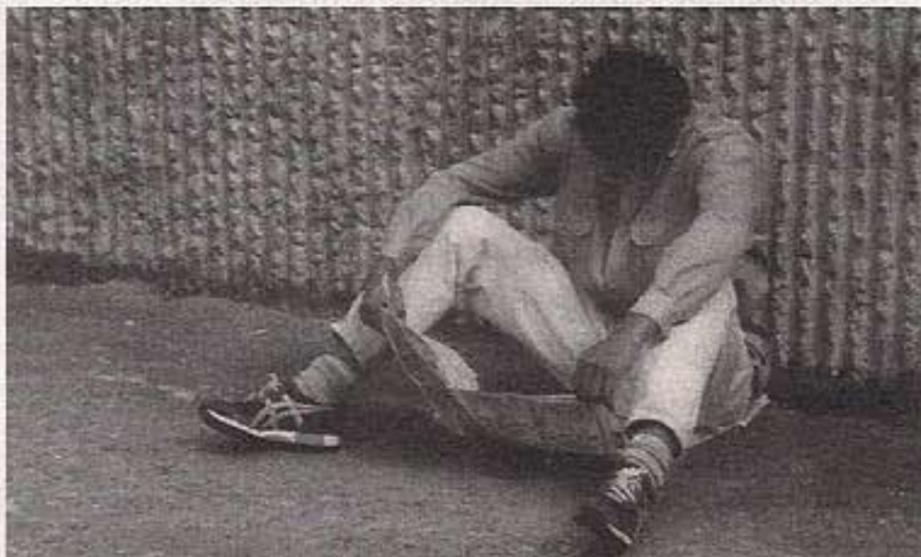
Como estamos pensando o projeto nacional, o primeiro elemento que nos vem à mente é a sociedade que queremos daqui a 30 anos. Vai ser uma sociedade do trabalho assalariado? Vai ser uma sociedade do trabalho de diferentes tipos de contratação, não apenas assalariado, de cooperativas, de autônomos? Se nós não temos certeza sobre esse futuro, evidentemente, teremos de ter alguns princípios orientadores.

Logo, pensar o Brasil para as próximas décadas certamente representa levar em consideração a capacidade de as novas regras de regulação do mercado de trabalho terem capacidade de incorporar esses segmentos dando a eles condições de organizar seus interesses e, mais do que isso, terem condições mínimas de proteção. Por exemplo, os trabalhadores ambulantes – que em São Paulo já ultrapassa a casa dos 70 mil – precisam ser incorporados por uma legislação que lhes dê alguma segurança. Então, olhar o trabalho para o futuro em termos de desenvolvimento nacional requer, no meu modo de ver, a constituição de um padrão mais amplo em termos de regulação do trabalho, que não seja tão somente assalariado.

O segundo ponto, em termos de possibilidade de valorização do trabalho, significa ver as possibilidades que o Brasil tem perante o contexto da nova divisão internacional do trabalho. Em termos mundiais, a divisão do trabalho não é mais o que era tradição da divisão internacional do trabalho do século XX – o trabalho industrial e o trabalho agrícola. Parte da América Latina, especialmente o Brasil, conseguiu alterar a sua forma e se colocou como país industrial. Abriu assim a perspectiva de valorização do trabalho em melhores condições.

Hoje, os países que têm melhores condições de elevar a qualidade do trabalho foram os que fizeram fortes investimentos em tecnologia. Há um exemplo concreto disso: em 1979, segundo dados da OIT, o mundo tinha algo em torno de 45 milhões de desempregados – o desemprego aberto que é o conceito mais restrito de desemprego. E o G-7 (os sete países mais ricos do mundo) respondia por praticamente 33% do desemprego mundial. Em 2002, segundo a OIT também, o volume de desempregados no mundo havia aumentado para 160 milhões; e destes o G-7 responde agora por 12% do desemprego total. O que indica, na verdade, que o desemprego está se concentrando cada vez mais em termos absolutos nos países que menos investimentos tecnológicos têm feito.

Então, as oportunidades de valorizarmos o trabalho dizem respeito à inserção do Brasil na economia mundial e às opções que ele faz em termos de ampliar ocupações de maior qualidade. Portanto, o projeto nacional precisa levar em consideração os investimentos em tecnologia que, no meu modo de ver, são estratégicos; porque do contrário o Brasil torna-se um país com oportunidade de expansão do



Anos 90: à procura de trabalho...

trabalho mas, em geral, um trabalho, mesmo com maior escolaridade dos trabalhadores, com postos muito simplificados – postos de trabalho que dependem basicamente do diferencial de competitividade no custo reduzido da mão-de-obra. Então, nesse sentido é muito difícil construir um país que tenha na sua unidade nacional trabalho, mesmo que em grande quantidade, com uma qualidade extremamente precária e que não ofereça aos ocupados uma condição de vida digna.

No estudo que fizemos algo é impressionante: temos, hoje, 1/3 dos trabalhadores com carteira assinada vivendo em condições de pobreza absoluta. Quer dizer, o fato de uma pessoa ter carteira assinada hoje não é condição suficiente para lhe permitir viver acima da linha de pobreza, quando se considera a renda desse trabalhador e o número de dependentes. Isso em 2002, pois em 1980 havia 7% dos trabalhadores com carteira assinada associados à vida abaixo da linha de pobreza.

Muitos – sobretudo os de visão neoliberal – dizem que o problema de enfrentar a pobreza é formado por aqueles que não têm carteira assinada. Esse não é mais o elemento diferenciador, no meu modo de ver, da situação de pobreza.

Para mim, o governo Lula ainda tem um bom problema. O mau problema é não ter empregos. Estamos numa situação em que a taxa de desemprego caiu, especialmente em 2004-5, comparativamente a 2003. Ou seja, havendo produção haverá aumento de emprego. O péssimo problema é não ter emprego. Nós estamos diante de uma situação diferente: aumentou o emprego. Não como gostaríamos, mas inegavelmente aumentou o nível de ocupação. Agora, precisamos ver como aumentar a qualidade dessa ocupação, que não é, no meu modo de ver, um problema de oferta da qualidade da mão de obra, mas, sobretudo, da demanda desses empregos que estão sendo gerados pelo padrão de produção. Atualmente se diferencia em termos de competitividade justamente pagando custos decrescentes em termos de trabalho. E nessa situação há um enfrentamento inegável com todas aquelas forças que pressupõem reduzir os direitos que os trabalhadores brasileiros conquistaram ao longo do século XX.

Toda uma mobilização que está em aberto, certamente, na hipótese de haver uma discussão maior

a respeito da reforma trabalhista e inegavelmente a questão dos direitos vai ser recolocada novamente. Isso foi tentado por várias oportunidades do governo Fernando Henrique. Uma das primeiras medidas do governo Lula foi retirar a mudança que tinha sido aprovada pela Câmara e já estava no Senado que era, na verdade, a flexibilização da CLT em termos de flexibilização para baixo. A CLT é flexível para cima, ou seja, os trabalhadores, as empresas podem acertar jornadas inferiores de trabalho, inferiores a que a legislação da CLT estabelece. Quer dizer, não pode aumentar a jornada de trabalho. E o governo FHC apontava justamente a flexibilização para baixo. E isso foi interrompido pelo governo Lula em termos de medida institucional; embora verificamos ainda que, a despeito de ter sido interrompida, a realidade do mercado de trabalho frente à abundância da população que sobra às necessidades do capital termina tensionando para que se aceitem formas muito precárias de ocupação.

Então, um projeto de desenvolvimento nacional precisa olhar o Brasil para as próximas 30 décadas e perceber que nós estamos diante da possibilidade de ter um mercado de trabalho mais heterogêneo. Se essa for a dinâmica predominante é necessário contar com um regulação pública que dê conta dessa heterogeneidade. Não apenas o movimento de homogeneidade do mercado de trabalho assalariado, mas também outras formas de trabalho. Inclusive porque do contrário haverá uma tensão crescente em definir os trabalhadores assalariados com direitos como sendo privilegiados porque eles representam uma parcela pequena da população. Para se ter uma idéia somente um de cada três ocupados no Brasil tem carteira assinada (PNAD-2002). Nesse sentido, no meu modo de ver, é estratégico o ponto de vista do movimento sindical.

Por outro lado o futuro do trabalho valorizado no Brasil depende, na verdade, de uma alteração profunda da inserção do Brasil na economia mundial.

A. Sérgio Barroso é médico, membro do Comitê Central do PCdoB e doutorando em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp. Edvar Luiz Bonotto é doutor em direito pela PUC-SP e membro da comissão editorial de Princípios.

O Nordeste e a política de desenvolvimento regional

As desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento regional são questões políticas

André Martins

Que fazer com a Região-problema? A pergunta de 1959-60 recoloca-se agora. Naquele momento, a resposta do Estado brasileiro, para alívio das elites regionais, amedrontadas pelos flagelados da Seca de 1959 e pela “ameaça comunista” das Ligas Camponesas – era então o Nordeste “região explosiva”, segundo Josué de Castro – seria dada pela ins-

tituição da Sudene e pela perspectiva positiva do planejamento regional delineada no Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Hoje, extinta a Sudene, a Região ainda tem muitos problemas. Não só sua renda per capita é de apenas 60% da nacional, como 17,6% dela têm origem em transferências governamentais⁽¹⁾. Na maioria de suas sub-regiões, mais de 30% da população têm menos de quatro anos de estudo e menos de 4% de seus ha-

bitantes tem 12 ou mais anos de estudo. A seca de 1998-1999 fez com que mais de 90% das lavouras de mandioca e de algodão se perdessem, nos cinco estados mais afetados, e empurrou, em todo o Nordeste, 1,2 milhão para as frentes produtivas (novo nome para as frentes de trabalho velhas de um século). São dados “de chegada”, indicadores dos malogros de quatro décadas.

Nesse interregno houve vários programas e planos de desenvolvimento. E há novos, involucrados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração Regional. A seguir procuraremos avaliar algumas das propostas dessa Política, com base numa revisão dos (des)caminhos tomados pelo planejamento para o desenvolvimento do Nordeste nas últimas décadas.

Do planejamento regional à tecnocracia

A viabilização histórica da Sudene tomou rumo distinto do preconizado pelo Relatório do GTDN. A industrialização regional nordestina foi a linha de ação mais frutífera – e praticamente a única a que se deu atenção após o golpe de 1964. No entanto, não se implementou o *centro autônomo de expansão manufatureira* preconizado pelo GTDN. Ali, a experiência de desenvolvimento regional, com base na industrialização incentivada⁽²⁾, sujeitou-se às determinações da oligopolização da economia brasileira. Efetivamente a região se industrializou e se integrou à base produtiva do Centro-sul. Ainda que o preço da integração tenha sido a complementaridade, a importação de capitais e um parque industrial em boa medida *não-nordestino*.

A complementaridade avança nos anos de 1970 à medida que se adota a estratégia de desenvolvimento polarizado com vistas à integração nacional, que culminará no II PND. Na década anterior, enquanto o problema regional identificado pelo GTDN era a desproporção dos níveis de renda relativamente ao Centro-sul (e a tendência ao agravamento dessa disparidade),

a preocupação explícita do II PND era incrementar o crescimento do produto nacional, aproveitando a vocação nordestina para explorar matérias-primas e bens intermediários. O comprometimento da indústria seria menos com a redução de desemprego do que com a geração de crescimento e modernização, fosse qual fosse o estado da concentração de riqueza.

A perspectiva positiva do planejamento regional sucumbia à perspectiva tecnocrática do planejamento “nacional”, esvaziando as instituições encarregadas do desenvolvimento regional dos princípios que nortearam sua criação. Caso típico da Sudene, concebida para canalizar e exercer uma vontade política regional em âmbito federal, no legislativo e no executivo.

*O que se
requer são
investimentos
governamentais
de porte, que
favoreçam
atividades com
maior valor
agregado.*

“Não se tentava apenas lidar com as questões específicas da região, mas também estar presente nas instâncias que definem a política global do país, a fim de que nenhuma decisão maior fosse tomada sem ter em conta seus efeitos na região economicamente mais débil. Na medida em que o Poder Executivo foi ocupando mais espaço no campo das decisões substantivas, o princípio federativo se foi diluindo. A votação do orçamento federal, que era expressão maior da vontade política da nação, perdeu grande parte de seu relevo, a partir do momento em que o executivo adotou a técnica da ‘liberação de verbas’ (...)

Não se pode desconhecer que o poder executivo, em particular no que respeita às instâncias que atuam campo econômico-financeiro, está sob forte influência das regiões em que se concentra o poder econômico... Carecendo de poder econômico, procurava o Nordeste valorizar o peso político que lhe advém de fatores históricos e da expressão demográfica. Contudo, esse fator político se anula, ou perverte, no quadro de um regime autoritário, que por definição é centralizador. Não é de admirar que a Sudene se haja descaracterizado a partir do momento em que se esvaziou a autonomia dos Estados e os governadores já não exerciam um mandato popular” (FURTADO, 1982: 136-7).

De 1988 aos Eixos

No decorrer da crise da dívida externa e da crise fiscal do Estado brasileiro, a primeira vítima da onda desestatizante em formação seria as políticas de desenvolvimento regional. Daí em diante o declínio seria vertiginoso.

Destaque-se o ímpeto descentralizador promovido a partir de 1988. De repente, estados e municípios descapitalizados e despreparados eram chamados a assumir novas funções, entre elas o intrincado tratamento do planejamento regional e urbano, de que a União desobrigara-se quase que por completo.

“O exemplo que sintetiza a perfeição os efeitos danosos da mudança nas relações intergovernamentais instituídas em 1988 é a corrida desenfreada das esferas estadual e municipal para atrair novos investimentos, por meio de isenções fiscais, de facilidade de financiamento e de preparação de infra-estrutura... Em suma, é essa a chamada ‘guerra fiscal’” (TAVARES, 2002: 244).

A *guerra fiscal* somar-se-ia ao léxico dos anos de 1990: globalização, localismo, territórios flexíveis, desregulamentação... Avança a privatização e o Estado passa a ser visto como instância meramente articuladora e mobilizadora dos esforços de modernização para o aumento da competitividade internacional. O Nordeste pós-globalização e pós-Plano Real são os “Nordestes”, onde se conformam em simultâneo “ilhas de produtividade” e “áreas de exclusão”, espaços dinâmicos que passaram a coexistir com áreas e sub-regiões estagnadas (ARAÚJO, 1995; 1999).

E no Brasil pós-globalização e pós-Real a “política” de desenvolvimento regional foi pautada pela extinção da Sudam e da Sudene, em 2001, e pela proposição dos “Eixos de Integração e Desenvolvimento Regional”. Recortadas as macro-regiões, foram obtidos doze eixos (sub-regiões) “atrativos” para investimentos privados em infra-estrutura de transportes e em plataformas de exportação. Pouco parece ter saído do papel.

Da PNDR a...

Recentemente divulgada, a proposta da PNDR esclarece que seu objeto principal

“são as profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais do país... Atuar nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, valorizando suas diversidades, configura-se como uma estratégia para a redução das desigualdades. Ou seja, a desigualdade de renda, na sua expressão territorial, decorrente da ausência e/ou estagnação da atividade econômica é o que interessa a essa política. Reduzi-la ajuda a construir um país de todas as regiões e não apenas de algumas” (MINISTÉRIO, 2003: 11-2).

Reconsidera, assim, a perspectiva positiva do planejamento para o desenvolvimento regional: há ações que **devem** ser feitas, cujo sentido maior seria

“sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades regionais que, à exceção de curtos períodos históricos, não pararam de se ampliar no Brasil; [e] de outro, explorar, com afinco, os potenciais endógenos da magnificamente diversa base regional de desenvolvimento...”

Alguns problemas, naturalmente, possuem maior afinidade com o desenvolvimento regional. De modo inverso ao que muitos pensam, o objeto da PNDR não é o combate à pobreza, que constitui um problema afeto a outros campos de ação pública, em especial o das políticas sociais” (ibid.: 12)

Com efeito, o combate à pobreza regional – mais efeito do que causa – não é objetivo direto das políticas de desenvolvimento regional. A ação pública voltada ao desenvolvimento regional deve ser, antes, de tudo, ação transformadora das condições **econômicas** que embotam a produção e a distribuição da riqueza, em suas dimensões territoriais. É a *inação* que engendra e multiplica a pobreza.

Nesse sentido, e desde uma perspectiva nordestina, gostaríamos de apontar alguns problemas que nos parecem mais prementes, cujo equacionamento deve constar das ações inspiradas pela PNDR:

A calamitosa situação econômica em que se encontra quase toda a área do Nordeste semi-árido. Sua agricultura tradicional foi desarticulada, seu território se urbaniza a cada dia à base de migrações in-

tra-regionais (o que aumenta a demanda por água) e os “bolsões de produtividade” ali encontrados quase não se integram ao restante desta sub-região⁽³⁾;

- a urgência com que se deve abordar a situação da infra-estrutura na região. Os portos são sub-aproveitados, a manutenção de boa parte da malha rodoviária é sofrível e as ferrovias foram sucateadas. Estima-se que a reversão dessa situação requer um investimento decenal da ordem de US\$ 10 bilhões; e

- a urgente correção da extrema concentração espacial de Ciência e Tecnologia (C&T) na RMR de São Paulo e sua área de influência imediata⁽⁴⁾. Sim, já se tomaram iniciativas localizadas dessa natureza em alguns estados do Nordeste; contudo, o que se

requer são investimentos governamentais de porte, que favoreçam atividades com maior valor agregado – que, por sua natureza, podem ser desempenhadas por pequenas e médias empresas⁽⁵⁾.

Mais que problemas, são desafios, e desafios dispendiosos; mas é essa a natureza de nossas questões regionais. Relembremos, por fim, com Gunnar Myrdal e Celso Furtado, que as desigualdades regionais (o problema) e a promoção do desenvolvimento regional (a solução) são questões **políticas**.

André Martins é doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP.

Notas

(1) Média regional calculada a partir de dados obtidos em PNUD (2000). Em alguns estados, como a Paraíba, esse índice chegava a 20%. Já a média brasileira é de cerca de 14%.

(2) A forma arquitetada de financiamento do desenvolvimento industrial regional seria a atração de investimentos privados com base em incentivos fiscais e cambiais, à qual associar-se-ia a formação de capital fixo pelo setor público (investimentos pré-industriais, sobretudo em infra-estrutura de energia e transportes, mas também em educação superior e saúde).

(3) Nesses “bolsões” predomina a fruticultura voltada à exportação, atividade com baixo efeito multiplicador. As cidades de porte médio que se estruturaram em torno dessa atividade, como Petrolina (PE), têm igualmente o seu “bolsão” de serviços modernos, o que só acentua a concentração de riqueza. Para a maioria dos habitantes do Nordeste semi-árido acaba sobrando o alento das transferências governamentais (benefícios previdenciários, programas assistenciais). Alhures esse fato é denominado “economia sem produção” (MAIA GOMES, 2001); preferimos, contudo, vê-lo como um arremedo de política social que, na ausência de políticas de desenvolvimento regional, procura evitar estados de necessidade...

(4) A respeito observa TAVARES (op.cit.: 246) que ali “o grau de concentração espacial de C&T é maior do que o da indústria quando este atingiu o seu ponto mais alto.”

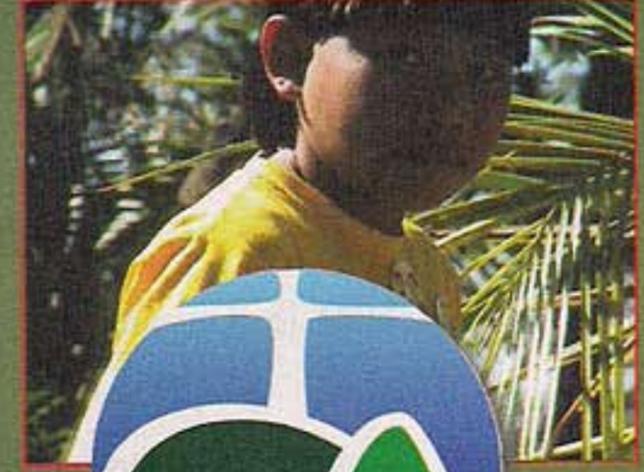
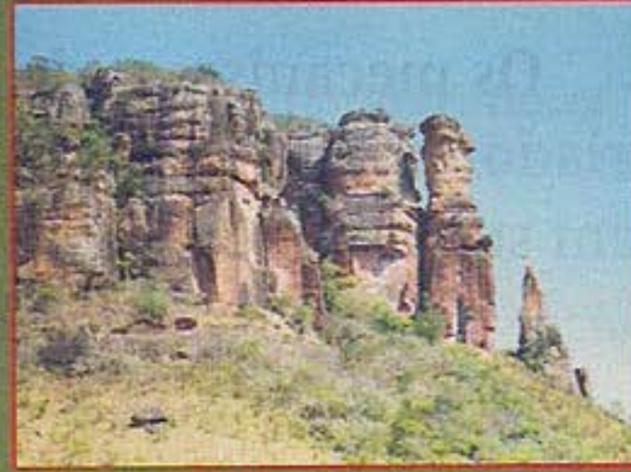
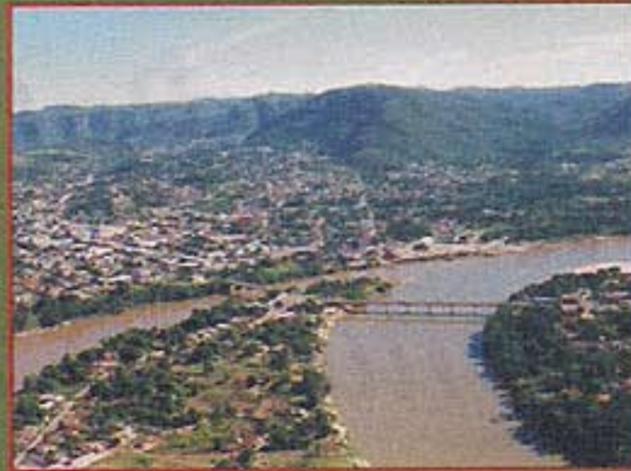
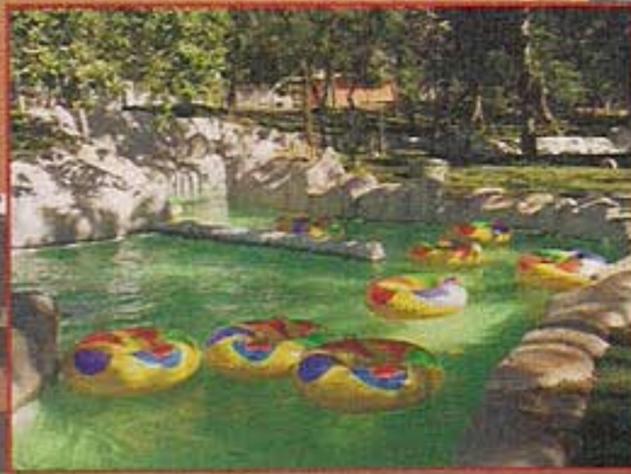
(5) Cabe acrescentar que essa medida requer a extensão da rede universitária pública na região, já seja, pela abertura de novas universidades, já seja pela descentralização/interiorização daquelas sediadas somente nas capitais regionais.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: v.30, n.2, abr.-jun. 1999, p. 144-61.
- FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MAIA GOMES, Gustavo. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-árido e dos Cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. *Política Regional de Desenvolvimento Regional: proposta para discussão*. Brasília, dez. 2003.
- PNUD. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil – 2000*. Brasília: PNUD, 2003. 1 CD.
- TAVARES, Hermes Magalhães. “Políticas de desenvolvimento regional nos países do ‘centro’ e no Brasil”. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, ano XV, n. 2, ago-dez. 2001/ ano XVI, n.1, jan-jul. 2002, p. 229-48.

Barra do Garças te espera de braços abertos

Festival de Praia - julho/ 2005 - Arte - Cultura - Ecologia



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica
e cultural te esperam no coração do Brasil.
Venha desfrutar de nossas maravilhas.
Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma
gestão para todos e trabalhando pela inclusão social.

Barra do Garças
Bela e Melhor Para Todos
PREFEITURA MUNICIPAL



Jean-Baptist Debret. Jantar brasileiro. Museu Castro Maia.

População e miscigenação no Brasil

Os mecanismos de inferiorização étnica criados pelos primeiros colonizadores ainda exercem sua estratégia através de outras formas de controle e sujeição

Clovis Moura

80/2005

Quando Clóvis Moura começou sua pesquisa sobre revoltas escravas na década de 1940, aquelas lutas eram ainda consideradas como um capítulo à margem na história da luta de classes no Brasil, e havia ainda um eco, entre analistas sociais, do preconceito que vinha desde o Império e que considerava os africanos escravizados e seus descendentes como estrangeiros em território brasileiro.

Um dos aspectos da extensa obra de Clóvis Moura – que se desenvolveu e consolidou ao longo da segunda metade do século XX – foi o esforço de superar aquela visão, combater o racismo e lançar os fundamentos materialistas para a compreensão do povo brasileiro. Seus estudos, cujo marco é *Rebeliões da Senzala*, de 1959, estão na base de uma compreensão mais avançada de nosso povo. Eles reconhecem o caráter mestiço dos brasileiros, enfatizando a contribuição africana para nossa cultura, nosso modo de ser e principalmente para a formação física, étnica, dos brasileiros – e depois deles não é mais possível desconhecer a linha de continuidade entre o escravo do passado e o operário de hoje, a existência de um fio rubro que marca as lutas que, vindo do passado, persistem na exigência contemporânea de um Brasil justo, democrático e soberano.

O texto publicado nesta edição é um exemplo da análise feita por Clóvis da formação dos brasileiros, foi retirado do livro *Dialética Radical do Brasil Negro* (São Paulo, Anita Garibaldi, 1994). Ele não substitui o estudo dos trabalhos de Clóvis Moura, ao contrário, pretende ser um estímulo a isso (José Carlos Ruy)

Vamos agora situar historicamente o problema que decorreu em consequência dessa situação da Metrópole colonizadora e o Brasil e, em seguida, analisar as ideologias de rejeição étnica e social criadas pelo aparelho de dominação aqui implantado, que era uma extensão daquele existente em Portugal. Procuraremos, também, demonstrar como esse aparelho de dominação determinou e influenciou poderosamente sobre a situação onde essas populações descendentes desses segmentos étnicos historicamente dominados estão

situadas atualmente, imobilizadas ou semiimobilizadas no sistema sócio-cultural existente no Brasil.

O problema de uma nação-país ou área que se formou após a expansão do sistema colonial e teve como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sócio-racial – ou seja, da população nativa, da dominadora-colonizadora e daquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo – deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado; os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador; e a ideologia justificatória que essa estrutura de denominação produziu.

Nos países poliétnicos, formados em consequência dessa expansão do colonialismo, essas populações foram alocadas inicialmente em espaços sociais delimitados rigidamente pelas forças dominadoras que estabeleceram o papel, o *status* e a função de cada uma no processo de trabalho e o seu nível de valorização social e étnica. Dessa forma, não houve uma distribuição populacional horizontal, igualitária, mas ela foi verticalizada socialmente à medida que as sociedades dominadas

pelo colonialismo se diversificavam internamente e ficavam estruturalmente mais complexas. Essa distribuição populacional realizou-se dentro de padrões normativos étnicos impostos pelas metrópoles.

Houve, portanto, uma imbricação entre etnia e *status*, etnia e valores sociais e etnia e papéis sociais e culturais. Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou segmento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social.

Podemos dizer que, com isto, ficou estabelecido que na sua base estava a população escrava inicialmente das etnias nativas e posteriormente das populações trazidas da África e os seus descendentes. Nas camadas intermediárias as diversas formas de mes-

Não houve uma distribuição populacional igualitária, mas sim verticalizada socialmente à medida que a sociedade dominada pelo colonialismo se diversificava internamente.

tiçagem e, finalmente, a população composta dos colonizadores que ocupavam o seu cume.

Em segundo lugar, queremos demonstrar como essas populações etnodominadas iriam praticamente ser imobilizadas e ainda como foram estabelecidos mecanismos imobilizadores e inibidores para essas camadas etnicamente inferiores que, ao mesmo tempo, se multiplicavam via miscigenação. Por outro lado, todo o sistema administrativo, militar e religioso era também estruturado para ser a reprodução daqueles valores de dominação étnica que a cada grupo miscigenado era concedido pelo colonizador.

Contudo, a miscigenação (fato biológico) não criou uma democracia racial (fato sócio-político). Ela estava subordinada a mecanismos sociais de dominação, estruturas e técnicas de barragem e sanções religiosas e ideológicas. Esse conjunto de elementos e estratégias inibidoras determinava o imobilismo ou semiimobilismo social, cultural e político das vastas camadas, isto porque os espaços sociais que davam *status* econômicos ou de prestígio social ou cultural lhes eram vedados, pois esses mecanismos de seleção étnica compulsórios reproduziam os níveis de poder econômico, social e cultural das estruturas de poder dominadoras que representavam os interesses da classe senhorial local e da Corte e o poder do Estado português.

No Brasil historicamente podemos dizer que a população do colonizador, ou seja, portuguesa, foi sempre até o século XIX menor do que as etnias dominadas (índias e africanas e seus descendentes) e, em conseqüência, o aparelho de dominação quer militar, quer ideológico teria de ser violento, porque era uma simples continuação do aparelho do Estado português. O Brasil não possuía Estado próximo. Isso, portanto, fazia parte da mecânica defensiva do sistema colonial escravista, dirigido, em última instância, pelo Estado de Portugal. Por isso mesmo, essa minoria conseguia dominar. Quanto à população portuguesa inicial e o seu desdobramento demográfico posterior, escreve Artur Ramos: “Na sua viagem ao Brasil Spix e Martius conseguiram que antes da chegada do rei, a população do Rio de Janeiro podia ser calculada em 50.000 almas, sendo o número de habitantes de cor superior à dos brancos. De 1808 a 1817 vieram da Europa 24.000 portugueses, além de bom número de franceses, suecos, alemães e italianos, aqui estabelecido depois da abertura dos portos, como negociantes,

técnicos e artesões ou simples operários. A população total do país podia ser calculada em mais de quatro milhões de habitantes pelas alturas de 1819”.

Esse fluxo lusitano que representava a estrutura de poder dominante inicial – ainda segundo Artur Ramos – sempre em minoria étnica, detinha, no entanto, o controle sobre a população poliétnica numericamente superior. De acordo com ele, “segundo dados do Departamento Nacional de Imigração, de 1884 a 1944 apenas 1.227.304 indivíduos de nacionalidade portuguesa entraram no Brasil”.

A população branca inicial – minoritária em relação ao contingente demográfico de índios, negros e mestiços, conforme veremos depois, mais politicamente dominante –, é que se miscigenará com essas etnias não-brancas, majoritárias mas dominadas. O seu *status* de dominação quer no setor administrativo, que representava o poder da Metrópole dominadora, quer no militar e econômico, patrimonial ou social, constituía a estrutura de poder. Essa estrutura exerceu os mecanismos de dominação selecionadores, criou barreiras de dominação étnica, estabeleceu as formas de julgamento de brancos e não brancos, de homens livres e escravos, conseguiu evitar que existisse qualquer forma significativa de ascensão dos escravos (índio e negros) que não fosse extralegal, através das guerras dos índios contra os invasores e dos quilombos negros, insurreições e guerrilhas por parte destes últimos. As alforrias não chegavam a compor uma variável ponderável nesse contexto. Por outro lado, a Metrópole privilegiou os dominadores via estratégia de concessão de terras. Até hoje, através dessa estratégia do monopólio inicial da terra e de poder os descendentes das suas linhagens não sofrem nenhum processo significativo e desarticulador, nenhum processo de compreensão jurídica, social e cultural capaz de desarticulá-los estruturalmente de modo substancial, permanecendo quase todos com patrimônio e *status* quase inalteráveis no pólo dominador”.

Quanto ao índio, particularmente, o primitivo habitante, a sua trajetória é bem diferente do grupo português que chegou como dominador. Se fizermos uma estimativa de 4 milhões de índios na descoberta – há quem estime em muito mais – o processo foi o inverso. Segundo Darcy Ribeiro, depois da fase genocídica da ocupação, de 1900 até 1957 extinguiram-se 87 grupos tribais como comunidades étnicas. Mais de 30%

das tribos desaparecidas pertencem a zonas que foram conquistadas pela economia pastoril e 45% pela economia extrativa (grupos caucheiros, seringueiros, castanheiros e outros coletores de produtos florestais).

Atualmente esse extermínio prossegue através de grupos de garimpeiros representantes de empresas transnacionais. Os índios destribalizados que se incorporaram aos camponeses pobres também são perseguidos, expulsos das terras ou assinados.

A partir da época assinalada por Darcy Ribeiro uma política *desenvolvimentista* e de *modernidade* fez com que as coisas se agravassem ainda mais. As fronteiras avançam, vão ocupando terras indígenas, assassinando caciques e procurando, muitas vezes, incluir os índios em projetos econômicos predatórios e antiecológicos que objetivam extrair as riquezas do subsolo daquelas terras. Sobre essa situação escreve Dalmo de Abreu Dallari: "A invasão de terras indígenas e a passividade do órgão governamental de proteção ao índio estão ligadas à visão desenvolvimentista, que não dá qualquer valor à pessoa humana, não leva em conta que os índios têm direitos de cidadãos e jamais admitiu a hipótese de fazer o desenvolvimento econômico com o índio e não contra o índio.

Os invasores de terras são, às vezes, meros aventureiros audaciosos que pretendem obter riqueza rápida de qualquer modo. Outras vezes são empresas de aparência respeitável, com amplos recursos técnicos e cálculos muito precisos quanto ao proveito econômico que poderiam tirar do solo ou do subsolo da terra dos indígenas. Mas em todos os casos a invasão é estimulada pela quase certeza, baseada na experiência, de que não haverá grandes obstáculos, pois o índio não dispõe de recursos para agir sozinho e a Funai tem autonomia limitada, estando limitada aos objetivos do governo".

A essa expansão civilizadora, para Darcy Ribeiro, "três são as reações possíveis dos indígenas. A fuga para territórios ermos, com o que apenas adiam o enfrentamento. A reação hostil aos invasores, que transtorna

toda a vida tribal pela imposição de um estado de guerra permanente em que o funcionamento de muitas instituições se torna inviável e outras têm de ser dramaticamente redefinidas. A saída final é a aceitação do convívio porque este representa efetivamente, uma fatalidade inelutável. Nela cairá necessariamente cada tribo, seja ao fim de longos períodos de fuga ou de prolongada resistência afinal tornada impraticável, assente na esperança de controlar a situação".

Sem querermos fazer uma análise estrutural e dinâmica do assunto, desejamos destacar como, hoje, os mecanismos de inferiorização étnica criados pelos primeiros colonizadores ainda exercem a sua estratégia através de outras formas de controle e sujeição capazes de manter a população indígena lesada e inferiorizada.

Com isto, aquilo que se chamou *processo civilizatório* e que antes se chamava *catequese e evangelização* dos povos pagãos manteve os remanescentes das antigas populações indígenas reduzidos a apenas 185 mil (1982), marginalizados e subalternados.

Queremos salientar, porém, que as tribos sobreviventes estão, no momento, reavivando a sua identidade étnica, fato que deter-

mina um nível de consciência dos seus direitos etno-políticos bem mais dinâmicos e abrangentes. Contudo, esse renascimento da consciência será combatido e possivelmente neutralizado por estratégias de controle das atuais estruturas de poder e oligarquias territoriais. A chacina ocorrida em 28 de março de 1988 de 14 índios em Ticuna, no Igarapé Capacete, através de uma ação organizada pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, mostra como a estratégia genocídica do tempo do descobrimento, embora *modernizada* continua no seu dinamismo. A Funai, ao invés de tomar medidas de proteção e punição, demitiu os professores índios que denunciaram a chacina. Em agosto de 1988 os criminosos foram postos em liberdade por sentença do tribunal de Recursos.

O processo civilizatório, que antes se chamava catequese e evangelização dos povos pagãos, manteve os remanescentes das antigas populações indígenas reduzidos, marginalizados e subalternados.

Clóvis Moura (1925-2004) foi historiador e escritor.

O movimento indígena no Brasil: histórico e desafios

PAULO H. PORTO BORGES



"A questão é que precisamos entender que esse é um movimento só: os povos indígenas e os djurá pobres e trabalhadores, estamos juntos. Não é apenas a nossa luta, mas toda a luta destes 500 anos de opressão e violência contra o povo brasileiro. Precisamos conversar sobre isso e discutir com o resto dos nossos parentes". Teodoro Alves Tupã (liderança Guarani, São Miguel do Iguaçú/PR)

Um espectro ronda as oligarquias agrárias brasileiras: o espectro do movimento indígena. Isso ficou nítido, por exemplo, na virada do ano de 2003, o Brasil foi surpreendido pela violenta luta pela homologação da Área Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima; pelas ocupações das 14 fazendas pelos índios Kaiowá no Mato Grosso do Sul; e pelas retomadas de sítios arqueológicos pelos guarani-ñandeva no oeste do Paraná. E, como já se disse que nenhum raio cai de um céu azul, é necessário que nos debrucemos com mais profundidade sobre este fenômeno que, se não é recente, é fundamental que seja estudado e compreendido com mais detalhamento.

Historicamente os povos indígenas sempre reagiram à violação e à conquista de seus territórios tradicionais; e estas respostas variavam de acordo com o desafio imposto pelos distintos momentos da expansão capitalista, inicialmente européia e, mais tarde, condicionada à formação econômica brasileira. Os confrontos com as frentes civilizatórias se davam ora através da guerra cruenta e aberta, ora através de guerra de guerrilhas, ou mesmo recorrendo à miserável subserviência calculada ao suicídio coletivo. A resistência destes grupos era determinada tanto pela especificidade da frente de expansão quanto pela lógica cultural do povo que a sustentava. Isto é, eram lutas pontuais e isoladas, de acordo com os desafios imediatos e limitando-se à circunscrição do seu território original. Em 1910, com o intuito de mediar esta relação entre o capital e os povos indígenas, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, com a missão de desenvolver trabalhos de acompanhamento e amparo aos povos indígenas brasileiros, em especial no sul do país. A criação desse Serviço significou uma profunda mudança no modo de se pensar e tratar a chamada *problemática indígena* no Brasil, procurando adequá-la à lógica de cidadania

Em 1910, com o intuito de mediar a relação entre o capital e os povos indígenas, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura.

burguesa que vinha fortalecendo-se desde o fim da escravidão e à seqüente proclamação da República em 1889. Neste sentido, o surgimento do SPI coroa um movimento iniciado alguns anos antes pela nascente República, nos trabalhos das *Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no Estado de Matto-Grosso*, que tinha como objetivo unificar o território nacional levando o governo às zonas de sertão, através de um “reconhecimento estratégico, geográfico, econômico e estabelecimento de um esforço de desbravamento e vinculação interna do espaço adscrito pelos limites internacionais estabelecidos, de modo a constituí-lo enquanto *território* e torná-lo, também, economicamente explorável”. (Lima, 1992: 162).

Somente a partir desta ótica historicizada – o fortalecimento da lógica burguesa, o avanço do grande capital e suas relações de produção, somados à necessidade de integração nacional –, se torna possível entender a criação do SPI e o papel que lhe é atribuído pelas elites brasileiras: concluir, ainda que de forma civilizada e cidadã, a desestruturação dos territórios indígenas e a integração de seus povos à economia nacional. O objetivo do SPI era mediar e estabelecer um diálogo entre as frentes de expansão capitalista e os povos indígenas e, nesse sentido, atuar junto a questões de âmbito nacional, como a viabilização da ocupação econômica de extensos territórios no sul e centro-oeste do país, em especial no interior de São Paulo e estados do Paraná e Santa Catarina, nos quais grupos indígenas vinham tenazmente se opondo à invasão de seus *habitats*, seja por hordas migratórias, seja por cafeicultores paulistas. Para o capitalismo brasileiro as áreas indígenas representavam um sério obstáculo ao seu desenvolvimento. Respeitá-las significaria abrir-mão de certas prerrogativas político-econômicas que até então vinham pautando a constituição do Estado brasileiro, como a reprodução do grande capital, somada ao caráter autoritário das classes dominantes, ainda compostas de grandes agricultores e oligarquias rurais. Porém, simplesmente eliminá-los fisicamente atra-

vés de expedições militares e correrias – como no período do Império –, também significava um passo atrás na recém-construída lógica burguesa que apregoava a igualdade e a cidadania como direitos universais, e que encontrou no positivismo uma forte caixa de ressonância.

Diante desse quadro, o SPI e sua missão civilizadora surgia como uma interessante proposta à temática indígena, pois, além de integrar os indígenas nas relações de produção capitalista, liberaria suas terras para as frentes capitalistas. Em um mesmo movimento se encontrava a justa adequação para o “problema indígena”: a pacificação dos indígenas e sua transformação em trabalhadores nacionais a serviço do engrandecimento da nação, liberando, desta forma, suas terras tradicionais à exploração do capital, uma estratégia perfeitamente compatível com o regime burguês que se consolidava no país. Embora este objetivo nodal – alargar as fronteiras às frentes de expansão –, não estivesse tão claro para alguns de seus integrantes, os agentes do SPI foram sujeitos fundamentais neste processo histórico, como reconhece mais tarde o sertanista Orlando Villas Boas ao admitir que parte do seu trabalho nos sertões do Brasil foi, mesmo que involuntariamente, atrair os indígenas para a “a boca da serpente civilizatória”.

Em relação ao Serviço de Proteção ao Índio, seu primeiro e mais marcante presidente, o oficial de exército Cândido Rondon, que durante anos esteve à frente das *Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no Estado de Matto-Grosso*, terminou por impingir uma forte orientação positivista a este órgão, o que, se por um lado é progressista à época em relação ao trato com a questão indígena, por outro, reforça um caráter paternalista e colonizador que percebia no indígena um ser inferiorizado culturalmente que deveria evoluir em direção a estágios superiores. Aos olhos do marechal Cândido Rondon, o papel do SPI era basicamente este: facilitador nos estágios civilizatórios. O órgão teria como função transformar os índios em cidadãos do século XX no menor prazo de tempo possível, acelerando um processo que, segundo a lógica positivista, a história necessariamente faria.

O SPI, apesar de seus objetivos reducionistas, inaugura uma nova postura na política indigenista, mais respeitosa e sinceramente preocupada com os destinos dos povos contatados. O regulamento baixa-

do pela criação do Serviço de Proteção ao Índio, pelo Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, organizou as linhas mestras da política indigenista da República recente, “pela primeira vez era estatuído, como princípio de lei, o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professor de crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aquele que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podia mudar” (Ribeiro, 1979: 138).

A nova legislação indigenista garantia pontos fundamentais, como “a proteção ao índio em seu próprio território” além da “plena garantia possessória, de caráter coletivo e inalienável, das terras que ocupam, como condição básica para sua tranquilidade e seu desenvolvimento” (Ribeiro, 1979: 140).

Apesar das diversas garantias na letra da lei, o que por si só já pode ser considerado um avanço em relação à política anterior, raras vezes esta legislação foi levada até suas últimas conseqüências quando se confrontava com os interesses do grande capital. Em meados da década de 1960 o SPI é extinto e em seu lugar é criada a Fundação Nacional do Índio, que terá o papel de apressar e acelerar essa integração do indígena à economia do mercado preconizada, ainda que de maneira mais pausada, pelos antigos positivistas. Pouco a pouco, o avanço indiscriminado do grande capital terminou por atingir, embora de maneira desigual, praticamente todas as populações indígenas do país, não permitindo nenhum outro refúgio e possibilidade de fuga, o que ainda era possível até meados da década de cinquenta. Estas diversas frentes de contato, ou de fricção étnica, como já afirmou Darcy Ribeiro, ao mesmo tempo em que antagonizavam as economias tradicionais dos povos indígenas, baseadas em sua grande maioria no chamado comunismo primitivo e causando inúmeros prejuízos a estas comunidades, também permitiam que estes povos e suas diversas lideranças entrassem em contato com a lógica da sociedade invasora, proporcionando, contraditoriamente, que estas lideranças, ao se apropriarem desta nova realidade, criassem novas formas de lutas por meio de intensas reelaborações culturais e políticas.

Essas lutas de embates mais localizados vão se ampliando para projetos maiores de resistência, com o paulatino entendimento da parte dos indígenas de

que todas as lutas aparentemente específicas e localizadas, como garimpo, invasão de terras, alcoolismo, prostituição, cooptação de lideranças, degradação do território tradicional, são fragmentos e recortes de variadas frentes de contato que pertencem a um mesmo grande projeto da sociedade capitalista. Não é possível desvincularmos essas questões das estruturas econômicas e, conseqüentemente, agrárias, da formação social brasileira. Nesse sentido, a política fundiária de abrir novas fronteiras no território nacional, dando vazão às frentes extrativistas e agropastoris, delineada durante estes quinhentos anos de história, assume uma força inaudita a partir da década de sessenta com o modelo de desenvolvimento imposto ao Brasil através do regime militar, no qual, o capital internacional ingressa de modo indiscriminado no mercado brasileiro financiando e construindo grandes projetos de integração econômica. A partir dessa nova situação, encadeada pelo modelo desenvolvimentista inaugurado com o regime militar e a completa impossibilidade de o antigo indigenismo oficial inaugurado pelo SPI responder a essas novas questões, é criada a Fundação Nacional do Índio com uma postura eminentemente integracionista.

Paralelamente à criação da FUNAI, a Igreja Católica inicia uma postura distinta em relação aos povos indígenas do Brasil, resultado da chamada "opção pelos pobres" que faz na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), seguindo o Concílio de Vaticano II (1962-1965) acontecido em Roma. Esta nova postura da Igreja encerra uma posição de *mea culpa* em seu papel junto à colonização da América Latina que será aprofundado em outros encontros, como o Encontro Ecumênico de Assunção, no qual reconhece que "nossas Igrejas, mais de uma vez, têm sido coniventes ou instrumentalizadas por ideologias e práticas opressoras ao homem". Esta inflexão na Igreja permitirá, entre outras coisas, a criação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em 1972, que passará a atuar junto aos povos indígenas como parceiro político em

suas lutas por terra e pelo direito de continuarem a ser índios.

A década de 1970 é marcada pelas Assembléias Indígenas, em especial no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, promovidas pelos missionários do CIMI. Entre estes encontros se destacam a I Assembléia de Líderes Indígenas em Diamantino/MT de 17 a 19 de abril de 1974, que contou com a participação de 16 lideranças indígenas representando os povos Apiaká, Kayabi, Tapirapé, Rikbaktsa, Pareci, Nambikwara, Xavante e Bororo, nas quais os indígenas presentes afirmaram que seus problemas somente seriam resolvidos a partir de "nós mesmos". A este encontro seguiu-se a II Assembléia Indígena no Alto Tapajós/AM, de 13 a 16 de maio de 1975, convocada pelos próprios indígenas, que reuniu 33 lideranças e diversos povos, cujas principais reivindicações foram: a luta pela terra, participação na

elaboração das diversas políticas indigenistas oficiais e a necessidade de união entre diferentes povos indígenas. Esses encontros e reuniões, que pipocaram nos anos setenta, permitiram a povos, cujos caminhos jamais haviam se cruzado – ou que ainda eram inimigos irreconciliáveis –, reconhecerem-se como sujeitos históricos de um mesmo processo de espoliação e dominação, criando uma consciência comum. As reuniões e assembléias multiplicam-se e pouco a pouco os indígenas, por meio de suas lideranças e representantes, vão desvendando a verdadeira situação de seus povos frente ao Estado brasileiro e seu desenvolvimento capitalista. Estas lideranças ao perceberem as causas comuns de seus problemas, mesmo com problemas específicos e condicionados ao percurso histórico de cada comunidade, vão entendendo a necessidade de se criar uma articulação muito mais abrangente que os tradicionais laços familiares e de clãs. Nos anos posteriores esta primeira tomada de consciência irá cimentar a construção de articulações maiores e mais abrangentes⁽¹⁾.

Em 1980 é fundada a União das Nações Indígenas

A vitória dos povos indígenas é a mesma vitória das classes trabalhadoras. A partir desta constatação, o movimento indígena se aproxima dos que lutam por uma sociedade emancipada do jugo do capital.

nas, sob os auspícios de antropólogos e indigenistas reunidos no 1º Seminário de Estudos Indigenistas do Mato Grosso do Sul e, posteriormente, é abraçada por algumas lideranças nacionais como Ailton Krenak e Álvaro Tukano. Porém, devido à imensa extensão territorial do país e à diversidade dos povos indígenas, a UNI se mostrou com sérias dificuldades em articular um movimento de representação nacional e, a partir de metade dos anos 1980, o movimento indígena volta-se novamente para a criação e consolidação de organizações locais e regionais, como a UNI/AC (União das Nações Indígenas do Acre) sediada em Rio Branco, representante de 11 povos indígenas do Acre e sul do Amazonas e a *Aty Guasú* Guarani, que conglomerava os Guarani de Mato Grosso do Sul.

Entretanto, devido à necessidade de uma articulação que respondesse nacionalmente pelos povos indígenas, em 1992, é criado o CAPOIB (Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), com sede em Brasília. A grande maioria destas entidades indígenas mescla formas organizativas não-índias com as formas tradicionais de organização. Conforme os guarani costumam dizer, com o advento da conquista e conseqüente necessidade de se travar diálogo com os *jurua*⁽²⁾, se criou a “liderança para fora”, mais apta para transitar na lógica dos não-índios, em contraposição às lideranças tradicionais, “para dentro”. A liderança “para fora” é constituída por elementos do grupo mais jovem e que dominam os códigos de conduta da sociedade não-índia, sejam eles discursivos ou sociais; e a liderança “para dentro” é representada, geralmente, pela figura do *nhanderu’i*, o líder espiritual do grupo. Em relação a estas duas lideranças políticas, *o arandu porã* prevalece, ou seja, a liderança externa que, apesar de possuir alguma autonomia em momentos específicos e ter sua opinião considerada como valiosa, é como uma caixa de ressonância da orientação da liderança interna, sendo esta a real instância de poder e decisão da comunidade. É importante dizer que, geralmente, as lideranças espirituais dessas comunidades, por estarem profundamente inseridas e serem promotoras da lógica tradicional do grupo, não possuem domínio dos códigos culturais da sociedade não-índia; daí a necessidade de um preposto político.

Ao longo destes anos, o movimento indígena, por meio de suas lideranças, percebeu que o projeto histórico dos povos indígenas passa necessariamente pelo modelo econômico hegemônico da sociedade não-índia, isto é, o sucesso do movimento indígena na luta por suas terras tradicionais e, conseqüentemente, pelo direito de continuarem a ser índios – afinal, como diriam os Guarani, “sem tekoha não existe teko”⁽³⁾ – está profundamente vinculado a uma sociedade na qual o capital não possua hegemonia política.

A vitória dos povos indígenas é a mesma vitória das classes trabalhadoras. A partir desta constatação, o movimento indígena vem se aproximando dos partidos políticos que, no seu ideário, lutam por uma sociedade emancipada do jugo capital; porém, isto ainda é um dado novo do qual as lideranças indígenas vêm se apropriando. Nesse sentido, é preciso que as lideranças indígenas tenham cautela e trabalhem apenas como forma de tática pontual a elaboração de discursos que utilizem referências reivindicatórias extra-econômicas, tão em moda hoje em dia, como proteção ao meio ambiente, cidadania, justiça social e respeito à alteridade. Na busca de uma luta que entenda a totalidade dos embates dos povos indígenas com as diversas frentes do capitalismo é essencial que o movimento indígena perceba a armadilha do discurso fragmentado que tantos movimentos étnicos minoritários vêm construindo com o aval de várias entidades supranacionais, como a ONU e a OEA, que cada vez mais em suas intervenções e propósitos vêm priorizando a situação das minorias na América Latina.

Porém, contraditoriamente, essa ênfase na defesa das culturas e lógicas não hegemônicas jamais aponta para a concentração de renda oriunda do sistema capitalista como causador fundamental do preconceito e da intolerância em qualquer contexto sócio-histórico. Esta fragmentação da luta política termina por diluir a questão central: a luta entre o trabalho e o capital. Sem esta resolução, ou este enfrentamento, os movimentos sociais – em especial os que atendem a demandas aparentemente específicas, como a temática indígena –, caem em um beco sem saída, em um labirinto de reivindicações que serão somente fraseologia oca, promessas que jamais se realizarão em sua plenitude nos moldes da sociedade de classes.

E é justamente devido a esta linha tênue, e ideologizada, que esses movimentos atraem tanta simpatia das camadas médias e de intelectuais reformistas, assim como de diversos organismos internacionais – inclusive financiadores como Banco Mundial, Comunidade Européia e várias “empresas militantes” – porque além da aura romântica da qual boa parte do indianismo e dos indianistas se encontra travestida se esconde uma concepção de mundo reformista e fragmentada. Infelizmente, para boa parte da esquerda já não está tão claro como antes que a emancipação humana somente ocorrerá quando transformadas as bases produtivas e não no campo dos direitos democráticos e individuais ou de grupos minoritários no âmbito jurídico, sejam eles quais forem.

Ainda que a democracia burguesa possibilite certa tolerância em relação à agenda dos povos indígenas e permita efetivamente várias conquistas, mesmo que relativas, como direito à diferença, educação escolar específica e demarcação de terras, o movimento indígena não deve abrir-mão de seu problema central: a emancipação econômica, e não apenas cultural ou étnica.

Esses direitos somente se realizarão plenamente em uma sociedade sem classes. Os povos indígenas – assim como parte de suas lideranças –, vêm percebendo que a luta por seus direitos passa pela cons-

trução de um projeto anticapitalista. Não há dúvida de que a temática indígena possui uma especificidade própria e que deve ser analisada a partir desta luz; porém, é preciso diferenciar as chamadas contradições secundárias da contradição fundamental –, pois as contradições secundárias, como os embates dos povos indígenas com a sociedade não-índia, são decorrência de uma contradição fundamental, ou seja, o embate não se dá com uma sociedade qualquer, mas, com a sociedade capitalista, uma sociedade baseada na luta de classes. O movimento dos povos indígenas enquanto projeto político deve levar isto em conta, sob o risco de se ater a discussões periféricas e não atuar junto ao elemento central: a luta de classes da sociedade capitalista que o enreda enquanto parte de uma dessas classes. Os indígenas já estão percebendo que a causa de sua miséria possui a mesma raiz de toda a miséria. É hora de a esquerda organizada entender este novo movimento.

Atualmente existem mais de 500 organizações indígenas locais e regionais espalhadas por todo o Brasil, representando 300 povos e aproximadamente 500 mil indígenas.

Paulo H. Porto Borges é membro da Direção Estadual do PCdoB/PR e indigenista.

Notas

- (1) Esse crescimento na organização dos povos indígenas e o aumento da tensão na luta pela terra ocasionaram uma reação maior por parte dos setores conservadores, que se materializaram em inúmeras ameaças à vida de indígenas e no assassinato de dezenas de lideranças, como nas mortes de Ângelo Kretã, Marçal Tupã-Y e Chicão Xucuru.
- (2) Denominação genérica para não-índio.
- (3) *Tekoha* significa “lugar habitável, terra, aldeia”, na qual é possível reproduzir o costume tradicional; e *teko* “costume, norma, regra, cultura”. Isto é, sem terra não há possibilidade de cultura.

Referências bibliográficas

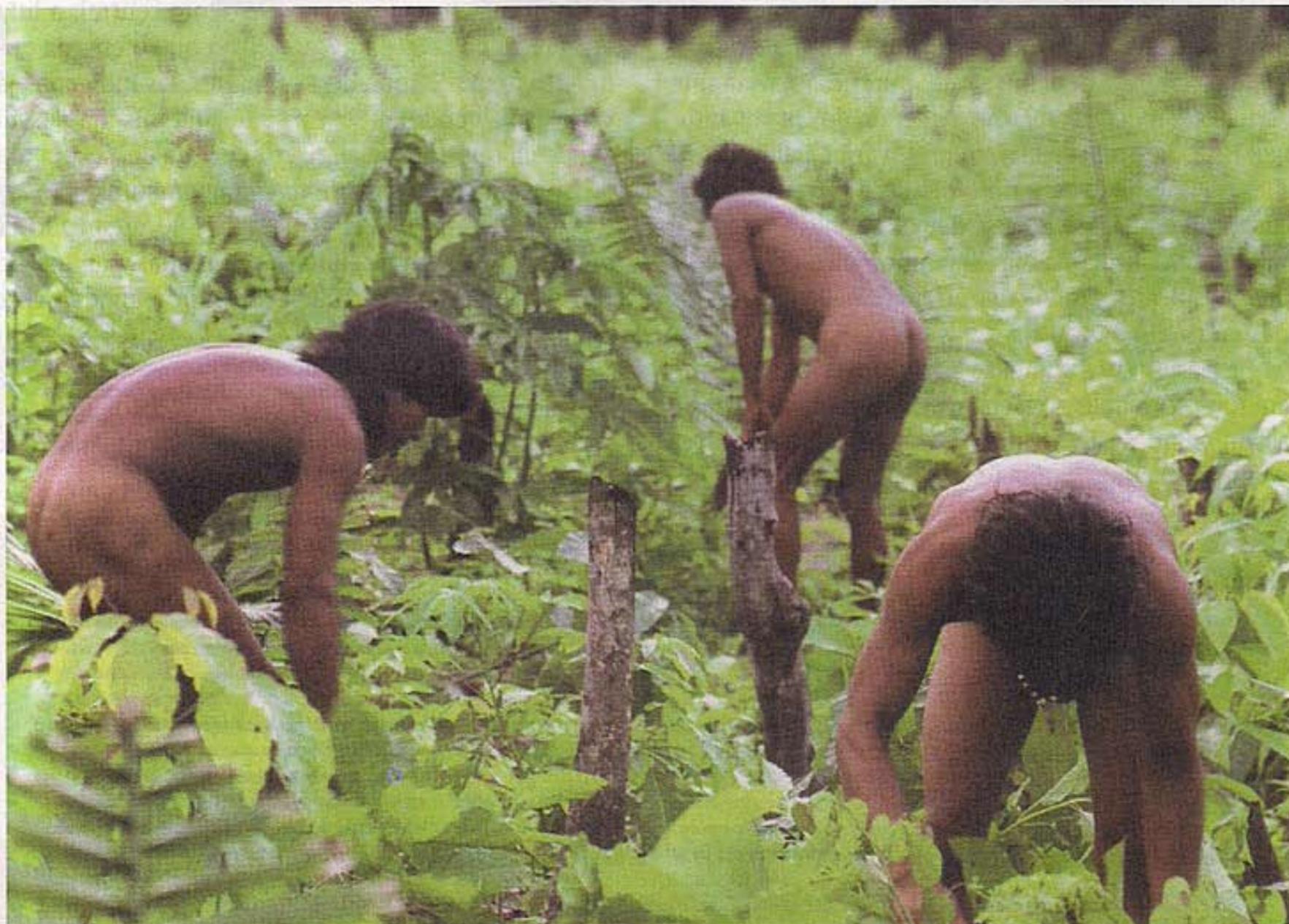
- SOUZA, Marcio & BESSA, José Ribamar (org.) *Os índios vão à luta*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.
- BORGES, Paulo H. Porto. *História, Fotografia e Indigenismo*. Campinas, Tese de Doutorado: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2003.
- LIMA, Antonio Carlos. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”, In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) *História dos Índios no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 1979.
- SUESS, Paulo. *A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Os índios e a nação

Como equacionar os direitos das tribos na comunidade nacional?

SÉRGIO BUARQUE DE GUSMÃO

Arquivo



É sob o lema do marechal Cândido Rondon que devemos enfrentar o agravamento de alguns aspectos do Problema do Índio no Brasil. Nenhum sertanista, em qualquer outra parte do mundo, dedicou-se à causa indígena com a nobreza e o

"Morrer, se necessário for; matar, nunca."

despojamento deste brasileiro de Mato Grosso.

Rondon conjugou a militância política contra a Escravidão e a favor da República com o apostolado dos índios, sempre de acordo com a linha de que os africanos e os europeus formam o tripé étnico do povo brasileiro e nele seguem um natural e inédito proces-

so de miscigenação, embora guardando suas peculiaridades, como o fazem até hoje os imigrantes que escolhem esta como a sua Pátria. A obra de Rondon, e da equipe por ele formada no Exército e no Serviço de Proteção dos Índios, nos serve de lastro e bússola para reafirmar que o assunto deve ser tratado e resolvido nos marcos da Nação e do Estado brasileiros.

O Problema do Índio constitui, em variadas nuances, um “conflito no seio do povo”. Opô-lo a outros infortúnios, dos seringueiros a garimpeiros e pequenos lavradores, é um disparate que nos cabe superar. De nós, a História espera que ofereçamos ao índio a outra face da civilização.

As diferenças entre as etnias tribais e a comunidade nacional, observando-se que esta inclui aquelas, foram muitas vezes tratadas pelos métodos da guerra. O etnocentrismo exacerbado doutrinou a expansão da fronteira nacional. Visto como “raça inferior”, “indolente”, “obstáculo ao progresso”, o índio foi vítima de perseguição sistemática, às vezes pontuada por episódios que nos envergonham até hoje, como no caso dos cintas-largas, atacados em reides aéreos nos quais as aldeias foram destroçadas a rajadas de metralhadoras e bananas de dinamite. Mulheres foram seviciadas e crianças tiveram a cabeça estourada com balas de fuzil. Tamanho sofrimento só é comparável ao dos escravos, e por isso é possível transpor do navio negreiro para as malocas os versos pungentes de Castro Alves:

“Senhor Deus dos desgraçados!/ Dizei-me vós, Senhor Deus!/ Se é loucura... se é verdade/ Tanto horror perante os céus?!”

Apesar da selvageria de origem urbana, sempre pulsou no Brasil uma corrente humanista que convém evocar e exaltar como parte ativa e inesquecível de nossa história. Como já foi dito, nossos historiadores tendem a focalizar o que deu errado. Destacam os vilões e omitem os heróis. A Igreja Católica, por exemplo, desde o pioneirismo da Companhia de Jesus no século XVI, protegeu os tupi da escravidão. É verdade que a proteção já selecionava os infortunados, pois o padre Manuel da Nóbrega tinha escravos africanos. A

evangelização empreendida por jesuítas, dominicanos, franciscanos, salesianos, capuchinhos foi revisada pelo Conselho Indigenista Missionário, o CIMI, incansável na defesa da demarcação das terras indígenas.

A causa foi abraçada por espíritos mais nobres, como o padre José de Anchieta; o estadista José Bonifácio que, já no Império, formulou um programa de integração dos silvícolas; os escritores Gonçalves Dias, José de Alencar e Antônio Calado; os sertanistas Vilas Boas; o médico Noel Nutels; o etnólogo Darcy Ribeiro; os militares, além de Rondon, Antônio Martins Estigarribia, Vicente de Paula Vasconcelos, Júlio Caetano Horta Barbosa, Boanerges de Sousa, Manuel Rabelo; os funcionários José Maria de Paula e Gama Malcher. Merece destaque nesta galeria o grande cronista da saga brasileira, Gilberto Freyre, que, como nenhum ou-

tro estudioso, documentou e louvou a participação do índio, ao lado do negro, na formação de um povo.

Uma plêiade de estrangeiros também deu sua contribuição, bastando citar Claude Lévi-Strauss e Curt Unkel – este foi tão longe que se rebatizou com o nome guarani de Nimuendaju e, ao fim da vida, naturalizado brasileiro, mais parecia um parintintim do Amazonas que um alemão de Jena. Outros, como Hermann von Ihering, apesar de produzirem grande obra etnológica no Brasil, trouxeram na bagagem as noções

de um evolucionismo infame. Em nome do progresso, Ihering pregou o extermínio sumário dos kaingang que resistiam à passagem da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil pelas terras deles.

Violências físicas e doutrinárias – como estas que, a bem da verdade, contaminaram a opinião pública – geraram o fértil debate, na primeira década do século XX, que redundou na criação do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI. Embora tenha sido desmontado mais de uma vez, tirado do rumo humanista, carcomido pela corrupção, o SPI foi referência internacional porque nasceu admitindo a natureza interdisciplinar do problema, tanto que seu nome completo era Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

As diferenças entre as etnias tribais e a comunidade nacional, observando-se que esta inclui aquelas, foram muitas vezes tratadas pelos métodos da guerra.

Dirigido por Rondon, que viu no novo organismo a oportunidade de “trabalhar pela realização do sonho de José Bonifácio”, o SPI logo formulou para os índios uma política baseada na “incorporação definitiva e espontânea à civilização brasileira”. O Poder Público, enfim, impunha restrições à catequese por vezes desagregadora e assumia a tutela das tribos, zelando por seus costumes e terras.

Eis um assunto que exige ação imediata. Cabe ao Congresso Nacional votar o novo Estatuto do Índio e criar as condições, no Orçamento da União, para que as terras sejam efetivamente demarcadas. Não é uma invenção dos nossos tempos. Um alvará de 1680 já assegurava aos índios as áreas que ocupassem. Modernamente, a Constituição de 1988 foi sábia ao reconhecer “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Cumprir notar que a Constituição não trata os índios como alienígenas nem estrangeiros. Os índios são brasileiros. Integram o povo do Brasil, na sua unidade nacional orgânica. Existem muitas diferenças na população, a começar da classe social, com interesses diversos, por vezes antagônicos, mas o conceito de povo não opõe uns aos outros; antes os une estrategicamente na busca de soluções de problemas seculares.

Não temos, nem de longe, diferenças como as do Canadá, da China ou da Suíça, países onde co-existem mais de um idioma e nem por isso deixa-se de admitir a existência do povo canadense, chinês e suíço. No mosaico da nação, compartilham território e instituições. O povo brasileiro é, portanto, um só. Vive em comunidade na mesma jurisdição. Compõe uma única nação, politicamente demarcada e regida por instituições universais em sua extensão nacional.

Está em curso no Brasil, no entanto, uma tentativa de conferir a grupos indígenas categorias históricas próprias de países, e de forma a implodir o conceito de nação tal como formulado por Marcel Mauss, para citar um autor quase hagiográfico na Antropologia. A nação, segundo ele, é “uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, com fronteiras determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural de seus habitantes que, por conseguinte, acatam o Estado e suas leis”. Le-

sando os conceitos clássicos de tribos e etnias, vicejam no Brasil iniciativas para imprimir aos índios representações de povo, nação, estado, soberania territorial. ONGs, movimentos sociais e projetos legislativos ameaçam fragmentar a unidade do nosso povo e território. Surgem ações independentistas que pleiteiam a “autonomia dos povos indígenas em relação ao Estado brasileiro”. Brotam despautérios como o de que o Presidente da República e os tuxaua troquem embaixadores para se relacionarem como se representassem nações e países distintos. Se tal despropósito tiver êxito, provavelmente qualquer cidadão, talvez até o presidente da Funai, terá de visar o passaporte para entrar numa aldeia, e um índio será obrigado a passar na alfândega antes de ser atendido num ambulatório da cidade. Certamente, outros países também poderiam acreditar embaixadores junto a tribos da Amazônia, assim como ONGs dos Estados Unidos e da Europa abririam legações ideológicas nas aldeias.

É questão de tempo que novos absurdos venham a lume, como a instalação em terras indígenas de zonas francas, de áreas de livre-comércio com o Exterior, para a exploração da fauna e flora, e minérios. Ou a prática de atividades hoje vedadas no território nacional, a exemplo de cassinos, como os existentes em reservas dos Estados Unidos.

Do município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, na zona de fronteira com Colômbia e Venezuela, onde se situa a referência geográfica, que é o Pico da Neblina, vem outra manifestação de afrontamento à sociedade nacional. Por influência de lingüistas do Sul, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura instituíram uma lei de co-oficialização de dois idiomas originais indígenas, ao lado do português e da língua geral, nos quais também deverão ser vazados os documentos oficiais e ministrado o ensino público.

Esta questão foi encerrada em 1759, quando o Marquês de Pombal declarou o português a língua oficial do Brasil, impedindo que o País se dividisse em dois idiomas, o português da elite e o *nheengatu* (“o bom falar”, na língua geral) que crescia entre o povo (note-se que Pombal, ao contrário do que se insinua, não era inimigo dos índios: quatro anos antes, patrocinara a Lei nº 6, que confirmava e ampliava o direito deles sobre as terras que ocupavam).

O ensino dos idiomas e dialetos indígenas tem coexistido com o português sem que seja necessário

abrir precedente dessa natureza. Escolas bilíngües asseguram, nas aldeias, a alfabetização das crianças na língua, se já não materna, dos ancestrais. Atente-se que o alemão é o segundo idioma corrente no Brasil, assim como são falados, em bolsões de imigrantes, o italiano e o japonês, mas não ocorre a ninguém de bom-senso de equipará-los institucionalmente ao português.

Vale lembrar que nos Estados Unidos, fonte de idéias dos nossos recolonizadores, a alfabetização simultânea em inglês e espanhol, para as crianças de origem hispânica, está em debate. Já foi derrubada num plebiscito popular no estado da Califórnia. Atente-se, ainda, que, neste caso, certos lingüistas acham perfeitamente aceitável legislar acerca do idioma.

Uma incerta antropologia de viés tutelar estimula e ampara tantas distorções. Do desvio inicial do estudo contemplativo – que desdenhava a sorte dos que lhes ilustravam as teses acadêmicas –, está indo além do sapato ao querer custodiar as tribos. Emprenhada do mito de que o bom selvagem deve ser segregado dos males do mundo, em quarentena blindada de romantismo, infundem-lhes as idéias dos falanstérios que os homeopatas franceses quiseram implantar no Brasil no século XIX. Estas miragens de socialismo utópico contribuem para a libertação do povo tanto quanto as *comunidades* de bichos-grilo dos anos 1970.

Tais iniciativas afrontam a História do Brasil, uma epopéia de lutas memoráveis pela integridade do território e da língua portuguesa, lutas das quais os índios participaram ativamente, como na guerra de expulsão dos franceses e holandeses. Muita gente

matou e morreu por isso. Parece claro como o Sol que essas inovações são fruto da conjuntura internacional de enfraquecimento dos Estados Nacionais e imposição de modelos de recolonização.

Toda construção histórica de nação e povo, unidos por um projeto este sim autônomo e independente, baseado nos interesses nacionais e populares, concretos e intangíveis, tem sido minada pela ideologia do neoliberalismo. Organismos internacionais, financiados por países desenvolvidos que nada têm a nos ensinar quanto à proteção das minorias, porque as submeteram ou as eliminaram, forjam doutrinas e aprovam resoluções que no limite alienam a soberania do Brasil. Agora mesmo, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, já ratificada pelo Senado, abusa da expressão “povos indígenas” e serve de breviário aos que pretendem criar enclaves ultranacionais no território brasileiro.

É uma obviedade dizer, como já o disse há décadas o etnólogo Darcy Ribeiro, que o Problema do Índio não se resolve unilateralmente e à margem da sociedade brasileira, pois a ela se liga como um pai a um filho. Os homens que acreditam no progresso e na política como forma de obtê-lo não se podem seduzir pela miragem multiculturalista que semeia a cizânia na sociedade e busca atalhos pedregosos com a ilusão de resolver problemas sociais. Os índios são brasileiros e seu destino está atado ao do conjunto do nosso povo.

Sérgio Buarque de Gusmão é jornalista e editor da revista Bonifácio. Texto originalmente publicado em Bonifácio nº 2.

Direito ao futuro

A questão das áreas indígenas sempre foi estratégica no Brasil; daí por que o atual governo introduziu uma novidade: a exigência de se ouvir o Conselho de Defesa Nacional antes da edição do decreto de homologação. A precaução é necessária particularmente nos casos de zonas da fronteira. Não impediu, no entanto, a homologação de 14.202 hectares ocupados por aproximadamente 310 vapichana, no município de Bonfim, na faixa em que o estado de Roraima se encontra com a Guiana. Roraima, por sinal, encerra um debate a ser travado sem paixão: os índios constituem 9% da população e reivindicam 50%

das terras do estado. No Brasil, são 0,2% da população e ocupam 1 milhão, 114 mil quilômetros quadrados, uma fatia de 12% do território nacional.

O aumento da população indica que o problema deve ser tratado com atenção e generosidade por parte da sociedade nacional. Depois do enorme e penoso declínio, chegando a apenas 100 mil indivíduos nos anos 1950, os índios estão se multiplicando à razão de 3,5% ao ano, bem acima da taxa nacional de 1,3%. O Censo de 2000 registrou 734.127 índios no Brasil, numa população total de 170 milhões de pessoas. Garantir-lhes um futuro digno e fraterno é o dever de todo brasileiro.



O enigma do gato

(ou dominação e resistência na constituição da cultura brasileira)

A maioria das tentativas de pensar nosso país até fins do século 19 redundou em literatura

ELDER VIEIRA

O sociólogo Roger Bastide, europeu, declarou certa vez que, para entender o Brasil, seria necessário que nos fizéssemos poetas.

Essa afirmação tem mais significados e menos inocência do que possa parecer: indica que nosso país é algo tão peculiar que todos os paradigmas das ciências sociais até ali existentes não davam conta de apreendê-lo e de que a sintaxe acadêmica não bastava para nomeá-lo.

Ora, isso não é privilégio brasileiro. Basta que leiamos qualquer pensador que estivesse em busca de formular uma nova idéia sobre um novo qualquer fenômeno para que encontremos, em seus escritos, ver-

dadeiros torneios verbais que bem poderiam ser tomados por versos engenhosamente elaborados. Revisitemos Sócrates, ou Kant, ou Marx, e lá encontraremos materializada a “função poética da linguagem”, como nos ensinou o lingüista Roman Jakobson.

De fato, a poesia é o primeiro caminho para o oculto e o inexplicado. No caso do Brasil, não havia como ser diferente. Com efeito, a maioria das tentativas de pensar nosso país até fins do século 19 redundou em literatura. *A Carta de Pero Vaz de Caminha* seria a primeira delas. O romance *Iracema*, de Alencar, é um outro marco. Assim como o foram *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antonio de Almeida, e outras memórias ainda mais célebres, as de *Brás Cubas*,

de Machado de Assis. Seguindo o que acabou por se tornar tradição, vieram obras como *Macunaíma*, de Mário de Andrade; *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa; *Vidas Secas e São Bernardo*, de Graciliano Ramos, mais toda a prosa de Jorge Amado, Lins do Rego e Raquel de Queiróz; os seis volumes das *Memórias*, de Pedro Nava; até chegar a *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, e a outros autores mais recentes.

Versejadores também tentaram. De Santa Rita Durão, ao contemporâneo Ferreira Gullar, autor de *Poema Sujo*, passando pelos românticos Gonçalves Dias e Castro Alves e pelos Andrades modernistas e seu parceiro Manuel Bandeira, muitos foram os poetas que, entre um manifesto estético e outro, capturaram algum aspecto de nossa nacionalidade.

Certamente, a poesia tem seus limites. Era de se esperar que homens de ciência acessem para dar seu contributo epistemológico. Havia um objeto carente de seu método. Eia, pois, mãos à obra! E eis que vão surgindo Sílvio Romero, José Veríssimo e Manuel Bomfim. Um pouco depois, vêm Gilberto Freire, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado, Inácio Rangel e, na esteira, Antonio Cândido, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro, Alfredo Bosi, Edgar Carone, Clóvis Moura, Milton Santos, Roberto Schwarz, Ferreira Gullar e outros.

Vejam que na lista figuram dois poetas. Todavia, mesmo os que da métrica não eram mestres viram-se diante da necessidade de lançar mão dela para produzir muitas das passagens de seus ensaios e livros. No entanto, destes, talvez precisamente por abusar tanto da poética em seus estudos, os que parecem ter chegado mais perto do sentido do Brasil foram Gilberto Freire, Darcy Ribeiro e Alfredo Bosi. Para comprová-lo, sugerimos a leitura de *Casa Grande e Senzala*, do primeiro; *O Povo Brasileiro*, do segundo; e *História Concisa da Literatura Brasileira e Dialética da Colonização*, do último.

Não é nosso objetivo analisar essas obras aqui. Mas ousamos dizer que o traço que as une seja uma espécie de *caminhar em voleio*, uma *abordagem em curva*, nada cartesiana, radicalmente dialética e interdisciplinar, que, ao realizar uma prospecção verticalmente profunda, provoca ondas largas e progressivas que cobrem, a cada passo, superfícies mais extensas do tecido da história nacional para, de posse de cada vez mais fatos estendidos no tempo, aprofundar ainda mais o entendimento das raízes que os animam.

Essa procura, esse esforço, por formular um método próprio de pesquisa e entendimento do Brasil foi e ainda é constantemente criticada por uma pequena variedade de setores da prestigiada inteligência brasileira, tanto à direita, como à esquerda, preocupada em não perder o passo com as novidades teóricas européias e estadunidenses, sejam elas de hoje ou de antanho. Destes setores, vêm os petardos contra o legado freireano, a pretexto de combate ao seu luso-tropicalismo, ao qual é reputado, não sem alguma razão, certo racismo e algum conservantismo político, e contra as contribuições de Darcy Ribeiro, por suas filiações afetivas e políticas ao trabalhismo getulista e brizolista.

Alfredo Bosi também tem o seu quinhão nesta contenda. Intelectuais um tanto exageradamente fiéis ao materialismo-dialético não lhe perdoam o catolicismo militante e seu talhe hegeliano, aliados ambos às referências a Benedetto Croce.

Ao que parece, o rigor acadêmico não consegue evitar (ou esconder?) as apreciações ideologizadas das contribuições científicas que, por definição (do mesmo modo ideológica?), deveriam ser “ideologicamente neutras”.

Não o são, já sabemos, mas nem por isso deixam de ser contribuições importantes e, em alguns casos, fundamentais para o pensamento brasileiro em sua marcha rumo à compreensão do país do qual nasceu. Não é porque nos desagrada a árvore que vamos lançar fora, sem prová-los, os frutos. Ao menos para doce ou suco podem servir.

No caso em tela – o da construção de um método próprio de investigação de nossa cultura –, muitos dos tais frutos servem para bem mais que sobremesa: são a base mesma da alimentação de nosso espírito. E, talvez, por isso, provoquem tanta grita e alguns muxoxos.

Não é para menos: o Brasil é tão ou mais enigmático que um gato: por mais que caia, está sempre de pé. E aquele que ousa avançar no entendimento deste mistério, ainda que timidamente, e usando as armas teóricas que tem, parece sempre merecer a desconfiança geral.

O esforço de pular com o gato

Todavia, talvez haja razões mais fundas que expliquem, tanto a resistência, quanto a ousadia de abrir caminhos metodológicos próprios. Nossa condição colonial, expressão cunhada pelo professor Alfredo Bosi, parece-nos um ponto de partida adequado.

Longe de querer esgotar a polêmica, e conscientes dos limites deste texto, podemos dizer, num esforço de síntese, que o Brasil desde suas origens é marcado por três fardos: a dominação estrangeira, o conservadorismo de suas elites e a exclusão social. Essas três características de nossa formação se alimentam mutuamente e marcam, até os dias atuais, nossa cultura – entendida aqui como espaço de signos por onde nos movimentamos e trocamos, chocamos e, vezes sem conta, amalgamamos símbolos.

As marcas de dominação de nossa cultura não estão apenas em nossos veículos e suportes audiovisuais congestionados por produtos vindos diretamente dos Estados Unidos, ou por aqueles de fatura nacional reproduzindo os mesmos valores estéticos e éticos dominantes lá: elas podem ser verificadas em nossa produção intelectual que, tradicionalmente e por sendas as mais diversificadas, tem repetido entre nós modelos e explicações teóricas que, sem resistir aos fatos, faliram em seus países de origem e, qual medicamentos condenados por suas próprias vigilâncias sanitárias, são despejados em nosso mercado para que não se percam os investimentos realizados e se concluam os experimentos terapêuticos. Neoliberalismo, pós-modernidade, multiculturalismo, terceira via foram, nos últimos vinte anos, alguns dos mais destacados contrabandos nesta área; ou, por outras palavras, algumas das novas roupagens para as velhas idéias que fundamentam nossa vulnerabilidade e calçam os outros dois pilares de nossa cultura dominante – o conservadorismo e o elitismo.

O primeiro evidencia-se na sobrevivência de velhos preconceitos – étnicos, sociais, sexuais, etários, morais – e de padrões de comportamento intolerantes; na persistência de velhos clichês estéticos; no retorno saudosista a modas e hábitos passados; e na sempre renovada histeria mística.

No campo das idéias, imperam as noções de imutabilidade dos fenômenos, em contraste com o princípio de movimento e transformação da matéria e do espírito; de falência da ciência, em oposição à capacidade humana de conhecer o mundo objetivo; de presente

contínuo (só o agora existe) e de inviabilidade de projetos coletivos, que se opõem às idéias de perspectiva histórica e de gregarismo; de fragmentação, atomização e particularidade, que negam as noções de totalidade, de sistema e de generalização de experiências.

Já o elitismo configura-se na inacessibilidade – para a maioria da população brasileira –, aos meios de produção, circulação e fruição dos bens culturais; na qualidade duvidosa da educação básica; nas vagas, a cada ano, mais escassas nas universidades públicas e mais numerosas nas privadas; no monopólio dos meios de comunicação; em nosso baixo desenvolvimento tecnológico; na precariedade das instituições republicanas – a despeito dos tímidos avanços, blindadas aos reclamos e participação populares, e franqueadas aos interesses do capital.

*Da confrontação
de campos tão
opostos, produtos
de classes também
opostas e em perpétuo
antagonismo, é que
se foi tecendo
a cultura
brasileira.*

Usina e produto de contradições

Como não poderia deixar de ser, toda essa situação protagonizada pelas classes dominantes brasileiras provoca, inevitavelmente, a resposta dos setores sociais prejudicados e, portanto, descontentes: por sob o peso de todos os fardos contínua e renovadamente germinou e se espalhou, com mais ou menos força, conforme a conjuntura histórica, aquilo que Machado de Assis chamaria, para explicar a literatura de seu tempo, de “instinto de nacionalidade”, que cedo transformou-se em luta por independência e soberania, democracia e justiça social.

No campo da produção simbólica, uma infinidade de movimentos espocou, subiu alto e experimentou o ocaso, mas sempre deixando um rastro ao qual vieram se somar outros movimentos. Todos surgiram para pôr fim a um certo estado da cultura brasileira; para renová-la. O item identitário, que os liga por heranças sucessivas e, assim, insculpe em nossa história uma linha contínua, é a resistência: à dominação estrangeira sempre era preciso opor o caráter nacional, seja lá o que isso fosse e como fosse; ao conservadorismo das elites, era preciso combater com a idéia da mudança, da renovação estética e moral; ao elitismo

era preciso responder com o mergulho nas raízes populares e com a democratização da vida nacional.

Desta confrontação de campos tão opostos, produtos de classes também opostas e em perpétuo antagonismo, é que se foi tecendo a cultura brasileira. Dos contrários resultaram modos peculiares de escrever, compor, cantar, dançar, cozinhar e comer, esculpir, morar, filmar, atuar, vestir, falar, fazer sexo, comunicar, propagandear e vender, até mesmo de organizar-se política e socialmente e governar, com tudo o que isso implica.

A cultura brasileira, por meio dessa antinomia, chega até nossos dias, tal qual um gato: ainda mais complexa, mais contraditória. Inapreensível em uma palavra ou sentença desdobra-se em livros e teses e não se deixa capturar inteira. Elegante, grácil; por vezes agressiva – presas e unhas à mostra – ela se entremostra com uma variedade enorme de atores e de velhas e novas manifestações e símbolos. Investigá-la hoje, entendê-la, requer uma imersão funda em todas as suas direções e dimensões.

Usina de símbolos que é, ela também participa da movimentação da economia nacional, ao tempo que agrega e mobiliza indivíduos de uma mesma comunidade e de comunidades diferentes. Sob o impacto das novas tecnologias, num mesmo movimento, se democratiza e se elitiza ainda mais. Debaixo da avalanche de idéias, posturas e produtos globalizados, vai propiciando a apropriação, a fruição e o surgimento de formas de expressão novas, no mesmo passo que é palco da perda de certas identidades e faz-se cemitério de algumas tradições e hábitos. No mesmo instante que promove encontros, se divide em vários guetos e segrega.

Novo ciclo cultural

Esse conjunto alentado de contradições ganhou ainda maior ênfase com a posse do atual governo da República. A eleição de um operário, apoiado por forças políticas e sociais que estréiam na condução do Estado brasileiro com a tarefa de implementar um programa de mudanças estruturais em todos os campos da vida nacional, provoca no campo da cultura o desmoronamento da muralha que tem represado o setor até então.

Ao escolher, para ministro da Cultura, o compositor Gilberto Gil, o presidente Lula, sem se dar conta, promoveu o encontro histórico de importantes correntes do pensamento e da ação cultural brasileira. Per-

sonagens que estavam na ponta ou na base do movimento passam a atuar dentro do governo. Desse encontro, nasceram programas e ações que estão alterando a face cultural do país e contrariando poderosos interesses econômicos. A proposta de Lei Geral do Audiovisual e as mudanças operadas no campo do fomento à cultura são emblemáticas, assim como o Programa Cultura Viva, cujo objetivo é constituir e potencializar uma rede de Pontos de Cultura no Brasil e no exterior.

Esses programas e iniciativas nascem justamente de um ponto de vista ancorado, não em fórmulas rígidas e pré-moldadas, mas na mesma matriz conceitual que produziu os movimentos de dança e luta da capoeira, os dribles do booleiro, o caminhar gingado do passista da escola de samba, as curvas da arquitetura de Niemeyer, a batida da bossa nova e a poesia brasileira: rica e despretensiosa em Bandeira; epicamente prosaica em Drummond; afetuosa em Vinícius; coral e pedestre em Gullar.

Tal matriz foi cozida na panela de barro do povo brasileiro. Os temperos começaram a ser refogados lá trás, sobre as chamas do primeiro fogão à lenha. Hoje, seu caldo apura num microondas digital, operado de vários computadores dotados de programas livres e conectados via satélite. Sua consistência indica que podemos estar entrando num novo ciclo de renovação da cultura nacional – o gato troca o pêlo – gestado no chão multicolor da pátria, mas, curiosamente, destinado a ganhar escala a partir do interior do Governo Federal.

Isso tem seus riscos, é verdade. Na relação entre Estado e movimentos sociais, estes últimos sempre acabaram ou liquidados, ou institucionalizados. Em ambos os casos, submetidos. Entretanto, dadas as características da atual gestão ministerial e a conjuntura histórica e cultural da atualidade, o risco maior talvez seja tudo isso dar certo e, para gáudio do povo e desespero dos conservadores, os estudiosos e ativistas da cultura se vejam mais uma vez obrigados a buscar na poesia os instrumentos para entender o enigma Brasil.

Que todas as divindades não permitam que essa trajetória seja interrompida e que o gato, de um salto, faça-se onça.

Amém e saravá.

Élder Vieira é escritor e chefe de gabinete da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura.

O multiculturalismo

Hoje, o conceito de multiculturalismo encontra-se intimamente associado à ideologia do “mercado como etapa suprema da sociedade”

EDUARDO BOMFIM

A discussão sobre o denominado multiculturalismo abrange um amplo leque de temas candentes da atualidade. Todos importantes e de conteúdos variados. Político, institucional, cultural e ideológico. Portanto, não deve ser subestimado como algo superficial, diletante ou simplesmente uma supérflua tese de alguns acadêmicos.

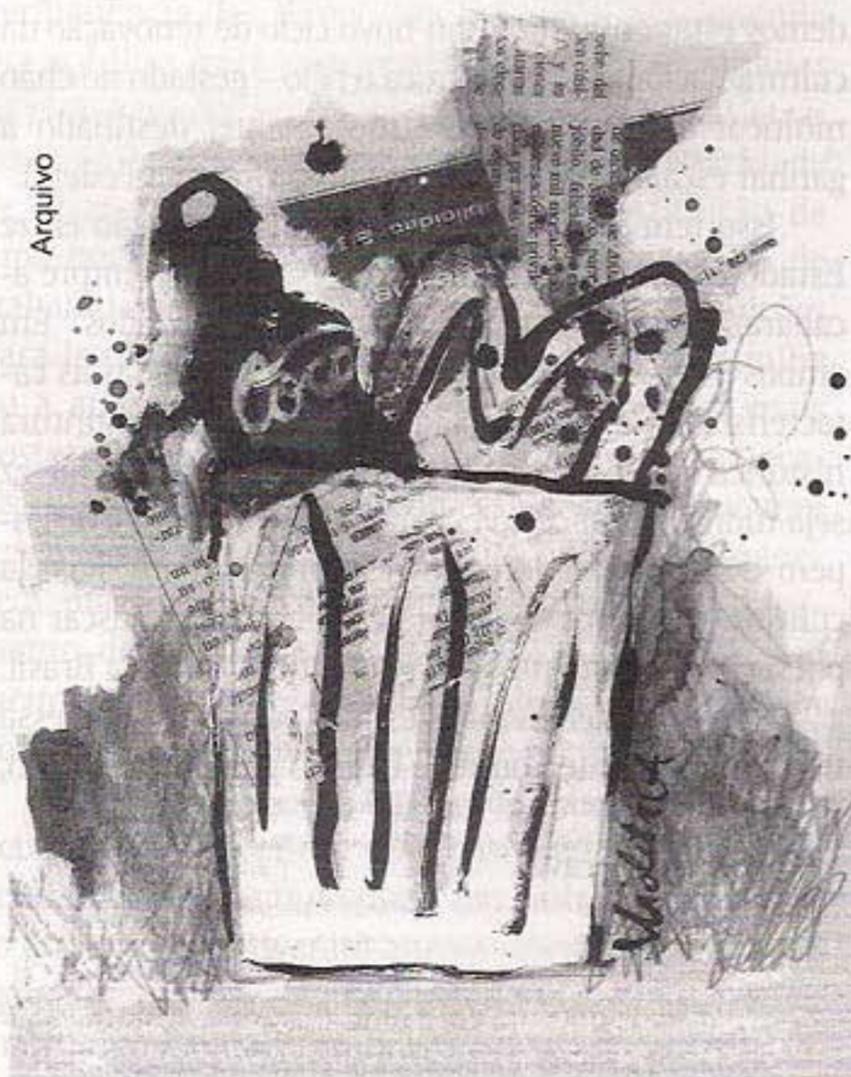
O cientista social norte-americano Russel Jacoby, em seu livro *O fim da Utopia – Política e Cultura na Era da Apatia*, dedica um capítulo à questão e refere-se ao tema como o mito do Multiculturalismo. Segundo ele, está em debate não especificamente o pluralismo cultural ou a noção de diversidade. Estas, não são falsas nem contestáveis.

O mundo natural, o físico e o cultural são caracterizados pela diversidade, e esta significa, seja em que sentido se apresente, um avanço da humanidade em relação à uniformidade das coisas.

O problema é que, nos tempos atuais, esse conceito encontra-se intimamente associado à ideologia do mercado como a etapa suprema da sociedade, no sentido do “fim da História”, tal como foi apregoada e desmascarada. O individualismo exacerbado, em contraponto aos objetivos sociais. Além do mais, expressa uma negação das identidades regionais ou mesmo nacional.

Assim, a luta dos trabalhadores, dos povos ou

Arquivo



mesmo a soberania das nações, estariam superadas. Ou pelo menos em plano secundário. A solução da humanidade estaria, atualmente, na constituição de uma “segregação civilizada”, cuja ordenação jurídica e normativa encontra-se na chamada “Política Afirmativa”, originária dos EUA. O multiculturalismo avançou na medida em que a luta transformadora regrediu. Esta é uma constatação irrefutável.

Além disso, o recuo é apresentado como um extraordinário avanço. Surgem, em socorro a essa ideologia, “novas” formulações na Antropologia, Sociologia, Economia, História etc. Amparadas em forte apoio da mídia internacional, sob a liderança principal norte-americana.

Cabe alertar, portanto, que o arcabouço da chamada Ação Afirmativa, derivada do multiculturalismo, não é algo simplório. Porque possui raízes no passado, na batalha ideológica contra a questão nacional e o marxismo. Além disso, responde a determinadas aspirações de camadas médias e da elite nos EUA e se disseminou, através de estratos sociais idênticos, por todo o mundo, inclusive nos países em desenvolvimento, possuindo, assim, uma forte base de apoio em segmentos formadores de opinião.

Muitos dos líderes desta “onda”, inclusive no Brasil, passaram por importantes centros universitários dos EUA. Para tanto, basta ler o currículo de vários deles, apresentados em entrevistas caudalosas ou ensaios, na grande imprensa, com intuítos aparentemente despreziosos ou fortuitos.

São capazes de ignorar solenemente conclusões científicas sem perderem a credibilidade – tal a força com que são empurrados por uma intensa e massiva propaganda, hábil ou mesmo ostensivamente dirigida.

Cabe destacar a influência do economista e filósofo austríaco F. A. Hayek, estabelecido na Inglaterra, autor do célebre livro *O Caminho da Servidão*, que inspirou as teses fundamentais do neoliberalismo, a defesa do Estado mínimo como o único agente propulsor do desenvolvimento das sociedades.

Não é aleatório, portanto, o fato de que durante os vinte anos em que as teses neoliberais reinaram absolutas, contrastando com a débacle das primeiras experiências socialistas no mundo, à exceção da Chi-

na e de alguns poucos países, as chamadas políticas multiculturais ganharam enorme influência e espaço nos governos de linha neoliberal.

No Brasil, os multiculturalistas ascenderam enormemente durante os oito anos do período do presidente Fernando Henrique Cardoso e, apesar de algum declínio no governo Lula, permanecem com espaços consideráveis e orientação doutrinária, em certos Ministérios.

Se, de um lado, os multiculturalistas estão associados ao campo econômico dos liberais da economia contemporânea, na área política, de outro, como consequência lógica, aos defensores de uma sociedade pós-moderna, quer dizer, ausentes de qualquer conflito de classes contra classe, ou mesmo de defesa nacional contra as novas formas de imperialismo.

Trata-se, deste modo, da afirmação de uma visão fragmentada, dispersiva e de estratos sociais, em detrimento dos conceitos de povo, nação e Estado. Nada mais útil e providencial aos que postulam a máxima “dividir para reinar”. Não há acaso. Quer seja na teoria, quer seja na prática social. Em tudo existe um propósito aberto ou subliminar.

Ao combaterem o crime hediondo da discriminação de cor, com justa razão, baseados nas teses multiculturais, retornam, contraditoriamente, às teses do racismo, reacionárias ou mesmo de direita, derrotadas politicamente e cientificamente. Ao expressarem, com justa indignação, qualquer forma de discriminação, o fazem, quando partem através de movimentos multiculturais, em função de espaços de poder, destituídos de projetos política e socialmente mais amplos.

Recente pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais revela que 60% da população branca do Brasil possuem em sua formação antepassados negros ou índios. E até os dois ao mesmo tempo.

Mesmo os colonizadores portugueses, ou espanhóis, possuíam uma alta diversidade genética, fruto de muitas invasões e imigrações para aquela região ibérica: celtas, fenícios, gregos, romanos, germanos, visigodos, judeus, árabes e berberes. Uma verdadeira feijoada de povos.

A mesma pesquisa descobriu que populações que habitam regiões adjacentes na Sibéria Central foram os parentes dos nossos ameríndios e para cá vieram

através do estreito de Bering. É provável que outros dos nossos ameríndios sejam provenientes de migrações da região andina, como os Caetés de Alagoas e de Pernambuco.

A escravidão, fenômeno econômico, deu-se em todos os continentes da terra, inclusive na África. As diversas formas que caracterizam a discriminação “racial” nos dias atuais incluem manifestações do período escravocrata, transmitidas por círculos familiares pobres, médios e ricos. Provêm da herança colonial e do mito da raça branca. Revelam ódio, frustração, ignorância e o medo da perda de vantagens e prerrogativas sociais.

O caso brasileiro é bem mais complexo, porque aqui se desenvolveu um processo colonizador cuja característica fundamental foi a mestiçagem. Somos uma nação basicamente desses mestiços, o que nos revela a pesquisa da UFMG. Nossa própria cultura tem como traço definidor sua diversidade e ao mesmo tempo sincretismo de várias manifestações antropológicas, principalmente negras, índias e portuguesas.

Frente à política afirmativa, assume dimensão gigantesca o problema da mestiçagem do povo brasileiro. Como situá-los em relação às políticas de cotas, já que representam a esmagadora maioria da população? Brancos que não são brancos, negros que não são negros, índios que não são índios.

Um povo que se constituiu para além da senzala, da casa grande e das tabas diversas. E, por isso, até se tornar a imensa maioria da população do que viria a se constituir alguns séculos depois em Brasil, foi marginalizado porque, como dizia Darcy Ribeiro, era a “ninguémidade”.

Outros estudos publicados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro revelam um dado mais esclarecedor. Dentro de mais vinte anos, a população brasileira será mais mestiça ainda em consequência da intensa reprodução, principalmente nas camadas populares, da mesma mestiçagem. Sendo que ela

possuirá a característica de ser cada vez menos “branca”, menos “negra” e, evidentemente, rarefeitamente ameríndia. Possuindo, no entanto, traços genéticos e culturais das três, porque o sangue índio está definitivamente incorporado em nossa formação biológica e cultural. Evidentemente, não me refiro aqui às reservas indígenas ou às escassas – infelizmente e criminosamente –, tribos no meio da floresta, principalmente da amazônica, ainda distantes do contato predador da “civilização” atual.

Mas a discriminação dá-se ainda através de outras maneiras. Os nordestinos são tidos em círculos ignorantes no sul do país como “gente” inferior, pouco inteligente, feita para o trabalho braçal ou outros sem qualificação que exija cultura e quociente intelectual razoável.

Desconhecem, portanto, o berço da civilização econômica e cultural daquilo que veio a se tornar posteriormente brasilidade. A verdade é que no Nordeste foi onde mais se processou a característica da mestiçagem. E mais uma vez o preconceito baseia-se na manutenção do privilégio no mercado de trabalho.

O esdrúxulo, nesta coisa toda, é que os dois últimos presidentes do Brasil possuem a olhos vistos clara mestiçagem. O ex-presidente Fernando Henrique, em seus traços fisionômicos, e o presidente Lula, além disso, de origem operária e nordestina, pernambucana. Qual a diferença então? A ascensão social e o prestígio.

É aqui que reside o problema central e a solução. A necessidade de um projeto nacional soberano, socialmente justo, com distribuição da riqueza e acelerada redução das desigualdades regionais. Para mais de cem milhões de brasileiros. Sem estas premissas, continuarão as discriminações “raciais” e regionais – todas odiosas e merecedoras de punição criminal e repúdio social.

Mas se, ao contrário, decretarmos a instituição das carteiras de identidade com obrigatoriedade da cor do cidadão ou da cidadã, coisa cientificamente

O problema do brasileiro é que parte de suas elites é aculturada, colonizada e incapaz de pensar um projeto singular, real e factível – harmonioso com as peculiaridades e riquezas do país.

impossível de ser comprovada, salvo raras exceções, regrediremos aos tempos do fascismo e do nazismo hitlerista.

Destacaremos uma política de privilégios para minorias habilitadas pelo estudo ou acesso a informações especiais, nas universidades, marginalizaremos a maioria da população mestiça, fomentaremos a “competitividade odiosa” e a “segregação civilizada”. Será o transplante para os trópicos brasileiros de uma cultura puritana, anglo-saxônica, no que delas há de pior.

A importação do lixo cultural. O luxo continuará com eles. E mais, não combateremos as formas de discriminações “raciais” em nosso país e construiremos, com o passar dos tempos, outras manifestações tão nocivas quanto.

Além disso, daremos a réplica ao antropólogo Gobineau e tantos outros derrotados teoricamente e na prática, no início do século vinte, que defendiam a impossibilidade de o Brasil vir a ser uma nação industrializada, tendo em vista a mistura das raças e o clima tropical, impróprios ao desenvolvimento industrial urbano.

Defendiam, para nós, uma malfadada vocação de uma fazenda de dimensões continentais. Para este mal, diziam eles, só há um atenuante, já que o clima e a vegetação exuberante dos nossos trópicos não podiam ser alterados. O persistente “embranquecimento” da “raça” brasileira. A vida mostrou o contrário, somos uma nação industrialmente complexa. Porém, sempre subordinada aos interesses dos colonizadores de ocasião e socialmente, brutalmente desigual.

No entanto, possuímos algo raro, muito raro mesmo. Falamos uma só língua, somos uma nação sem reivindicações separatistas e constituímos um Estado nacional. Vejam a próspera Espanha, só como exemplo, um Estado nacional, constituído por várias nações e línguas, sempre em conflitos, muitas das vezes sangrentos.

Não possuímos, apesar de classes sociais com diferenças econômicas e oportunidades dramaticamente díspares, as castas da Índia. Ali sim, multicultural e milenarmente dividida em etnias “divinamente eleitas” como superiores e outras em escala inferior, e que, aliás, marcha para a soberania econômica e tecnológica, apesar de tudo.

Assim, podemos afirmar que o multiculturalismo avança na medida em que recuam o ímpeto, a coragem e a necessidade imperiosa de enfrentarmos os nossos graves e seculares problemas econômicos, de soberania e a criminosa exclusão social.

Devemos buscar o caminho brasileiro de desenvolvimento, através das nossas vocações e particularidades, inclusive naturais. Sabermos utilizar como alavanca de auto-estima e mobilização, uma das culturas mais ricas e diversificadas do planeta.

Não impedir, através da imitação barata de outras formações antropológicas, que o potencial de um povo extraordinário, o povo brasileiro, se desenvolva com plena capacidade e inventividade criadora. O problema do brasileiro é que parte de suas elites é aculturada, colonizada e incapaz de pensar um projeto singular, real e factível – harmonioso com as peculiaridades e riquezas do país.

O povo, o povo mesmo, é uno em sua diversidade, inclusive individual. Não há que fragmentá-lo, fracioná-lo em grupos e subgrupos, como uma esquizofrenia imposta à força, para melhor dominá-lo de dentro e fora, imobilizá-lo.

Devemos receber de braços abertos as boas coisas que a humanidade produz, criticamente, incorporando-as ao nosso patrimônio em geral. Para isto estamos abertos e sempre estivemos. Somos meios antropofágicos, inteligentemente antropofágicos.

Sabemos assim, as mazelas de que o brasileiro padece. Cabe a quem desejar, ou estiver disposto, incorporar-se à aventura árida, sofrida, às vezes sangrenta tarefa da libertação das potencialidades da população brasileira. Uma ampla arquitetura da construção de um país generoso, sem vocação imperial.

Do trabalhador anônimo, da balconista sorridente, do operário inventivo, do empresário desenvolvimentista, da juventude impulsionada em sua vitalidade e movimento, da intelectualidade acreditando, do agricultor fazendo plantações de dar gosto. De uma cultura incentivada a ser feita nas suas permanências e renovações. É nesta pluralidade e na diversidade dos brasileiros que se pode construir o presente e perseguir o sonho da utopia do futuro possível.

Eduardo Bomfim é advogado, ex-deputado federal constituinte pelo PCdoB/AL (1987-1990) e Secretário de Cultura de Alagoas.

Luta pela igualdade racial

A luta contra o racismo é parte integrante do projeto de emancipação nacional e social

DOCUMENTO

O combate ao racismo é parte integrante do projeto de emancipação nacional e social que fundamenta a própria existência do Partido Comunista do Brasil. Por isso mesmo, trata-se de uma luta que envolve todo o coletivo partidário e não apenas os militantes que atuam na frente específica de combate às manifestações de racismo contra os negros brasileiros. É uma luta dos trabalhadores e de todo o nosso povo. Além disso, é uma luta libertadora de toda a humanidade, de todos os povos – portanto, uma causa internacionalista.

A plataforma política e de ação dos comunistas na luta contra o racismo no Brasil vincula-se às formulações programáticas e táticas do Partido. Estas atualmente afirmam a centralidade da questão nacional na luta para derrotar a agenda neoliberal e imperialista. O enquadramento político do combate ao racismo, portanto, deve situar essa luta nas singularidades que marcam a formação social do Brasil, contribuindo para a construção, a consolidação e o triunfo de uma agenda nacional de superação do neoliberalismo, e que abra a perspectiva de luta pelo socialismo renovado e de feição brasileira.

Apreender a singularidade de uma formação social concreta exige, na melhor tradição do pensamento marxista, o exame das mediações que se estabelecem entre o complexo de modos de produção e reprodução da vida material em determinada sociedade e a subjetividade social que se torna dominante no seu interior. Tal subjetividade inclui valores, manifestações culturais, formas de relacionamento interpes-



soal, psicologia social e individual etc.

A singularidade da formação social brasileira é resultado das próprias particularidades que marcaram a colonização portuguesa na América. Entre elas, se destaca o dilema da ocupação e colonização de terras gigantescas e da sua incorporação aos novos circuitos globais de comércio a partir de uma base populacional extremamente reduzida na metrópole. Decorre disto o formato de poligamia patriarcal opressora assumido pela colonização escravocrata como prática de ocupação e dominação. O domínio de classe confundiu-se, durante todo o período escravista de nossa história, com a opressão racista que subordinou indígenas e africanos escravizados ao colonizador europeu. O racismo é um aspecto fundamental do domínio de classes, sendo a faceta cruel da opressão social que complementa e reforça o domínio classista.

Estas marcas de nascença deixaram um legado contraditório na sociedade brasileira. O Brasil é uma Nação forjada pelo nosso povo com muitas lutas e sacrifícios. Sobre as bases da embrutecedora violência escravocrata, difundiu-se forçadamente a miscigenação e formou-se uma subjetividade própria que fundiu elementos da cultura indígena e africana aos da cultura portuguesa dominante (ela mesma fruto de uma singular fusão de elementos europeus e norte-africanos na península ibérica).

Estes traços nacionais originais sobreviveram à própria ordem escravocrata e foram enriquecidos (mas não decompostos ou suplantados) pelas levas de imigração (européia, árabe e asiática) que acompanharam, em seguida, a gênese do capitalismo no país.

Esse processo que foi criando o povo brasileiro,

através dos séculos, ainda está em curso. Porém, mesmo ainda em formação, nosso povo possui uma identidade nacional e cultural, somos um povo-nação.

Conforme assinala o documento *500 anos de luta*, do Comitê Central do PCdoB, o “processo histórico dessa formação foi doloroso, brutal, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada”. Todavia, o resultado é “um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade”.

A mestiçagem, fenômeno objetivo e cultural, é um dos elementos fundamentais do processo que nos tornou brasileiros. Independentemente das aparências físicas diferenciadas, nas quais sobrevivem as ancestralidades de nossas matrizes, não há grupos étnico-nacionais que disputam autonomia frente ao Estado brasileiro, como é comum em vários países.

No entanto, essa situação singular do Brasil não configurou uma “democracia racial”. A origem escravista de nosso país deixou, igualmente, um duplo e perverso legado racista. O primeiro, fruto do projeto das classes dominantes desde a escravidão, é um racismo estrutural que preserva ampla predominância de negros nas camadas mais pobres e oprimidas da população (ou seja, mesmo com a miscigenação, o capitalismo brasileiro manteve e realimentou o recorte racista da nossa estrutura de classes).

O segundo é um racismo de caráter ideológico explícito (embora, em geral, não assumido) que, apesar da decisiva contribuição dos africanos para a nossa identidade nacional, intenta legitimar-se associando a imagem do negro a condições de inferioridade, a manifestações irracionais ou a comportamentos anti-sociais.

O duplo legado racista na sociedade brasileira e a nossa singularidade nacional impõem aos comunistas uma política original e propriamente brasileira de combate ao racismo, que articule políticas públicas universais e específicas. É necessário defender e implementar políticas universais de cunho social, isto é, de redistribuição de riqueza e renda, e de garantia de serviços públicos e direitos sociais.

Considerando a existência das desigualdades sociais descritas acima, e o entrelaçamento da opressão de classe, racista e de gênero na nossa sociedade, as políticas públicas específicas de combate ao racismo são imprescindíveis. Para o avanço da luta pela igual-

dade social entre todos os brasileiros é preciso inclusive propor o tratamento desigual e favorável daqueles que estão em situação desigual.

Entretanto, do ponto de vista político, uma política nacional de combate ao racismo deve unir o povo contra os mecanismos capitalistas que estruturam e reproduzem a marginalização de grande parte dos negros brasileiros, historicamente vitimados pela desigualdade social. Desse modo, essa política deve buscar a ampliação da consciência dos trabalhadores sobre a opressão de classe e o entrelaçamento desta com a opressão racista, estimulando o reforço da solidariedade entre os trabalhadores e evitando a exacerbação de tensões particularistas no seio de nosso povo que impeçam a construção de um projeto nacional contra-hegemônico.

É preciso defender a implementação de políticas que, para além de combater manifestações racistas explícitas ou veladas em todas as dimensões da vida, promovam ativamente uma imagem positiva dos negros no imaginário social, destacando tanto a sua participação decisiva na construção da nacionalidade quanto a sua presença na sociedade atual.

O resgate simbólico e material do componente negro da nossa formação social parte da valorização da natureza mestiça da sociedade e do povo brasileiros. Essa condição original do Brasil nos fornece uma base mais sólida para a superação do racismo, a democratização das relações sociais e a promoção de valores humanistas em nosso país, ao contrário do essencialismo multiculturalista de fundo racial difundido entre nós pelos aparelhos ideológicos do imperialismo.

Tal concepção multiculturalista absolutiza as diferenças culturais, tornando-as antagônicas, promovendo a fragmentação e legitimando o conceito de políticas focalizadas e compensatórias, dentro da perspectiva neoliberal de Estado. O imperialismo investe na segmentação da sociedade brasileira, é a velha política imperial de dividir para reinar.

A mais ampla e sólida unidade popular e patriótica é imprescindível para avançarmos na luta antiimperialista e pelo socialismo renovado no Brasil. Os comunistas brasileiros compreendem a luta anti-racista como elemento intrínseco da sua luta libertadora, herdeira do brado de Palmares.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

A crise na Bolívia

Marcos Domich

É urgente um reencontro do campo popular para definir propostas que acabem com a perigosa crise em curso

A origem da atual crise na Bolívia é a disputa pela posse dos hidrocarbonetos e seus benefícios. Tal disputa ocorre entre as transnacionais petrolíferas, seus representantes internacionais e nacionais, seus agentes naturais presentes nos partidos de direita, no parlamento, no governo central e em algumas agrupações empresariais, como a Câmara de Hidrocarbonetos, localizada na cidade de Santa Cruz, seu centro de operações empresariais e políticas. É evidente o que busca a direita: manter os privilégios obtidos por intermédio da lei de capitalização e a de hidrocarbonetos de 1996. Ambas garantem às transnacionais grandes lucros, os quais não estão dispostas a perder – sobretudo quando se sabe que a Bolívia possui recursos hidrocarbonetos descomunais.

À frente de uma luta para acabar com esses privilégios está a esmagadora maioria do povo boliviano, consciente de que essas leis possibilitam o saque de nossa riqueza – às quais há vários anos se suscitou a necessidade de anular, sobretudo com o objetivo de recuperar, para o domínio do Estado e do povo bolivianos, essa imensa riqueza que deveria estar a serviço de um desenvolvimento nacional real e soberano. Essa consciência popular e nacional custou a amadurecer. Em outubro de 2003, o povo chegou à conclusão de que o principal obstáculo para a obtenção da retomada do alienado (privatizado) por obra do neoliberalismo era o próprio governo neoliberal – que precisava ser derrotado e retirado do poder. As massas mobilizadas conseguiram o que parecia impossível: a renúncia e conseqüente fuga de Sánchez de Lozada. Esse movimento começou com a consigna principal “o gás para os bolivianos”. Simultaneamente, foi proposto restabelecer a indústria nacional (a YPFB) com todas as suas capacidades; a industrialização do gás, seu uso no

transporte; a indústria; necessidades domésticas e outros. As massas mobilizadas estabeleceram também – como meio para garantir legalmente a mudança da política de hidrocarbonetos – a realização de um referendo popular e da Assembléia Constituinte.

A Insurreição de Outubro não pôde ir adiante na tentativa de conseguir a substituição do presidente de acordo com a sucessão constitucional – alçando ao cargo da primeira magistratura o vice-presidente, parceiro de fórmula de Sánchez de Lozada e chefe do MNR. Esse fato não foi apreciado corretamente pelas agremiações políticas e por vários setores sociais. Alguns depositaram muitas esperanças – e até se iludiram – esperando mudanças reais. Mas essa ingenuidade foi desmantelada pela realização de um referendo desonesto; pelo envio ao parlamento de uma lei que introduzia mudanças superficiais sobre a antiga – que, mesmo assim, não foi promulgada pelo presidente Carlos Mesa.

O parlamento, cuja composição já não refletia nem de longe a correlação de forças na sociedade, por sua vez – além disso, por propiciar um tratamento tortuoso aos projetos de lei, descartando automaticamente, por exemplo, a conhecida “A lei do Povo”, elaborada por procuradores da CODEPANAL e aceita pela COB – acabou aprovando um projeto inócuo para as transnacionais e inútil para uma melhora favorável ao Estado boliviano. Mesmo assim, Mesa negou-se a promulgá-lo, deixando isso a cargo do presidente do Congresso num ato teatral sob suspeita de uma sutil concertação entre estes personagens. Em poucos minutos Carlos Mesa expôs à nação, em suas costumeiras declamações, um plano de “produção e solidariedade”, cujos recursos financeiros, inexistentes até esse momento, não poderiam aparecer, a não ser pelos acessos moderadamente fomentados pela venda do gás. Essa nova farsa de comunicação pretendia dar por

encerrado o episódio da luta pela recuperação do gás. Nada mais pretensioso. O povo rapidamente tomou consciência do engodo e declarou aberta uma nova batalha.

Lamentavelmente não existe unidade no campo popular em relação à tática a ser empregue para alcançar o objetivo final, isto é, ao gozo real dessa gigantesca riqueza – ou, o equivalente a isso: nacionalizá-la para benefício do povo e de todo o país. Em atos públicos – como o da praça de San

Francisco – em vez de a unidade popular se firmar as diferenças se aprofundaram, mostrando uma diversidade de soluções tal a ponto de abrir a possibilidade de um fracasso nessa atual batalha.

Para alguns, é possível impor ao Congresso a revisão da última lei de hidrocarbonetos e convocar uma Assembléia Constituinte que corrija os erros e supere os males que afligem nossa pátria. Falsa ilusão em relação à atual composição parlamentar. Para outros a Carlos Mesa, fechando o parlamento,

uma lei de nacionalização dos hidrocarbonetos. Outra ilusão, tão perigosa quanto a anterior, pois pode transformar a arrogância presidencial em franca ditadura. Outros, ainda, acreditam ser possível tornar presidente um “militar patriota” e estimulam a formação de uma junta cívico-militar que “nacionalizaria os hidrocarbonetos”. Cruel armadilha. Sem negar a existência de personalidades progressistas e patrióticas na instituição castrense é preciso admitir neste momento que se trata de uma minoria pouco significativa e sem influência real sobre o conjunto da instituição. Os dois militares protagonistas das aparições nos meios de comunicação não merecem nenhuma confiança. Sua atitude parecia concertada para provocar ações desordenadas e, assim, justificar a intervenção de organismos repressivos – quando não um golpe de Estado regressivo.

E, ainda, outros concentraram suas energias na renúncia de Mesa e em sua substituição de acordo

*Devemos ressaltar que,
se o inimigo exterior
principal é o
imperialismo
estadunidense,
o interno é a oligarquia
cruceña. E a estes é
que precisamos
derrotar.*

com a prelação constitucional. Isso significa entregar o poder Executivo a Hormando Vaca Diez, representante direto da oligarquia, conspirador, em cujas mãos cairia a aplicação, sem atenuantes, de todo o programa neoliberal. Não é exagero sinalizar que essa saída seria concertada entre certos círculos do militarismo como uma alternativa mais para devolver o poder completamente aos antigos integrantes das antigas coalizões neoliberais. É evidente a alternativa Vaca Diez com suas manobras do dia 31 de março – o plano da direita política (MNR-MIR) e da direita empresarial cruceña (de Santa Cruz de la Sierra) consiste em obter autonomia departamental a qualquer custo para manter o controle sobre os recursos naturais (gás, petróleo, madeira, água) e a terra. Esse é o motivo de sua oposição à Assembléia Constituinte, cuja antecipação ao referendo departamental é imprescindível caso não se queira violar ainda mais a Constituição atual.

Por fim, alguns dirigentes populares, e até sindicais, acreditam ter chegado a hora da revolução e ser possível impor um governo popular. Outros – nessa mesma linha de pensamento exaltado – defendem a “ditadura do proletariado”, retirando do velho baú bordões trotsquistas ou, alinhados a um indigenismo etnocentrista, propagam consignas que enfraquecem a coesão nacional-patriótica. Sem rodeios esses desvarios ideológicos caem como luvas aos separatistas e reacionários – que preferem dividir da Bolívia a perderem seus privilégios. Não é necessário acrescentar que tais experimentos seriam exterminados pela vulnerabilidade do povo e talvez pela intervenção estrangeira de países vizinhos, sedentos de recursos naturais, sobretudo, energéticos.

Fazemos estas reflexões porque é grande o perigo para nossa pátria. Maior ainda para os trabalhadores do campo e da cidade, para o povo em profundidade – quem mais sofrerá as conseqüências de uma possível derrota do atual movimento. Nossas reflexões procuram demonstrar-lhes que os planejamentos táticos, a partir do campo popular são, no geral, equivocados. Nem este governo nem este parlamento tem condições de acolher nossas exigências e reivindicações. Somente uma mudança de cenário político, com a convocação antecipada das eleições gerais para presidente, vice-presidente,

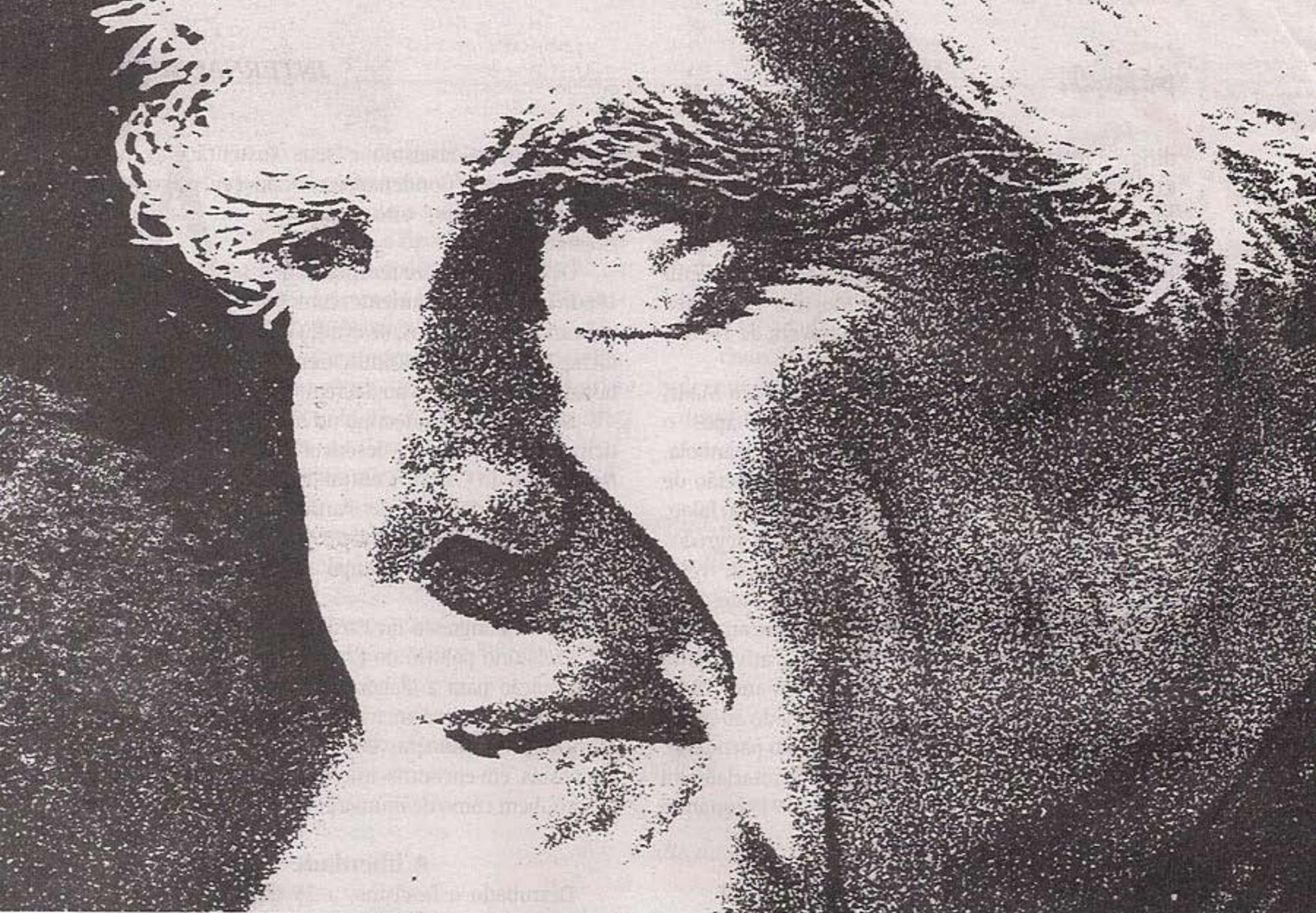
senador e deputado pode nos dar um fôlego na atual batalha e, ao mesmo tempo, criar um espaço para uma real união das forças populares. Para isso, a condição é a elaboração de uma plataforma de luta com um programa mínimo de governo – à qual não se deverá aderir formalmente. No cumprimento dessa tarefa deverão ser excluídas as tendências caudilistas, o sectarismo e até ambições de grupos.

Devemos ressaltar algo mais: se o inimigo exterior principal é o imperialismo estadunidense, o interno é a oligarquia cruceña. E a estes é que precisamos derrotar e, por isso mesmo, nos solidarizarmos com o povo trabalhador e os povos aborígenes – todos eles explorados e oprimidos – e contribuir para que eles próprios se libertem do domínio oligárquico, da chantagem psicológica e da manipulação midiática.

Finalmente, é urgente tomar todas essas medidas para que o protesto popular – sem perder força ou combatividade – transcorra pelo alicerce da disciplina, isolando e expulsando os provocadores e os elementos de fraude implantados e financiados pelos partidos derrotados em outubro e pelos organismos de repressão e inteligência. Os atos de vandalismo e contra outros trabalhadores ou cidadãos não são atitudes revolucionárias, mas atitudes que desacreditam os movimentos justos e as legítimas reivindicações do povo boliviano multinacional e pluricultural.

O Partido Comunista Boliviano – com sua longa experiência e por seu conhecimento histórico e sua concepção doutrinal científica – acredita na urgência de um reencontro no campo popular para examinar, e concluir, propostas que acabem com a perigosa crise em que vivemos e que passa, repetimos, pela obstinação, por uma recomposição do atual quadro político, mantendo e resgatando a seqüência constitucional por meio de eleições gerais antecipadas. Só depois de estas ratificadas é que se poderá convocar uma Assembléia Constituinte capaz de abordar com legitimidade a questão das autonomias e outras demandas de essencial importância para a Bolívia.

Marcos Domich é secretário do Partido Comunista Boliviano (PCB). Traduzido por Maria Lucília Ruy.



Álvaro Cunhal

(1913-2005)

Ele deixa como legado uma vida dedicada à democracia e aos trabalhadores de seu país e do mundo

Álvoro Cunhal nasceu em 10 de Novembro de 1913, na freguesia de Sé Nova, em Coimbra, filho de pai advogado e mãe doméstica.

Em 1931, com 17 anos de idade, quando adere ao Partido Comunista Português estudava então na Facul-

dade de Direito de Lisboa. As suas primeiras tarefas partidárias foram ligadas à Liga dos Amigos da URSS, ao Socorro Vermelho Internacional e aos Grupos de Defesa Acadêmica. Em 1934, é eleito pelos estudantes de Lisboa seu representante no Senado Universitário.

Nesse mesmo ano, o Partido deu-lhe a tarefa de

dirigir a reorganização da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP) em Lisboa e na Margem Sul do Tejo. No ano seguinte, foi eleito secretário-geral das Juventudes Comunistas e participou no IV Congresso da Internacional Juvenil Comunista, que se realizou em Moscovo. Começava então sua vida clandestina. Na Primavera de 1936, é chamado ao Comitê Central do Partido.

Enviado em missão à Espanha, estava em Madrid nos primeiros meses da Guerra Civil, após o levantamento fascista contra a República Espanhola. Entrou clandestinamente em Portugal no Verão de 1937, foi preso pela então PVDE. Torturado, não falou, deixando a salvo dos carcereiros fascistas os segredos do seu Partido. Libertado um ano depois, volta imediatamente à luta revolucionária, voltando a ser preso em 1940 e passando mais um ano encarcerado.

Uma vez fora da prisão, participou ativamente na reorganização do Partido do início dos anos 1940. Novamente na clandestinidade, foi enviado ao Norte do País para aí desenvolver a organização partidária. No Outono de 1942, foi chamado ao Secretariado do Comitê Central, do qual fez parte até 1949, quando foi mais uma vez preso.

PCP, um grande Partido nacional

Nesses anos, teve um papel ativo em todo o trabalho de direção do Partido: nas medidas de defesa, na formação de um forte núcleo de revolucionários profissionais, na criação do aparelho técnico, no desenvolvimento da organização, na preparação e desenvolvimento de lutas operárias – designadamente das grandes greves de 1943, 1944 e 1947 –, na criação do movimento de unidade nacional antifascista, na redação da imprensa do Partido e no restabelecimento das relações com o movimento comunista internacional, interrompidas em 1939.

Em nome do Secretariado do Comitê Central elaborou os relatórios políticos ao III Congresso do Partido, realizado em Novembro de 1943, bem como ao IV Congresso, no Verão de 1946.

Preso em Março de 1949, e mantido incomunicável durante 14 meses, recusou-se novamente a responder a qualquer pergunta da PIDE. Levado a “tribunal” nos dias 3 e 10 de Maio de 1950, fez um ataque à política do governo fascista e a defesa da orientação e do Partido. O acusado virava acusador e

sentavam-se o fascismo e seus sustentáculos no banco dos réus. Condenado, permaneceu preso por 11 anos seguidos; oito dos quais em completo isolamento.

Os dias de cárcere terminariam a 3 de Janeiro de 1960, quando, juntamente com outros destacados militantes comunistas, se evadiu da Fortaleza de Peniche. Na reunião do Comitê Central após a fuga, foi novamente chamado ao Secretariado.

Novamente clandestino no interior do País, participou no trabalho de desenvolvimento do Partido. Na reunião do Comitê Central de Março de 1961, foi eleito secretário-geral do Partido – cargo que não tinha sido preenchido desde 1942, data da morte de Bento Gonçalves no Campo de Concentração do Tarrafal.

No VI Congresso do Partido, realizado em 1965, fez o relatório político do Comitê Central e deu ativa contribuição para a elaboração de documentos fundamentais, nomeadamente o programa do Partido. Participou de inúmeras delegações do PCP a países socialistas, em encontros internacionais com partidos-irmãos, bem como de inúmeras conferências.

A liberdade

Derrubado o fascismo, a 25 de Abril de 1974, regressa a Portugal cinco dias depois. Um banho de multidão esperava-o no aeroporto. Foi Ministro sem Pasta dos 1º, 2º, 3º e 4º governos provisórios e eleito deputado à Assembléia Constituinte em 1975 e à Assembléia da República em 1976, 1979, 1980, 1983, 1985, 1987. Foi membro do Conselho de Estado.

No XIV Congresso do PCP – realizado em 1992 – deixou o lugar de secretário-geral do PCP e foi eleito pelo Comitê Central Presidente do Conselho Nacional do Partido. No Congresso seguinte, em 2000, extinto o Conselho Nacional do PCP e o cargo de Presidente, foi reeleito membro do Comitê Central, o que sucedeu também nos XVI e XVII congressos, respectivamente em 2000 e 2004. Álvaro Cunhal deixaria ainda uma vasta obra publicada – quer no plano político e ideológico quer no plano literário – com o pseudónimo de “Manuel Tiago” – quer ainda no plano das artes plásticas.

Artigo publicado no jornal Avante!, nº 1646, de 17/6/2005.

Novo golpe das elites

A defesa da ética também pode servir para disfarçar malignos propósitos

Altamiro Borges

São imprevisíveis os desdobramentos da grave crise política que atormenta o Brasil. Deflagrada em 14 de maio a partir de reportagem da sinistra revista *Veja* que flagrou um funcionário dos Correios embolsando uma propina de R\$ 3 mil, os escândalos se sucedem num infindável pesadelo para os atuais ocupantes do governo. Muitos erros foram cometidos, como reconhece a própria direção do PT, e muitas lições deverão ser extraídas deste deprimente episódio. Entre outros, a crise revela as distorções da badalada democracia burguesa, que depende cada vez mais das milionárias campanhas eleitorais e das manobras para garantir a tal governabilidade, tornando-se um terreno propício inclusive para deploráveis degenerescências.

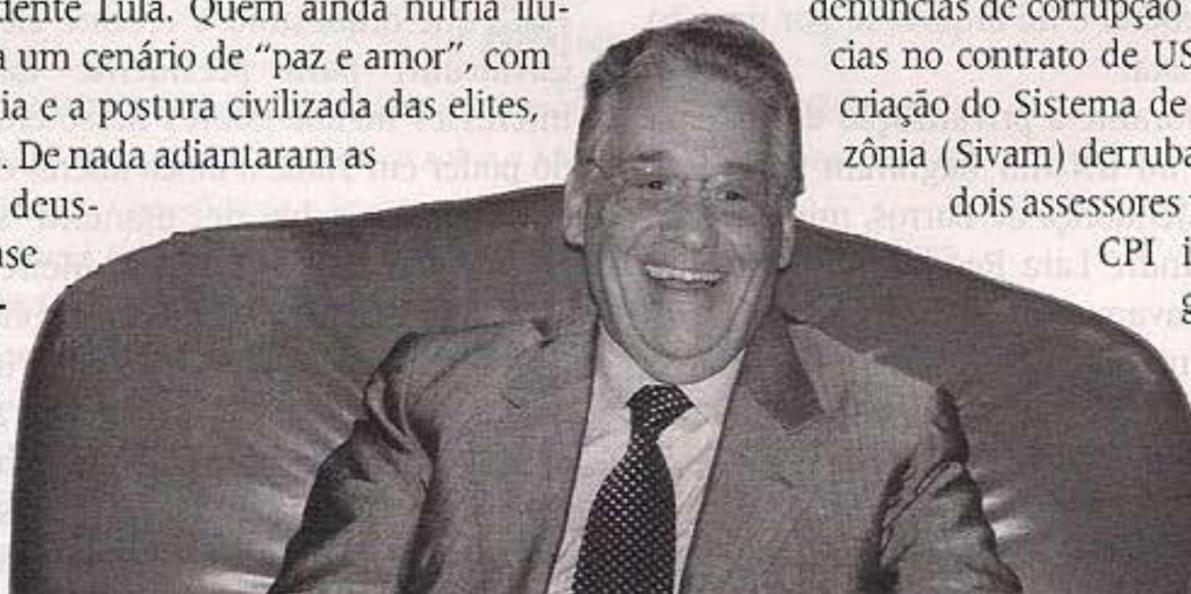
Outro ensinamento – razão deste artigo – é sobre o caráter golpista e hipócrita da oligarquia burguesa. Sem recorrer aos quartéis, como nos tempos da “guerra fria”, ela agora faz de tudo para paralisar, desgastar e – se pintar uma oportunidade –, para derrubar o presidente Lula. Quem ainda nutria ilusões em relação a um cenário de “paz e amor”, com a isenção da mídia e a postura civilizada das elites, deve estar pasmo. De nada adiantaram as concessões ao deus-mercado, a ênfase no terreno institucional e o afastamento do povo brasileiro dos embates políticos. A elite

quer sangue! A mesma surpresa deve estar inquietando os que colocaram um sinal de igualdade entre o governo Lula e o bloco conservador-liberal desalojado do poder em 2002.

Corrupção e hipocrisia

O PSDB, como representação orgânica desse bloco, jogará sujo e pesado para retomar as rédeas do Brasil. O dantesco teatro das várias Comissões Parlamentares de Inquérito em tramitação no Congresso Nacional prova que vale-tudo nessa conspiração execrável. Até os tucanos se apresentarem como os paladinos da ética, quando a sua triste história mais lembra a figura de um urubu carniceiro e fétido! Nos oito anos de reinado de FHC o que não faltaram foram escândalos, sempre acobertados pela mídia venal e mantidos impunes no severino parlamento. Para refrescar a memória, basta lembrar alguns dos casos mais graves:

- **Sivam:** Logo no início da gestão de FHC, denúncias de corrupção e tráfico de influências no contrato de US\$ 1,4 bilhão para a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) derrubaram um ministro e dois assessores presidenciais. Mas a CPI instalada no Congresso, após intensa pressão, foi esvaziada pelos aliados do governo e resultou apenas num relatório



com informações requestradas ao Ministério Público.

- **Pasta Rosa:** Pouco depois, em agosto de 1995, eclodiu a crise dos bancos Econômico (BA), Mercantil (PE) e Comercial (SP). Através do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), FHC beneficiou com R\$ 9,6 bilhões o Banco Econômico numa jogada política para favorecer o seu aliado ACM. A CPI instalada não durou cinco meses, justificou o “socorro” aos bancos quebrados e nem sequer averiguou o conteúdo de uma pasta rosa, que trazia o nome de 25 deputados subornados pelo Econômico.

- **Precatórios:** Em novembro de 1996 veio à tona a falcatrua no pagamento de títulos no Departamento de Estradas de Rodagem (Dner). Os beneficiados pela fraude pagavam 25% do valor destes precatórios para a quadrilha que comandava o esquema, resultando num prejuízo à União de quase R\$ 3 bilhões. A sujeira resultou na extinção do órgão, mas os aliados de FHC impediram a criação da CPI para investigar o caso.

- **Compra de votos:** Em 1997, gravações telefônicas colocaram sob forte suspeita a aprovação da emenda constitucional que permitiria a reeleição de FHC. Os deputados Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL do Acre, teriam recebido R\$ 200 mil para votar a favor do projeto do governo. Eles renunciaram ao mandato e foram expulsos do partido, mas o pedido de uma CPI foi bombardeado pelos governistas.

- **Desvalorização do real:** Num nítido estelionato eleitoral, o governo promoveu a desvalorização do real no início de 1999. Para piorar, socorreu com R\$ 1,6 bilhão os bancos Marka e FonteCidam – ambos com vínculos com tucanos de alta plumagem. A proposta de criação de uma CPI tramitou durante dois anos na Câmara Federal e foi arquivada por pressão da bancada governista.

- **Privataria:** Durante a privatização do sistema Telebrás, grampos no BNDES flagraram conversas entre Luis Carlos Mendonça de Barros, ministro das Comunicações, e André Lara Resende, dirigente do banco. Eles articulavam o apoio à Previ, caixa de previdência do Banco do Brasil, para beneficiar o consórcio do banco Opportunity, que tinha como um dos donos o tucano Pérsio Árida. A negociata teve valor estimado de R\$ 24 bilhões. Apesar do escândalo, FHC conseguiu evitar a instalação da CPI.

- **CPI da Corrupção:** Em 2001, chafurdando na lama, o governo ainda bloqueou a abertura de uma CPI para apurar todas as denúncias contra sua triste gestão. Foram arrolados 28 casos de corrupção na esfera federal, que depois se concentraram nas falcatruas da Sudam, da privatização do sistema Telebrás e no envolvimento do ex-ministro Eduardo Jorge. A imundície no ninho tucano novamente ficou impune.

- **Eduardo Jorge:** Secretário-geral do presidente foi alvo de várias denúncias no reinado tucano: esquema de liberação de verbas no valor de R\$ 169 milhões para o TRT-SP; montagem do caixa-dois para a reeleição de FHC; *lobby* para favorecer empresas de informática com contratos no valor de R\$ 21,1 milhões só para a Montreal; e uso de recursos dos fundos de pensão no processo das privatizações. Nada foi apurado e hoje o sinistro aparece na mídia para criticar a “falta de ética” do governo Lula.

- **Engavetador-geral:** Apesar dos escândalos que marcaram sua gestão, FHC impediu qualquer apuração e sabotou todas as CPIs. Contou ainda com a ajuda do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que ficou conhecido como “engavetador-geral”. Dos 626 inquéritos listados até maio de 2001, 242 foram rejeitados e outros 217 foram arquivados. Estes envolviam 194 deputados, 33 senadores, 11 ministros e quatro deles o próprio FHC. Nada foi apurado, a mídia evitou o alarde e os tucanos ficaram intactos. Lula inclusive revelou há pouco que evitou reabrir tais investigações – deve estar arrependido dessa bondade!

Questão de classe

Diante de fatos irretocáveis, fica patente que a atual investida do PSDB-PFL não tem nada de ética. FHC, que orquestrou a recente eleição de Severino Cavalcanti para presidente da Câmara, tem interesses menos nobres nesse embate. Desalojado do poder em 2002, o bloco liberal-conservador parte para a revanche de maneira sórdida. Mesmo preservando a dupla Palloci-Meireles, que agravou sua política macroeconômica neoliberal, a elite não tolera os atuais ocupantes do Planalto. Por uma questão de classe, ela tem ojeriza ao novo bloco no poder oriundo das lutas dos trabalhadores, dos sem-terra e de outros setores populares. Por seu caráter autoritário, ela não aceita ter sido apeada do Palácio

após cinco séculos de dominação.

Como argumenta o teólogo Leonardo Boff, “mesmo vitoriosas no campo econômico, elas não se sentem tranqüilas. Suspeitam que os movimentos sociais poderão, num momento crítico, pressionar o governo a mudar as regras do jogo econômico, dando centralidade ao social. Por isso, segundo elas, há de pressionar e até emparedar Lula. Ele é um obstáculo à volta das elites ao poder. É empecilho ao seu enriquecimento perverso. O lugar de operário, dizem, é na fábrica, não no governo e na gerência da coisa pública. Trata-se de uma questão de cultura de classe. O fato da corrupção, que deve ser investigada e apurada, ofereceu agora a ocasião que faltava para suscitar o velho sonho traiçoeiro das elites de se livrar de Lula”.

Além dessa questão de classe, a elite burguesa também discorda de vários aspectos avançados da política implementada pelo atual governo. O acompanhamento de seus porta-vozes na mídia e de seus veículos de difusão ajuda a decifrar as posições antagônicas do PSDB-PFL, esse condomínio das elites “modernas” e atrasadas a serviço do capital financeiro. Na sua cruzada contra o governo Lula, ele já elegeu seus alvos. Um dos principais é a política externa desenvolvida hoje pelo Itamaraty. Para os tucanos, ativos militantes dos interesses imperialistas, ela seria “retrógrada”, “terceiro-mundista” e de “confronto” com os EUA.

Postura entreguista

Recente edição da revista Primeira Leitura revela todo o ódio do bloco entreguista contra a política externa liderada pelo ministro Celso Amorim. Ela critica os entraves à Área de Livre Comércio das Américas (Alca); condena os “flertes mais do que explícitos com ditaduras”, referindo-se a Hugo Chávez; ridiculariza as medidas para diversificar as relações internacionais – a “estratégia Sul-Sul, que encanta o presidente, não encontra ressonância”. Só falta propor que o Brasil aceite, de joelhos, a tutela do imperador Bush e a sua anexação como colônia.

No mesmo diapasão, embora menos hidrófobo por razões de ofício, o diplomata Celso Lafer, ex-ministro de Collor e FHC, também critica o “excesso de retórica” da atual equipe do Itamaraty. Ele realmente deve entender de exageros. Afinal, na sua passagem

pelo governo FHC, o tucano-colorido pecou pelo excesso de servilismo. Entre outras cenas deploráveis, ele exonerou o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por suas críticas à Alca; foi cúmplice da pressão dos EUA contra o embaixador José Maurício Bustani na chefia da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) num gesto preparatório da invasão do Iraque; e deu declarações favoráveis à política belicista dos EUA. Ele também ficou conhecido por tirar os sapatos para ser revistado nos aeroportos dos EUA, submetendo-se a tratamento humilhante.

Bem distinta passou a ser a postura do governo Lula. Um artigo do jornal *O Globo*, intitulado “Uma pedra no sapato dos países ricos”, registrou: “Há tempos (Amorim) avisou à embaixadora dos EUA no Brasil que não há força no mundo capaz de fazê-lo tirar os sapatos durante a revista da segurança dos aeroportos americanos – diferentemente do antecessor que passou pelo constrangimento. ‘Vou preso, mas não tiro o sapato’, diz Amorim”. A mesma conduta mais ativa levou o novo governo a promover Samuel Pinheiro para a secretaria executiva do Ministério de Relações Exteriores; a nomear Bustani para uma importante embaixada; a condenar a invasão do Iraque; a emperrear a Alca e a retomar e reforçar o Mercosul.

É essa ação externa – que hoje adquire caráter estratégico num mundo submetido à globalização neoliberal – que irrita parcelas das elites. Ela também ajuda a entender as recentes viagens de FHC, Alckmin e outros tucanos aos EUA. O ex-presidente até lidera um grupo, sediado em Washington, incumbido de monitorar a evolução da conjuntura na América Latina. Segundo o *Financial Times* (25/02/05), o grupo – também composto pela ex-representante comercial dos EUA, Carla Hills – recomendou ao governo Bush imediata reaproximação com a América Latina para evitar o perigo do avanço das esquerdas no continente.

Como observa Marco Aurélio Weisseheimer, “a campanha eleitoral de 2006 está levando o ex-presidente a tentar uma articulação internacional baseada em uma maior aproximação com os EUA e na crítica a ‘esquerdização’ da América Latina, particularmente em relação ao governo Chávez, apontado como fator de instabilidade política para a região. A parceria com a ex-representante comercial dos EUA, Carla Hills, é um claro indício da direção desse movimento”. Diante desses fatos, somente os cegos, os

sectários e os ingênuos não enxergam os reais interesses dos “éticos” do PSDB e PFL, ativos militantes entreguistas.

Saudosismo autoritário

No seu assanhamento para retornar ao Palácio do Planalto – que aparece embalado na sórdida roupagem do combate à corrupção –, o PSDB também não esconde sua saudade da fase autoritária de FHC. Não é para menos que ele tem centrado suas críticas à pretensa “falta de autoridade” do presidente Lula no trato com os movimentos sociais, em especial na relação com o MST. Ao mesmo tempo, tenta pousar de baluarte da democracia liberal, condenando qualquer ação do Estado contra a ditadura da mídia. Para desmascarar esses adeptos do “fascismo de mercado” vale lembrar algumas cenas do triste reinado tucano.

- Logo no início do seu primeiro mandato, FHC fez questão de “quebrar a espinha dorsal” do sindicalismo brasileiro. A greve dos petroleiros, iniciada em 3 de maio de 95, foi tratada com violência similar à dos piores períodos da ditadura militar. Nos seus 31 dias de duração, o governo ocupou refinarias com tropas do Exército, rompeu todos os canais de negociação e penalizou os sindicatos com pesadas multas diárias.

- FHC nunca negociou com as entidades do funcionalismo público, que teve seus salários congelados por oitos anos e foi vítima do desemprego causado pelo enxugamento do Estado. Através de várias medidas provisórias, sem consulta ao sindicalismo e ao parlamento, o PSDB fez a primeira onda da flexibilização trabalhista no país – impondo a contratação precária, o salário variável e a jornada de trabalho flexível.

- Outro alvo permanente da fúria tucana foi o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Com o servil apoio da mídia burguesa, FHC fez de tudo para satanizar o MST, a Contag e as pastorais da Igreja. O seu funesto ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, impôs portaria criminalizando a luta pela terra, ao proibir a desapropriação de latifúndios ocupados, instituiu a lógica do mercado no campo através do Banco da Terra e fechou os canais de negociação com os movimentos rurais. Chacinas de camponeses, como de Eldorado do Carajás (abril de 1996), e assassinatos de lideranças ficaram impunes na era FHC.

Agora, animada com a crise do governo Lula, a elite prepara a revanche contra os movimentos sociais. A postura fascistoide é explícita. Xico Graziano, ex-assessor particular de FHC, ex-presidente do Incra e hoje deputado do PSDB, não vacila em criticar o projeto do governo Lula de correção dos índices de produtividade rural – “que corresponde a cortar a cerca que delimita as propriedades e convidar sem-terra a invadi-las” –, em desqualificar o MST, a Comissão Pastoral da Terra e todos os setores que lutam pela reforma agrária e ainda insistem “na velha crítica ao latifúndio malvado”; e em condenar o governo porque este “não tem coragem de assumir a modernidade” e “negocia com o MST as suas estripulias”.

Num outro texto deste ideólogo do latifúndio e do agronegócio, publicado no E-Agora, Graziano é ainda mais hidrófobo. Para ele, “o MST é forte porque luta sem tréguas nem amarras, botando medo no Estado. Pouco lhe importa as regras da democracia representativa ou os ditames do Estado de Direito. Justiceiros, invocam cânones divinos e arrebetam cercas. Assim, na marra, ganham o respeito do Poder... No MST, persiste ainda o encantamento com sua luta. Alguns formadores de opinião, ao verem a marcha vermelha, alimentam uma espécie de fantasia retrógrada da revolução, a vontade de expiar o passado latifundiário. Gera-se, assim, uma benevolência a perdoar o banditismo rural, a ilusão a referendar o atraso despótico”.

A longa citação, carregada de desprezo pelos movimentos sociais, serve de alerta para o risco do retorno do autoritarismo tucano. A revanche seria maligna! Prova disso também se encontra na Comissão Mista de Inquérito (CPMI da Terra), instalada no Congresso Nacional, onde os deputados ruralistas do PSDB e do PFL procuram colocar no banco dos réus o MST, a CPT, a Contag e outros movimentos de luta pela terra. Todo esforço do bloco liberal-conservador, excitado com a possibilidade de retorno ao governo, é para criminalizar os movimentos sociais, reduzir seus espaços de participação democrática e beneficiar os grupos capitalistas do campo e da cidade. A defesa da ética só serve para disfarçar malignos propósitos!

Altamiro Borges é jornalista, editor da revista Debate Sindical e autor do livro Encruzilhadas do sindicalismo (Anita Garibaldi, 2005).

Caminhos do petróleo no Brasil — a VII rodada

Se os pressupostos de nossa soberania no setor do petróleo estivessem se deteriorando e se o desenvolvimento do país não estivesse se beneficiando da atividade desse setor dinâmico, então, já seria oportuno suspeitar do atual modelo e contestá-lo

Haroldo Lima

O Governo brasileiro, através de sua Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, promoverá, em outubro próximo, a VII Rodada de Licitações de Blocos de Petróleo. Tal como em outras vezes, surgem críticas. Questiona-se a correção das licitações, além de pontos específicos dos leilões. O número de críticos é cada vez

menor, mas seus argumentos devem ser examinados, pois procuram levantar a idéia de que interesses nacionais não estariam sendo contemplados.

Desnecessário insistir no papel estratégico que o petróleo teve e tem no mundo contemporâneo, como energético fundamental, não-renovável – pelo qual continuam a ocorrer disputas e guerras.

O Estado brasileiro percebeu, desde os albores

do século XX, que a atividade petrolífera envolvia dois critérios fundamentais para o país: a soberania nacional e o desenvolvimento. Por isso, na década de 1950, alterou o modelo brasileiro para o setor do petróleo e gás: a União, a proprietária das jazidas de óleo e gás, executaria as atividades de exploração, produção, transporte, exportação, importação e refino do petróleo através de uma estatal criada para esse fim, a Petrobras. Esta empresa, depois de cinco décadas, e a despeito de vários obstáculos, transformou-se em uma das maiores petrolíferas do mundo, orgulho nacional, símbolo da saga vitoriosa de nosso povo. No que diz respeito aos dois critérios fundamentais, ela tem sido, e é, fator de afirmação da soberania nacional e do desenvolvimento do país.

Na Constituinte de 1987-88, grande foi a pressão para que fosse extinto o monopólio exercido pela Petrobras nas atividades básicas de petróleo e de gás. Mas setores diversos se mobilizaram e formaram uma verdadeira frente política em defesa da estatal, com parlamentares, técnicos da empresa e representantes sindicais de petroleiros. A trincheira avançada dessa luta situou-se no Congresso Constituinte. E foi vitoriosa.

Cinco anos mais tarde, na Revisão Constitucional, o assunto voltou à baila. Novamente, forças se confrontaram, quase toda a Revisão foi derrotada, a Constituição de 1988 escapou e o monopólio exercido pela Petrobras sobreviveu.

Em 1995, idéias neoliberais inundaram a América Latina. A experiência de Fernando Collor de Melo, frustrada pela ocorrência de seu inesperado e compulsivo hábito de malversar bens e costumes, foi retomada sem esses ingredientes, por Fernando Henrique Cardoso. Voltou à cena, não só retirar da Petrobras a exclusividade no exercício das atividades asseguradas pela Constituição, como a própria privatização da empresa passou a ser discutida.

Mais uma resistência foi articulada no Parlamento – mas, dessa vez com dificuldades. A participação das entidades petroleiras, nesse novo momento, foi meramente residual. A movimentação de técnicos da empresa diminuiu bastante. E, em decorrência disso, diminuiu o número e o entusiasmo de parlamentares na defesa da estatal. O grupo que permaneceu firme e atuante foi pequeno. Terminou

a Petrobras escapando como empresa estatal, mas a Constituição foi alterada e o monopólio constitucional exercido pela Petrobras nas atividades básicas do setor do petróleo foi suprimido. Curioso é não ter havido protestos significativos⁽¹⁾.

Daí por diante mudanças foram se acumulando no setor. Uma lei foi aprovada no Congresso Nacional, a 9478/97, que passou a ser conhecida como Lei do Petróleo. Foram criados o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Foi extinto o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC). Toda uma metodologia nova passou a ser definida e posta em prática para regular as atividades de pesquisa, exploração, produção e refino de petróleo, assim como distribuição e revenda de seus derivados. O gás também foi tratado nessa nova regulação que agora abarca os biocombustíveis. Dezenas de Portarias e Resoluções passaram a definir os novos parâmetros reguladores do setor de petróleo e gás no Brasil.

Um formato novo foi surgindo no setor. O quadro se alterou substancialmente. Enquanto há sete anos o cenário era o da presença de uma grande e única empresa explorando e produzindo petróleo em todo o Brasil – a Petrobras –, agora, 39 empresas estão presentes, dez brasileiras, incluindo a Petrobras, 29 estrangeiras, em diferentes graus associadas à estatal brasileira.

O tempo que esse novo modelo do setor do petróleo e gás tem no Brasil é ainda muito pequeno para um balanço mais consistente: sete anos apenas. Entretanto, se nesse período a Petrobras estivesse perdendo força, absoluta ou relativa, se o capital nacional estivesse sendo alijado do setor de petróleo, se a própria indústria do petróleo estivesse definhando, ou, por outra, se os pressupostos de nossa soberania no setor do petróleo estivessem se deteriorando e se o desenvolvimento do país não estivesse se beneficiando da atividade desse setor dinâmico, então, já seria oportuno suspeitar desse modelo e contestá-lo.

Na realidade, os que batalharam desde o início, dentro e fora do Parlamento, contra as mudanças empreendidas no setor do petróleo, partiam principalmente da expectativa de que, com as mudanças, a Petrobras seria enfraquecida e, em perspectiva, até

privatizada, no todo ou em partes. A soberania brasileira e o desenvolvimento do país seriam prejudicados.

Entretanto, o que ocorreu nos últimos anos foi diferente. A Petrobras se fortaleceu substancialmente, internacionalizou-se, passou a estar em 15 países. Suas reservas de petróleo praticamente dobraram, saindo de um pouco mais de 6 bilhões de barris para cerca de 13 bilhões. Sua produção bateu diversos recordes, passando de 870 mil barris/dia para chegar a um milhão e oitocentos mil atualmente. Seu valor de mercado, antes de aproximadamente R\$ 30 bilhões chegou a R\$ 113 bilhões declarados pelo ex-presidente José Eduardo Dutra na posse do novo presidente Gabrielli. O “pensamento humano” de que a Petrobras seria enfraquecida no novo formato não “teve correspondência em uma verdade objetiva”, e a “teoria” do enfraquecimento não foi “comprovada” na “prática”.

Ademais, o capital privado nacional, antes inexistente em exploração e produção de hidrocarbonetos, ainda tem pouca presença; mas já existe, representado pelas nove empresas hoje aí atuantes, cujo número tende a crescer.

Alteraram-se também, e muito, os indicadores gerais da indústria do petróleo no Brasil. Sua contribuição no Produto Interno Bruto Brasileiro de 2,7%, em 1997, passou a 9,05%, em 2004 –, uma expansão de 318,2% enquanto o PIB cresceu 26,8%. As participações governamentais, há sete anos atrás, restringiam-se a *royalties*, que chegaram ao montante de R\$190 milhões, em 1997. Esses *royalties* foram acrescidos das PEs (Participações Especiais) e, em 2004, *royalties* e Participações Especiais, somados, ultrapassaram a marca dos R\$ 10,3 bilhões – distribuídos entre setecentos e noventa municípios, dez estados e, ainda, beneficiando os ministérios da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Meio Ambiente e o Comando da Marinha. Cerca de R\$ 52 bilhões

foram recolhidos em impostos diretos em 2003.

A análise de outros dados concretos vai nos revelando as verdadeiras necessidades, potencialidades e viabilidades do setor do petróleo e gás.

Temos 5,5 milhões de Km² de bacias sedimentares, 4,3 milhões em terra. São situações em que petróleo e gás podem ocorrer. No momento, há exploração e produção em 180.000 Km², ou seja, em cerca de 3% dessa área potencialmente petrolífera. O nosso próprio conhecimento científico – geológico e geofísico – dessas regiões é muito pequeno, em torno de 7%. Disso sobressai uma primeira conclusão: conhecer e explorar o vasto território dessas bacias é interesse nacional fundamental e vital para sabermos que riquezas verdadeiramente temos e como pô-las a serviço da Nação.

Contudo, por força de lei, qualquer empresa – inclusive a Petrobras –, que pretenda explorar e produzir petróleo ou gás no Brasil fora das áreas onde hoje já se encontra, terá de ir a uma licitação e então ganhar o direito de pesquisar e produzir petróleo em área nova, segundo os termos de um Contrato a ser assinado com a ANP, em nome do Estado brasileiro.

Qualquer outra hipótese implicaria em romper com o Estado de Direito no qual estamos ou dependeria de uma mudança na legislação. Excluída essa hipótese de ruptura, restaria observar que a eventual mudança de legislação implicaria em uma força política que hoje nem se esboça, inclusive porque não há indicadores de sua necessidade, nem setores de alguma expressão que a estejam defendendo.

O desafio está em furar poços, já que este é o teste definitivo da exploração. E o nosso déficit em poços é grande. Enquanto os Estados Unidos têm mais de 4 milhões de poços perfurados, em uma área sedimentar mais ou menos igual à nossa, temos 22 mil poços, quantidade que Canadá ou Estados Unidos perfuram apro-

O desafio está em furar poços, já que este é o teste definitivo da exploração. E o nosso déficit é grande. Enquanto os Estados Unidos têm mais de 4 milhões de poços perfurados, temos apenas 22 mil.

ximadamente em um ano.

Por isso, o Governo do presidente Lula deliberou perseverar na realização de novas Rodadas de Licitações de blocos de petróleo, fazendo ajustamentos e aperfeiçoamentos. A quinta Rodada foi concluída nesse Governo, em 2003. A sexta, em 2004, foi programada e efetivada no novo quadro político brasileiro e a sétima está programada para outubro vindouro.

Nos cinco primeiros leilões foram apresentados 1006 blocos, dos quais 189 foram arrematados. Os outros não receberam ofertas. A Petrobras arrematou 77% dos 189 blocos. Os 23% restantes ficaram com empresas estrangeiras e brasileiras, quase todas em sociedade com a Petrobras.

Na preparação da VI Rodada surgiram idéias de que estariam sendo postas em leilão áreas onde a Petrobras já descobrira petróleo e que havia intenção de “entregar” essas áreas às multinacionais. Essas idéias ficaram restritas a círculos estreitos. Mas sobreviveram, em certa medida, porque também os níveis oficiais não se dedicaram a esclarecê-las cabalmente e em tempo, tendo-se que registrar, contudo, a iniciativa da então ministra de Minas e Energia Dilma Roussef de realizar esclarecedora reunião, às vésperas da VI Rodada, com dirigentes da Federação Única dos Petroleiros, com os ministros Jaques Wagner, Luiz Dulci e eu próprio, na qualidade de diretor da ANP.

Realizada a VI Rodada, ficou patenteado não ter sido posto em licitação nenhum bloco onde a Petrobras já tivesse encontrado petróleo e que, de acordo com as instruções do Ministério de Minas e Energia à ANP, foram leiloados 913 blocos, distribuídos em doze bacias sedimentares, 619 em mar e 294 em terra. Desses, 60% dos blocos do leilão estavam em áreas de “novas fronteiras”, 33% situavam-se em bacias maduras e 7% dos chamados “blocos azuis”, de elevado potencial. Sobre estes últimos recaía a maior suspeição: “iriam ser entregues “de mão beijada” às multinacionais”, houve quem questionasse.

A Petrobras arrematou, sozinha ou com sócios, 107 blocos, 71% de todos os licitados, 61 no mar e 46 em terra. Tomou, assim, posições em 52% dos blocos licitados em terra e em 94% dos licitados em mar, onde estavam os “blocos azuis”.

O risco de as multinacionais levarem “de mão beijada” a quase totalidade dos blocos leiloados não se configurou – era uma fantasia, na verdade nunca existiu.

Avizinha-se agora a sétima Rodada. Afora as críticas gerais recorrentes, tratadas acima, e que tendem a sucumbir ante os fatos objetivos, algumas questões localizadas estão sendo discutidas no âmbito do Ministério de Minas e Energia, na ANP e com os que desejam o aperfeiçoamento dos processos.

A primeira delas trata do conteúdo nacional a ser estabelecido como critério das propostas. Dito conteúdo continuará, sem dúvida alguma. O que muda é a forma de aquilatá-lo, já que a experiência da Sexta rodada mostrou vulnerabilidades. O conteúdo local será posto como critério obrigatório, eliminatório, com índices maiores ou menores de acordo com a situação de os blocos estarem em terra ou em águas rasas ou profundas.

Na Sétima Rodada, que segue as diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética, serão oferecidos 1.134 blocos, 509 em terra e 625 no mar, 87 dos quais de elevado potencial.

O formato do leilão seguirá o das rodadas anteriores, com naturais aperfeiçoamentos. Mas a Sétima Rodada terá uma inovação.

Isso porque o modelo atual do setor do petróleo e gás no Brasil está estruturando também um novo formato empresarial no setor do petróleo. No grupo das 39 empresas, brasileiras e estrangeiras, presentes hoje em exploração e produção, é diminuto o número das pequenas e médias empresas, especialmente brasileiras. A abertura do setor do petróleo no Brasil atraiu, até agora, fundamentalmente, grandes empresas.

Evidentemente, não se pode prescindir de grandes empresas no setor do petróleo, destacadamente na exploração e produção e nas condições geológicas brasileiras. Mas a dificuldade em se atrair a pequena e média empresa para a produção petrolífera é uma debilidade estrutural que a Sétima Rodada tentará reverter oferecendo pela primeira vez no Brasil áreas inativas com acumulações marginais. São campos que já produziram petróleo, ou onde já houve esforço exploratório, e que foram devolvidos à ANP. A Agên-

cia, atendendo à resolução nº 2/2004 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), está incluindo, na Sétima Rodada de Licitações, 17 dos 54 campos atualmente em seu poder com o objetivo de motivar pequenas e médias empresas a investirem na produção de petróleo em bacias terrestres maduras.

A pretensão da ANP é induzir o surgimento, com número expressivo de agentes, de uma categoria inexistente até então no país: a dos pequenos e médios produtores de petróleo. Nos Estados Unidos, ao lado de mega-empresas, existem em torno de 23 mil outras de capital médio ou pequeno, chamadas de "independentes". Essas, isoladamente, tiram pouco óleo, mas em conjunto contribuem com 40% da produção americana e empregam 300 mil trabalhadores. Têm, assim, elevado significado econômico e social.

Se na seqüência dessa iniciativa surgirem pequenos produtores de petróleo e aumentar o número dos médios, estaremos construindo um setor petrolífero mais complexo e moderno, com a presença da Petrobras, de grandes grupos em geral a ela associados, mas que podem atuar sozinhos, e de uma plêiade de pequenos e médios produtores de petróleo. Ganham a economia, o ramo do petróleo e a oferta de trabalho.

Finalmente há a questão da exportação do óleo que ocorreria inevitavelmente depois que as multinacionais do petróleo tivessem arrematado blocos do leilão.

Esse é um problema cujas decisões estão com o Poder central, que tem em mãos expedientes legais que, se acionados, podem rapidamente debelar eventuais ameaças.

A Lei 9478/97 criou o Conselho Nacional de Política Energética que define a política energética do país. Dita lei estabelece, em seu artigo segundo, a "atribuição" do CNPE de "propor ao Presidente da República" "medidas específicas destinadas a promover o aproveitamento dos recursos energéticos do País, em conformidade com os princípios enumerados no capítulo anterior", sendo que, o primeiro desses princípios é o de "preservar o interesse nacional". Além do mais, os Contratos de Concessão a serem assinados por todas as concessionárias prevêm, em seu item 11.5 que, "se em caso de emergência nacional, declarada pelo presidente da República ou pelo Congresso Nacional, houver necessidade de limitar exportações de petróleo ou gás natural, a ANP poderá (...) mediante solicitação por escrito, com 30 dias de antecedência, determinar que o concessionário (...) reduza ou suspenda a exportação. Ou seja, a ANP, que executa a política do Governo central, pode, com uma mera notificação, encaminhar medidas de conter exportação se o interesse nacional assim o exigir.

Haroldo Lima é vice-presidente do PCdoB e diretor-geral interino da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Nota

(1) Como Líder da Bancada do PCdoB, participei dessas três batalhas em torno da Petrobras: na Constituinte de 1987-88, na "revisão" de 1993-94 e no processo que resultou na Emenda Constitucional número 9, que abriu as atividades do petróleo para empresas estatais e privadas. A frente em defesa da Petrobras funcionou praticamente em meu gabinete e depois em sala por meu intermédio liberada. Pronunciamentos diversos que fiz nessas oportunidades estão publicados nas separatas: "Em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e do Sistema Petrobras", 1994; "A Petrobras na Alça de Mira", 1995; "O Brasil Ameaçado", 1995. Especialmente em "A Petrobras na Alça de Mira", chamo a atenção para a diminuição gradativa da mobilização em defesa da Petrobras na frente Parlamentar: foi grande, na Constituinte, pequena na "revisão", diminuta na "quebra do monopólio". Lá está dito: "As entidades dos petroleiros mobilizaram-se em nível insuficiente na "revisão"; "Decididos na defesa da Petrobras (...) estiveram o PCdoB, o PDT e o PSB. O PT (...) apoiou sempre essa luta, mas com pouca desenvoltura. Dos grandes partidos, só setores participaram (...)"; "Em diferentes oportunidades o PCdoB ficou em obstrução solitária". (pp. 19 e 20)

Revisitando a experiência do ISEB

A consecução de um projeto nacional de desenvolvimento permanece sendo a tarefa central do povo brasileiro

Ronaldo Carmona

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) completou recentemente 50 anos de sua fundação. Transcorrido esse período, permanece sendo a mais original experiência na busca da formulação, baseado na singularidade da formação social brasileira; das bases de um pensamento nacional brasileiro tendo como pressuposto e primazia a idéia-força do desenvolvimento por meio da centralidade da questão nacional.

Sua existência se dá no decorrer do longo ciclo de hegemonia das idéias nacional-desenvolvimentistas no país – ainda que sujeita a fluxos e refluxos –, transcorrida entre a Revolução de 1930 e o final dos anos 1970, quando finalmente se esgota – indo do final do segundo governo de Getúlio Vargas e o início do governo de Juscelino Kubitschek até sua extinção com a deposição do governo João Goulart.

De maneira geral, esse ciclo longo é marcado pela primazia da ação do Estado no planejamento e na promoção do desenvolvimento econômico, através de diversas experiências que, de modo geral, buscam a construção de uma ampla e diversificada base industrial no país. Seus momentos principais são o primeiro (1930-1945) e o segundo (1951-1954) governo Vargas; o Plano de Metas de JK (1956-60); o Plano Trienal de Celso Furtado; e os I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do regime militar entre 1972 e 1979. A experiência do ISEB transcorre assim no auge desse ciclo longo de-

desenvolvimentista. A resultante desse ciclo longo é a transformação completa da base econômica do país, de uma nação agrícola para uma das dez maiores economias do mundo.

Desenvolve-se como idéia dominante da época, a partir do ISEB, o que se denominou como ideologia do desenvolvimento – formulada a partir das contribuições de teorias universalistas de Marx, Schumpeter e Keynes e de economistas latino-americanos e nacionais, como os estruturalistas Raúl Prebisch e Celso Furtado e o marxista Ignácio Rangel – na qual se buscam bases teóricas que aprofundem o processo de transformações que o país vivia desde a Revolução de 1930. Buscava-se também transpor o “complexo cultural colonial” – termo de Roland Corbesier –, característico de nossas elites, que tendem a reproduzir de forma acrítica experimentos de países ricos.

Por ocasião do cinquentenário do ISEB, o seu resgate – a partir de balizas contemporâneas, da experiência e do legado desse centro de pensamento brasileiro – é de grande importância, uma vez que o desafio da época atual permanece sendo, em bases renovadas, a consecução de um projeto nacional de desenvolvimento, tendo como pressuposto a permanência da centralidade da questão nacional. Buscamos neste artigo resgatar e valorizar sobretudo a primeira fase de existência do ISEB (1955-1959) a qual representou uma ampla frente política e ideológica na busca da efetivação do desenvolvimento.

A trajetória do ISEB

A gestação do ISEB inicia-se quando “um grupo de intelectuais, que englobava alguns assessores do Governo Vargas, decidira conjugar esforços para organizar um instituto que se especializaria no estudo, na pesquisa e no planejamento de tudo o que se relacionasse com a realidade brasileira” (Sodré:1978). Assim, no início da década de 1950, o denominado Grupo de Itatiaia, liderado por Hélio Jaguaribe, articula uma instituição denominada Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), que edita cinco números da revista *Cadernos de Nosso Tempo*, entre 1953 e 1956⁽¹⁾. Dessa forma, aglutina-se o que viria a ser o núcleo de intelectuais fundadores do ISEB.

Como tal, o ISEB é constituído em julho de 1955, ainda no governo de Café Filho – baseado no modelo jurídico da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 –, por solicitação do ministro da Educação, Candido Mota, convencido pelo grupo de intelectuais ibespianos. Vinculado e financiado pelo Ministério da Educação, não obstante, o ISEB possui plena liberdade de cátedra. Através de cursos em sua sede e no MEC e de publicações diversas o ISEB difundia sua elaboração nacionalista e formava quadros para o Estado e para a sociedade brasileira.

Sendo um órgão multidisciplinar por excelência, tinha como diretor o filósofo Roland Corbisier, e estruturava-se em cinco Departamentos: o de Filosofia, chefiado por Álvaro Vieira Pinto; o de História, por Candido Mendes – com coordenação docente no curso de História Brasileira, do pensador marxista Nelson Werneck Sodré, então recém-egresso do Exército –; o de Sociologia, por Alberto Guerreiro Ramos; o de Ciência Política, por Hélio Jaguaribe – tido como o líder principal do grupo que originou o Instituto –; e o de Economia, com Evaldo Correa Lima – cujo mais destacado colaborador foi Ignácio Rangel.

Já na sua origem, esse núcleo de intelectuais vincula-se à candidatura de Juscelino Kubitschek, prestando-lhe assessoria. Com a vitória de Juscelino e sua posse em 1956, o ISEB passa então a viver o auge de sua experiência, na qual parte importante de sua plataforma desenvolvimentista se materializa através do Plano de Metas – ainda que a sinergia entre o Plano de Metas e o desenvolvimentismo

isebiano só pôde ser concluída contemporaneamente, numa visão de processo, com os olhos de hoje.

É, pois, a fase áurea do ISEB, na qual logra reunir em suas fileiras, numa frente-única, expressiva parcela da intelectualidade progressista brasileira, sob propósitos semelhantes e certa identidade no pensamento. O que alguns estudiosos da experiência isebiana chamam equivocadamente como “posições ideológicas ecléticas e conflitantes”, ou ainda, “autêntico arco-íris ideológico” (Toledo:1997) é mais corretamente qualificado como a expressão de uma ampla aliança, favorecida então por um entorno político favorável entre marxistas e outros nacionalistas e democratas. Dessa fase e de sua amplitude e unidade, reside o prestígio do ISEB na sociedade brasileira nos anos seguintes. Nessa primeira fase, como demonstração dessa ampla frente da intelectualidade progressista que se tornara, figuram em seu Conselho, nomes do porte de Anísio Teixeira, Gilberto Freyre, Heitor Villalobos e San Thiago Dantas.

Mas, dado os limites e veleidades características de uma instituição com características de frente-única, a partir de 1958 eclode a crise que resultaria em defecções no ISEB, que então passa a vincular-se mais estritamente à política do PCB. O pretexto para a crise, se dá a partir da publicação do livro de Hélio Jaguaribe *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), no qual o autor reconhece “um papel positivo para os investimentos estrangeiros diretos” (Bresser Pereira:2004).

Num período no qual, segundo Sodré, o ISEB se encontrava sob forte ofensiva da reação conservadora, o debate é o rastilho de pólvora para Guerreiro Ramos entrincheirar-se na “denúncia do livro, tido como herético” por defender o ingresso de capital estrangeiro no país, pelo que o sociólogo defendeu nada menos que a expulsão de Hélio Jaguaribe da instituição. Essa crise provocou uma “cisão ideológica de todo inoportuna, inadequada, sectária” (Sodré:1978). Com a cisão e com a exclusão de importantes setores de centro no espectro político – que conferiam o caráter de frente-ampla ao instituto –, “daí por diante ‘purificado’ politicamente, o ISEB debilitou e foi isolado (...) A crise do ISEB foi, pois, grande serviço prestado a reação e particularmente ao imperialismo” (Sodré:1978). Esse testemunho de Werneck Sodré é chave, pois na nova fase, até a extinção do ISEB em 1964, ele,

junto com Corbesier e Vieira Pinto foram as principais referências da instituição.

Assim transcorre a segunda fase da experiência ISEB (1959-1964), durante a qual, acompanhando o clima de intensa radicalização do país, o Instituto passa a engajar-se ativamente na luta política e social da época, com ênfase na presença militante no movimento pelas Reformas de Bases do governo João Goulart. Assim, dias após o golpe de 31 de março de 1964, o ISEB junto com a UNE estão na primeira lista de entidades liquidadas pelo regime, sendo a sede de ambas, e todo o seu acervo, destruídas ainda em abril daquele ano.

A longa interdição do debate sobre o legado do ISEB

Embora no terreno econômico o modelo nacional-desenvolvimentista manteve fôlego através dos PND's do regime militar, a extinção do ISEB em 1964 marca a vitória, no campo político e acadêmico, de forças opostas ao projeto nacional-desenvolvimentista.

A partir do golpe viceja a Escola Sociológica Paulista⁽²⁾, corrente que confronta aberta e diretamente a questão nacional e o legado isebeiano. Cabe então ao Professor Fernando Henrique Cardoso a formulação da “crítica inicial das idéias do ISEB” (Bresser Pereira:2005), em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. A esta, várias outras se seguem na USP e em outras instituições. Assim, o ISEB e suas teses são banidas do debate intelectual a partir de 1964 – ao mesmo tempo em que prospera, particularmente na USP, a corrente oposta ao ISEB.

A crítica paulista, fortemente academicista, desqualifica o legado do ISEB como ideológico e, portanto, “não-científico”. Adota, “perspectiva cosmopolita e estruturalista, antidualista, enfatizando o conflito das classes [sendo que] o alvo inicial da sociologia paulista foi a escola pernambucana de Gilberto Freyre, o segundo, o ISEB” (Bresser Pereira:2004). O esquerdismo da escola paulista nessa fase imediata à extinção do ISEB era notório. “Expressa-se com dois trabalhos muito diferentes – um de F. H. Cardoso e Faletto (1969) e outro de Francisco de Oliveira (1972) –, mas que têm em comum não apresentarem uma visão de nação, mas serem de esquerda, rejeitando, portanto, a idéia de aliança entre empresários e tra-

balhadores, serem descrentes do desenvolvimento e criticarem o dualismo (...)” (Bresser Pereira:2004).

Assim, a escola paulista, com variações, opunha, como, todavia, opõe, classes à nação, resultando numa oposição entre questão social e questão nacional. Na verdade, ignora que a bandeira da Nação e a afirmação de sua independência e soberania são interesse, sobretudo do proletariado e das demais forças revolucionárias. Afinal, a burguesia, crescentemente torna-se apátrida. Essa corrente pós-moderna e cosmopolita por excelência deslegitima a importância da questão nacional ou reduz seu significado.

Banido pela força da ditadura e interditado ideologicamente por certa academia “que falava em nome da ciência” (Bresser Pereira:2004), o ISEB foi, na prática, incluído na lista negra do debate intelectual universitário por um longo período, sendo considerado em escolas como a USP, uma verdadeira heresia.

A experiência do ISEB é parte de uma disjuntiva histórica brasileira

Essa reação ao ISEB por parte da academia paulista guarda relação mais profunda com um embate que marca a formação social brasileira. Trata-se de uma disjuntiva fundamental na qual se opõem dois caminhos opostos: o primeiro, progressista, tem como pressuposto a centralidade da questão nacional na busca do desenvolvimento independente e de uma inserção soberana do Brasil no mundo; o segundo, conservador, concebe nosso desenvolvimento de forma associada e dependente, subordinada a forças exógenas.

Esse embate manifesta-se em diversos terrenos da vida nacional, ao longo de nossa história. No século XIX, manifesta-se nas opções radicalmente opostas representadas por um lado pelo Visconde de Cairu – primeiro propagandista de Adam Smith no Brasil – e por outro, pelo arquiteto de nossa independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, autor dos originais Projetos para o Brasil e por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, precursor de nossa industrialização. Mais adiante, na República Velha, simbolizada por Joaquim Murinho, ministro da Fazenda ultraliberal do governo Campos Salles, em contraposição à revolução de 1930, de caráter nacional, modernizadora e industrializadora – que por sua vez sofre

uma tentativa imediata de desestabilização na contra-revolução liberal-golpista de 1932, baseada novamente na ultra-reacionária burguesia agro-exportadora paulista. Mais adiante, já no período do nacional-desenvolvimentismo, entre Eugenio Gudín, Roberto Campos e Otavio Gouveia de Bulhões, porta-vozes da escola clássica e neoclássica no Brasil em relação ao – dentre outros –, Partido Comunista do Brasil, o próprio ISEB, materializado na figura de Ignácio Rangel, seu mais brilhante colaborador na área econômica, que “somavam forças” (Bresser Pereira:2004) com a

corrente cepalina, Celso Furtado à frente⁽³⁾. Mais recentemente na luta entre o neoliberalismo hegemônico e a complexa luta contemporânea por sua superação. Mas, de fato, a opção progressista para o Brasil é a tendência objetivamente posta historicamente para nosso país, que estranha o liberalismo anglo-saxão como adverso às características de nossa formação social.

Ronaldo Carmona é graduando em Ciências Sociais.

Notas

(1) Assim chamado porque “seus elementos haviam passado alguns dias na sede do Parque Nacional do Itatiaia, ali discutindo os problemas nacionais” (Sodré:1978). O Grupo de Itatiaia começa a reunir-se em 1952, e enquanto Ibsp funciona entre 1953 e 1954. Pouco depois de constituído, o Ibsp estabelece um convênio com a Capes, chefiado por Anísio Teixeira, para a realização de uma série de seminários sobre os problemas de nossa época, começando, assim, a relação que criaria o ISEB como em órgão permanente do MEC.

(2) Utilizamos aqui a denominação Escola Sociológica Paulista segundo a utilização de Bresser-Pereira. Obviamente a ideologia antinacional no Brasil não está circunscrita territorialmente. Ainda assim, é em São Paulo onde mais prosperou o modelo acabado – e portanto, antidialético – empirista-cartesiano nas ciências sociais, como único método pretensamente “científico” num repúdio às “ideologias”. Tampouco podemos dizer que a tradição sociologia paulista é única, sem contradições, embora em diversos momentos de nossa história é de fato, o baluarte da oposição à idéia de Nação – ora sob pretextos esquerdistas, ora sob conteúdo explicitamente liberal.

(3) Sobre a aliança ISEB/CEPAL “Celso Furtado, que, embora não tenha feito parte formal do ISEB, estava próximo das idéias daquele grupo, tendo publicado duas conferências pelo Instituto. Por outro lado, o principal economista do ISEB, Ignácio Rangel, participou como aluno de um curso no início dos anos 1950 na Cepal, em Santiago do Chile” (Bresser Pereira:2004).

(4) *Folha de S.Paulo*, página A14, 18/07/2005.

(5) Revista *Princípios*, n. 76.

Referências bibliográficas

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. Tese de doutoramento apresentada à USP em Assis, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido*. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, junho de 2004.

_____. *Do ISEB e da Cepal à Teoria da Dependência*. Paper a ser publicado em livro organizado por Caio Navarro de Toledo, *50 anos do ISEB (2005)*. São Paulo: Editora da Unesp.

PCdoB. *Partido renovado, Brasil soberano e democrático, futuro socialista. Projeto de Resolução Política ao 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil*. 2005.

Os leitores brasileiros, em especial os que se dedicam ao estudo e debate das grandes questões atuais, como a elaboração de um novo projeto nacional de desenvolvimento em meio a um contexto de financeirização, ganharam um fôlego a mais com a publicação das *Obras Reunidas* de Ignácio Rangel pela Editora Contraponto (com apoio do BNDES).

Nelas, o leitor poderá acompanhar uma visão quase documental do tortuoso processo econômico do país entre a consolidação do Estado nacional dirigido por Vargas a partir do início dos anos 1950 do século XX e os reais motivos de seu esgotamento evidenciado pela crise do II PND e possíveis soluções dentro da ótica do Estado nacional – o que acabou não sendo implementado devido à contra-revolução neoliberal da década de 1990.

Importante iniciar a leitura das *Obras* com “Dualidade Básica da Economia Brasileira”. Trata-se de uma síntese da adaptação das idéias da III Internacional sobre o caráter antiimperialista e antifeudal da revolução na periferia. Logo, como economia periférica o Brasil está regido por dois pólos: um interno e outro externo. A prova do radicalismo do autor fica na habilidade com que utiliza várias categorias do materialismo histórico, além de uma aula de como conjugar economia, política, direito, geografia e história com um grau de abstração digna de um grande filósofo.

Em seguida, é importante partir para a leitura de “Economia: Milagre e Antimilagre” no qual o mestre maranhense dissecou o chamado “milagre brasileiro”. Neste texto é essencial ler o subitem IV dedicado ao “Novo Departamento I”, em que se identifica a existência de processos de substituições de importações anteriores ao início de nossa industrialização, formando um Departamento I artesanal, servindo de base física para o futuro Departamento II.

Uma série de artigos dedicada à questão agrária abre o volume 2. O leitor identificará a influência de Lênin no autor no que concerne ao chamado desmon-

Elementos para o novo projeto de Brasil



te do complexo rural brasileiro, idêntico ao demonstrado por Lênin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Para Rangel, a solução da questão agrária está no aprofundamento do processo de industrialização e na composição das chamadas vilas rurais, onde o bóia-fria trabalharia em épocas de não-plantio ou colheita.

Em “Revisitando a questão nacional”, indispensável àqueles que hoje pensam a questão nacional como algo estratégico, o autor situa historicamente a questão nacional desde 1822. Para ele, a questão nacional no presente e sua solução passam pelo aparelhamento de um sistema de intermediação financeira com capacidade para prover recursos para o setor privado tocar adiante obras nos setores de infra-estruturas (qualquer semelhança com a luta contra as altas taxas de juros não terá sido mera coincidência).

Por fim, é interessante a leitura dos subitens “Do ponto de vista nacional” e “Artigos avulsos”. São coletâneas nas quais se poderá saborear sua posição intransigente em torno dos interesses nacionais e populares em contraponto aos de Roberto Campos, além de conterem artigos de denúncia aos planos “estabilizadores” (Cruzado etc), a traição *collorida* e suas opiniões acerca do colapso soviético.

Aos poucos os que vão conhecendo com profundidade a obra de Ignácio Rangel, também vão percebendo que se trata do mais completo economista brasileiro da segunda metade do século XX e de um dos grandes pensadores marxistas. Ele apontou elementos centrais para o rumo do desenvolvimento soberano. Certamente, a última impressão deverá ser a falta que este extraordinário intelectual faz à defesa do Brasil e do socialismo científico.

(pedidos para: livraria@anitagaribaldi.com.br)

Obras Reunidas de Ignácio Rangel, 2 vol., Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1504 pp., R\$ 120,00

Edvar Bonotto e Elias Jabbour

Quando Quartim de Moraes lançou *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes* – há quase 15 anos – um certo sentimento de desconforto tomou conta da esquerda. Afinal, acabávamos de sair de uma ditadura militar que havia durado vinte longos anos. Dois mitos, entre tantos outros, pareciam ter sido destruídos naquela madrugada trágica de 31 de março. O primeiro, sobre o caráter democrático das forças armadas; o segundo, sobre a existência de um eficiente esquema militar pronto a defender a legalidade ou rompê-la para estabelecer um regime, efetivamente, democrático, patriótico e popular.

A derrocada do governo Goulart, e de parte da esquerda que depositava expectativa positiva naquela conjuntura de crise, criou as condições para o surgimento de uma nova esquerda que passou a negar sistematicamente a experiência anterior. Tudo o que havia sido produzido foi taxado de autoritário, burocrático, populista e, na melhor das hipóteses, reformista. Assim, a criança foi jogada fora junto com a água suja do banho.

O impacto do golpe e os anos de arbítrio apagaram da memória social o fato de na história do Brasil, desde o processo de independência, terem existido setores avançados nas Forças Armadas que buscaram se aliar à causa da liberdade e do progresso social. Esqueceu-se, por exemplo, do quanto foi destacada a participação do recém-criado Clube Militar, sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca, na *débâcle* do escravismo e da monarquia na segunda metade da década de 1880.

O início do século XX conheceria várias rebeliões da baixa oficialidade – denominadas tenentistas – contra os governos das oligarquias agro-exportadoras. A Aliança Nacional Libertadora foi uma das expressões políticas mais avançadas da esquerda militar que tinha em Luís Carlos Prestes sua principal referência política. Até o início da década de 1960 os militares nacionalistas e de esquerda tiveram ativa participação na vida política do país com as campanhas “O Petróleo é nosso!” e contra o Acordo

A esquerda de farda

Militar Brasil-EUA, a resistência ativa para garantir a posse de Juscelino e Jango. Aqui nos referimos apenas à oficialidade. Entre soldados, cabos e sargentos a influência da esquerda nacionalista era ainda maior.

O projeto do autor era vasto e deveria se traduzir numa obra de três volumes – dos quais apenas dois foram publicados. O primeiro – agora reeditado ao público –, aborda o período que vai da conspiração republicana até a Coluna Prestes; o segundo, da Coluna até o Levante da Aliança Nacional Libertadora; e o último – ainda não publicado – abordará da participação brasileira na Guerra Civil espanhola até o golpe de 1964.

Para Quartim, haveria uma clara continuidade de “inspiração moral e política” entre esses militares, o que tornaria possível falar na existência de uma esquerda armada em nosso país. Porém, esta continuidade havia se rompido “com os amplos expurgos que os golpistas vitoriosos em 1964 promoveram nos quadros das Forças Armadas” e “desde então, deixou obviamente de existir uma corrente de esquerda na corporação militar brasileira”.

Assim, a ausência de uma esquerda militar na atualidade não se constituiria numa “fatalidade inexorável, mas o resultado (...) da grande derrota sofrida pelas forças democráticas e antiimperialistas em nosso país em 1964”. Um quadro que poderá ainda ser superado se a esquerda romper com o “internacionalismo vazio” e o “pacifismo de avestruz” e romper com o seu preconceito ao princípio da “defesa nacional”. Se a esquerda assumisse decididamente em suas mãos as bandeiras nacionais – antiimperialistas – “ajudaria a constituir uma corrente do pensamento militar ‘socialmente mais generosa e politicamente mais avançada’”. Levaria à construção de um consenso em torno do verdadeiro nacionalismo que “não pode dissociar nação e povo”.

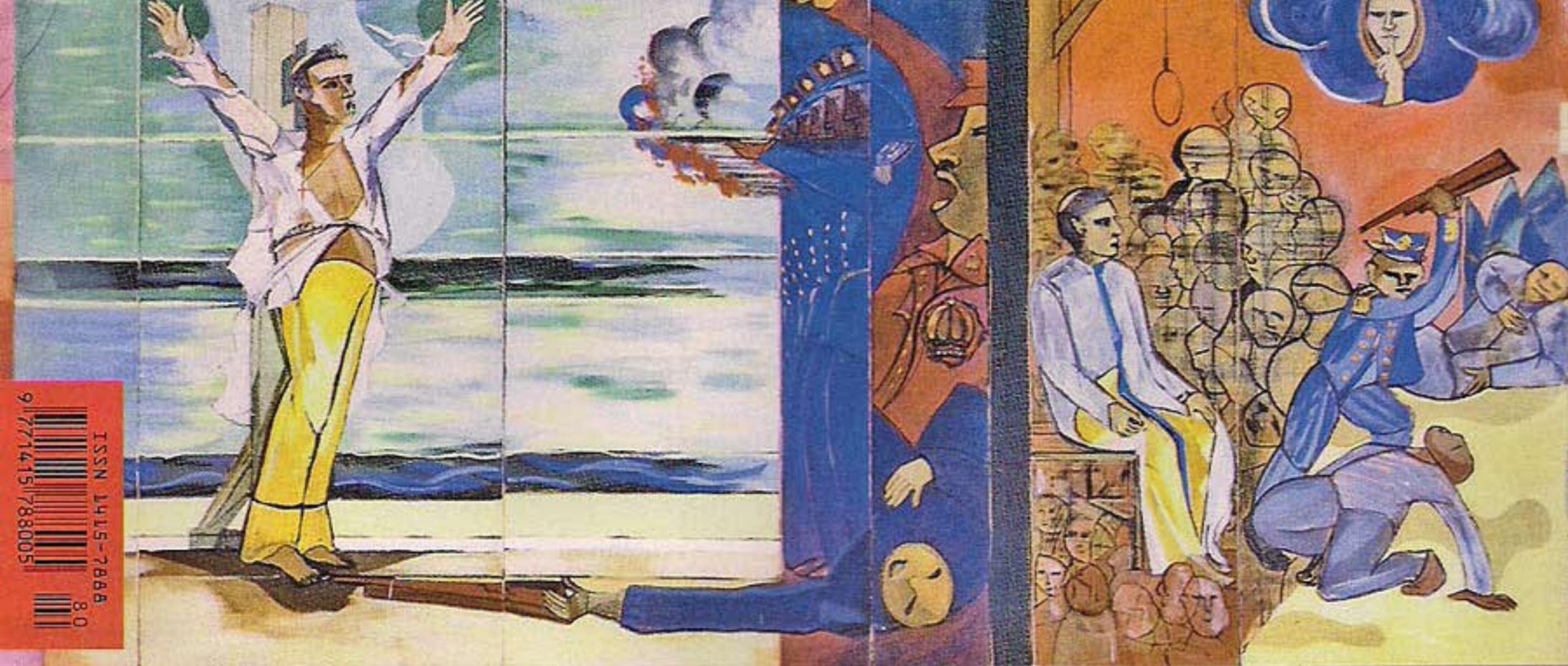
A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. João Quartim de Moraes. Expressão Popular – 2005.

Augusto Buonicore

A maior homenagem que Olinda pode receber da gente já está sendo feita. Todos os dias.

Para cuidar de um lugar que é patrimônio histórico da humanidade é preciso, primeiro, conhecer sua história. Só assim se aprende a valorizar suas origens e preservar sua memória. É isso que o povo de Olinda sempre desejou para sua cidade. É isso que a Prefeitura Popular de Olinda faz. Parabéns, Olinda, pelos seus 470 anos.

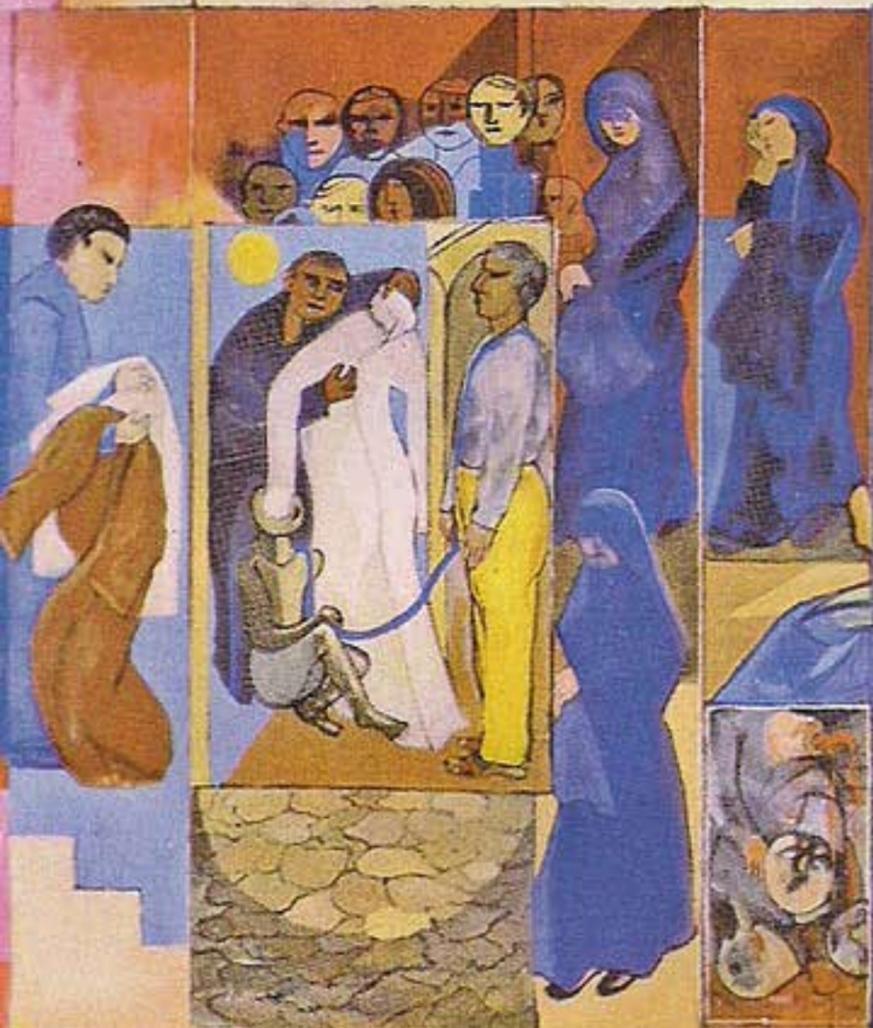




ISSN 1415-7884
9 771415 7880051
8 0

Nação nova, entre tantas outras de civilização e cultura milenares, a despeito de estruturas sociais e políticas arcaicas que persistem, o Brasil é resultado do convívio histórico de gerações sucessivas que forjaram uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimiladora, temperada pelos conflitos e lutas que pontuaram a trajetória de milhões de homens e mulheres que aqui viveram, trabalharam e agiram através dos séculos.

Eles nos deixaram um vasto território, uma grande nação e um esplêndido povo. Prosseguimos seu combate; aprendemos com eles; concluiremos, sem falta, no século que vai raiando, a obra imensa da libertação do Brasil.



Frei Caneca -
Revolução
de 1824, de
Cícero Dias



Anita Garibaldi